



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Infantaria

Trabalho de Investigação Aplicada

Caçadores Portugueses na Guerra Peninsular

Autor: Aspirante Tirocinante de Infantaria Humberto Nuno Araújo Barbosa Teixeira

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria António José Machado Marracho

Co-Orientador: Coronel de Infantaria Américo José Guimarães Fernandes Henriques

Lisboa, Setembro de 2010



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Infantaria

Trabalho de Investigação Aplicada

Caçadores Portugueses na Guerra Peninsular

Autor: Aspirante Tirocinante de Infantaria Humberto Nuno Araújo Barbosa Teixeira

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria António José Machado Marracho

Co-Orientador: Coronel de Infantaria Américo José Guimarães Fernandes Henriques

Lisboa, Setembro de 2010

DEDICATÓRIA

À minha família, que sempre me apoiou.

À minha namorada, que tanto me aturou.

A todos aqueles,
que na escuridão acenderam uma vela
para me indicar o caminho.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação, é um processo longo e introspectivo que nos leva por vezes ao cansaço e ao desespero. Momentos de inteira solidão, que nos preenchem a alma e que são ultrapassados com a ajuda daqueles que nos amam.

Queria publicamente expressar a minha gratidão e reconhecimento:

À Biblioteca da Academia Militar, por todo o apoio e atenção prestada;

À Sociedade Histórica da Independência de Portugal, por me ter facultado toda ajuda necessária;

Ao Arquivo Histórico Militar, pela sua permanente disponibilidade;

Ao meu orientador, o Tenente-Coronel António José Machado Marracho e ao meu co-orientador, o Coronel Américo José Guimarães Fernandes Henriques, por me terem prontamente auxiliado sempre que necessitei e por nunca terem permitido que eu me desviasse do caminho;

Aos meus pais, irmãos e namorada, por me terem auxiliado naqueles momentos de maior tensão.

Lista de Siglas e Abreviaturas

AHM – Arquivo Histórico Militar
D. – Dom / Dona
Dir – Direcção
EUA – Estados Unidos da América
id. – idem
Kg – quilogramas
LLL – Leal Legião Lusitana
LTL – Legião de Tropas Ligeiras
m – metros
Nº – Número
p. – página
pp. – páginas
s.d. – sem data
s.e. – sem editora
séc. – século
seg – segundos
s.l. – sem local
TIA – Trabalho de Investigação Aplicada
TPOI – Tirocínio para Oficial de Infantaria

Resumo

O séc. XVIII e o início do séc. XIX, só por si constituem um dos períodos da história mundial mais ricos em termos de acontecimentos. Desde a Guerra da Independência Americana (1776 – 1783), à Revolução Francesa (1789 – 1799), culminando na Guerra Peninsular (1807 – 1814), todo um clima de novos valores e novas vontades emergem, sob a forma de uma luta armada, onde ao contrário do antecedente, a Guerra deixa de ser feita em prol dos desígnios de um Rei, para passar a ser alvo de uma luta pela sobrevivência de um ideal chamado liberdade.

É neste contexto de agitação social e política, que os Exércitos europeus de índole Prussiana assistem ao seu desmoronamento. Contrariamente a essa realidade, assiste-se à emancipação da Infantaria Ligeira, que viria somente a ser possível pela participação francesa e inglesa nos campos de batalha americanos, uma vez que possibilitaram a implementação nos respectivos países do conceito de soldado pensante, que em França ganharia a sua expressão máxima através da Revolução Francesa e da sua “*Levée en Masse*” e em Inglaterra por intermédio de Sir Jonh Moore, que o transpunha para as fileiras britânicas pela via reformista.

Subjacente a todo esse processo, encontramos a evolução, generalização e padronização das armas de projecção de fogo de alma estriada, que possibilitou que determinadas unidades, como os “*Rangers*”, os “*Rifles*” e as Companhias de Atiradores dos Batalhões de Caçadores, fossem empregues além da escaramuça, enquanto atiradores especiais.

A participação portuguesa, ao lado das forças da primeira coligação, na Guerra contra a recém formada República Francesa e a posterior aliança Franco-Espanhola, que resultou da assinatura da Paz de Basileia, originou todo um período de reformas militares em Portugal, que haveriam de proporcionar a criação da Legião de Tropas Ligeiras (LTL).

A política de neutralidade seguida por D. João e a sua recusa sistemática em aceder ao Bloqueio Continental, levou Napoleão a decidir invadir Portugal, dando desta forma, em Novembro de 1807, início à Guerra Peninsular. É durante esse período dramático da história portuguesa, que surge a Leal Legião Lusitana (LLL) e os Batalhões Caçadores, objecto de estudo deste trabalho. É desta forma, através de uma série de factores de ordem política, social, militar e até mesmo pessoal, que a força mais brilhante de todo o Exército Anglo-Luso haveria de ser criada. Força esta, recordada nos anais da história como “*Os Galos de Combate de Wellington*” e que haveriam de dar início a um dos períodos áureos da Infantaria Ligeira portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: CAÇADORES, ESCARAMUÇA, INFANTARIA LIGEIRA, GUERRA PENINSULAR, REVOLUÇÃO FRANCESA.

ABSTRACT

In XVI and XIX centuries, are some of the richest in important events for the world History. Independence of America(1776 – 1783), French Revolution (1789 – 1799) and the Peninsular War (1807 – 1814), are icons of a new way of fighting where the Kings will is supplanted by a fresh ideal of freedom.

In this context, Prussian Model Armies are condemned to disappear, although Light Infantry, it is increasing its projection in the battlefield. The thinking soldier had an important role in these new kinds of armies. In Europe this concept was introduced by France and its “*Levée en Masse*” and by England through Sir John Moore.

Underlying all this evolutionary process, evolutions in the weaponry, like new kinds of barrels that allow more accuracy, gave an important opportunity to units like, Rangers, Rifles and “*Caçadores*”, for now long, can be used like Snipers instead of skirmishing.

The Portuguese participation in the war against the recent French Republic and after that, the Franco-Spanish union, that result of the signature of the Peace of Basileia, brought a new season of military reforms, that would have provide the creation of the “*Legião de Tropas Ligeiras*”.

D. João's policy of being neutral and refusing taking part in the Continental Blockade, had its consequences in November of 1807, whit Napoleon's invasion of Portugal. This time is known as Peninsular War. It's also when appear the “*Leal Legião Lusitana*” and the Battalions of “*Caçadores*”, which are the object of study of this investigation work. This is how begins one of greatest times of Portuguese Light Infantry.

É desta forma, através de uma série de factores de ordem política, social, militar e até mesmo pessoal, que a força mais brilhante de todo o Exército Anglo-Luso haveria de ser criada. Força esta, recordada nos anais da história como “*Os Galos de Combate de Wellington*” e que haveriam de dar início a um dos períodos áureos da Infantaria Ligeira portuguesa.

It is in such a way, through a series of politics, socials, militaries and even though personals's factors, that the best force of all Anglo-Portuguese Army was created. Such forces, remembered in annals of history as “*Wellington's Fighting Cocks*” and who would have to give beginning to the golden age of the Portuguese Light Infantry.

KEY WORDS: CAÇADORES, D. MIGUEL PEREIRA FORJAZ, FRENCH REVOLUTION, PENINSULAR WAR, SKIRMINSHING.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1. Enquadramento histórico	4
1.1. A Revolução Francesa	4
1.2. D. João e a Neutralidade	6
1.3. Aliança Luso-Britânica.....	10
1.4. Breves Conclusões	14
2. Evolução histórica do armamento vs Organização Geral da Infantaria no campo de batalha: Idade Média – Guerras Napoleónicas	15
2.1. Idade Média	15
2.2. Idade Moderna	17
2.3. Idade Contemporânea.....	19
2.4. Breves Conclusões	20
3. Evolução da Infantaria Ligeira até 1814	21
3.1. Modelo Prussiano.....	22
3.2. Modelo Americano	24
3.3. Modelo Francês	25
3.4. Modelo Britânico.....	28
3.5. Breves Conclusões	30
4. Infantaria Ligeira Portuguesa: 1796 – 1814	31
4.1. Legião de Tropas Ligeiras	31
4.2. Legião Leal Lusitana	35
4.3. Batalhões de Caçadores	38
4.4. Breves Conclusões	42
CONCLUSÕES.....	44

Referências Bibliográficas	50
----------------------------------	----

ANEXOS.....	I
-------------	---

INTRODUÇÃO

*“Nem deixarão meus versos esquecidos
Aqueles que nos Reinos lá da Aurora
Fizeram, só por armas tão subidos,
Vossa bandeira sempre vencedora:
Um Pacheco fortíssimo, e os temidos
Almeidas, por quem sempre o Tejo chora,
Albuquerque terrível, Castro forte,
E outros em quem poder não teve a morte.”*

Luís Vaz de Camões

Este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge no âmbito do Tirocínio para Oficial de Infantaria (TPOI) e da necessidade de dotar o aluno de uma formação científica de base sólida, incitando-o à pesquisa e à investigação. Desta forma para complementar a formação técnica, o presente TIA visa desenvolver conhecimentos teórico-práticos no âmbito da História Militar, tendo como tema: *“Caçadores Portugueses na Guerra Peninsular”*.

A opção deste tema, em detrimento de tantos outros, surge não só do facto, do período em questão, ser um dos mais dramáticos, senão o mais dramático da história nacional, como também advém, de duas grandes necessidades, a primeira vai ao encontro do aperfeiçoamento dos conhecimentos no âmbito da Arma de Infantaria, o segundo numa vertente mais de divulgação, onde pretendemos dar a conhecer um pouco mais da história desta unidade elite do Exército Anglo-Luso, que só pela quantidade de feitos atingidos por seus soldados durante a Guerra Peninsular, deveria ser presença obrigatória na memória de todos os portugueses.

Durante o séc. XVIII e princípios do séc. XIX, começam a surgir no domínio da Infantaria Ligeira diversas unidades de Caçadores, com a designação correspondente à sua localização geográfica: *“Jägers”*; *“Rangers”*; *“Voltigeurs”* e *“Rifles”*. Portugal em finais do séc. XVIII, não era excepção e fruto da Campanha levada a cabo, em 1793, contra a então recém formada República Francesa, levou os chefes militares a despertarem para a necessidade de se criarem unidades ligeiras, que no campo da Infantaria e Cavalaria, passavam a designar-se de Caçadores. Contudo, não são esses Caçadores, o objecto de estudo deste trabalho, mas sim outros, organizados em Batalhões, criados por sucessivos decretos durante o período de 1808 a 1811, em plena Guerra Peninsular. Estas unidades seriam recordadas ao longo da História como *“Os Galos de Combate de Wellington”*.

Face ao tema escolhido, os objectivos específicos deste trabalho visam:

- Verificar em que medida as alterações no panorama político-social, durante o séc. XVIII e princípios do séc. XIX, influenciaram a recreação das unidades de Infantaria Ligeira;
- Identificar as causas e as consequências, que levaram à emancipação da Infantaria Ligeira, no campo de batalha;
- Analisar e identificar as principais características e diferenças entre os modelos de Infantaria Ligeira;
- Identificar quais as causas directas e indirectas, que levaram à formação dos Batalhões de Caçadores Portugueses.

O percurso metodológico adoptado para a elaboração deste trabalho foi:

- Pesquisa Bibliográfica;
- Análise Documental;
- Entrevista Semi-directiva.

Elegemos a seguinte **questão central**:

Como se justifica o surgimento dos Batalhões de Caçadores portugueses em plena Guerra Peninsular?

Da questão levantada decorrem as seguintes **questões derivadas**:

- De que forma, as melhorias introduzidas no armamento influenciaram a organização da Infantaria Ligeira?
- De que forma, se relacionam os diferentes modelos de Infantaria Ligeira?
- Como eram os “*Jägers*”, “*Rangers*”, “*Voltigeurs*” e “*Rifles*” empregues no campo de batalha?
- Como se desenvolve a Infantaria Ligeira em Portugal e quais os principais intervenientes?
- Qual o contexto político-social, em que os Batalhões de Caçadores foram criados?
- De que forma, a Aliança Luso-Britânica contribuiu na criação dos Batalhões de Caçadores?
- Como eram empregues os Batalhões de Caçadores portugueses?
- Quais as semelhanças existentes entre os Caçadores e os demais modelos de Infantaria Ligeira?
- Quais as causas directas e indirectas, que levaram ao aparecimento dos Batalhões de Caçadores em Portugal?

Organizamos a dissertação em seis partes: introdução, quatro capítulos e conclusões.

Na **Introdução**, definimos o contexto do estudo, os objectivos e importância do mesmo, a justificação da escolha, a sua delimitação e o percurso metodológico adoptado.

No primeiro capítulo, **Enquadramento histórico**, analisamos o contexto sociopolítico da época. Tentamos compreender, como é que uma guerra, que teve início nos EUA, influenciou a Revolução Francesa, mãe da democracia europeia. E de que forma, esta última, embutida de valores e ideais iluministas, causou tanta agitação em Portugal. De igual modo, analisamos o percurso histórico da mais antiga aliança do mundo, de forma a compreender o que levou D. João Príncipe-Regente de Portugal, a tomar uma posição de neutralidade, mesmo perante a ameaça de uma possível invasão Franco-Espanhola.

No segundo capítulo, **Evolução histórica do armamento vs Organização geral da Infantaria no campo de batalha: Idade Média – Guerras Napoleónicas**, analisamos a evolução das armas de projecção de fogo e quais suas repercussões na evolução táctica da Arma de Infantaria, isto num período que vai desde a Idade Média às Guerras Napoleónicas.

No terceiro capítulo, **Evolução da Infantaria Ligeira até 1814**, analisamos a evolução da Infantaria Ligeira segundo quatro modelos, com o intuito de estabelecermos uma comparação e relação entre eles. Claro está, dando mais ênfase ao tipo de Infantaria Ligeira denominada de Caçadores.

No quarto e último capítulo, **Infantaria Ligeira Portuguesa: 1796 – 1814**, analisamos a evolução da Infantaria Ligeira portuguesa, desde sua formação em 1796 até 1814, aquando do final da Guerra Peninsular, com o intuito de estudar as várias unidades formadas durante esse período, sendo elas: a Legião de Tropas Ligeiras; a Leal legião Lusitana e os 12 Batalhões de Caçadores. Durante este processo, vamos não só abordar a organização e modo de emprego dessas unidades ligeiras, como também vamos identificar os principais responsáveis pela sua criação.

Por fim, as Conclusões, onde iremos explicar o somatório das ideias principais da dissertação, com o intuito de dar respostas às questões derivadas e principalmente à questão central. Tendo contudo a noção, que este tema tem potencial para ser explorado noutros domínios. Ficando desta forma, muito por dizer.

1. Enquadramento histórico

1648, a Guerra dos 30 anos chegava ao fim através da celebração do Tratado de Westfália, que é apontado por Jack Levy, através da sua “*Análise dos Ciclos da Guerra*”, como sendo o fim do 1º Sistema Mundial, onde Portugal juntamente com Espanha, perdiam o domínio sobre os Mares, através da ascensão de novas potências (Telo, 1996).

À medida, que novas potências marítimas iam emergindo, Portugal via-se obrigado a disputar cada vez mais o seu monopólio na Ásia. Acrescendo o facto, das suas fronteiras estarem constantemente ameaçadas pela posição geográfica que ocupava. Assim sendo, Portugal não tinha outra saída, senão a de se tornar cada vez mais dependente da sua aliada, a Inglaterra. O que origina a perpetuação do Tratado de Windsor, ao longo dos tempos, através da atribuição de diversas concessões políticas e económicas, que nem sempre eram as mais vantajosas para Portugal.

Entrando no séc. XVIII, novos conflitos emergem, muitos dos quais sob a forma de verdadeiras revoluções, munidas de novos ideais políticos, capazes de derrubar poderes e criar nações. Portugal vê-se então obrigado a tomar partido num desses conflitos, o que traria consequências desastrosas para o país.

Assim, nasce a Guerra Peninsular e com ela todo um evoluir de situações, que haveria de gerar um dos períodos de maior importância no domínio das relações Luso-Britânicas.

1.1. A Revolução Francesa

Seis anos passavam desde do Tratado de Paris de 1783¹, onde pela 1ª vez na história da expansão colonial europeia, uma colónia conseguia conquistar a sua independência pela via revolucionária. Revolução, que haveria posteriormente de servir enquanto modelo, para outras revoluções e movimentos independentistas.

Sem dúvida poderemos afirmar, que a Revolução Francesa², foi buscar alguns ideais à Revolução Independentista Americana³ “...as ideias revolucionárias, contidas no labor intelectual dos Enciclopedistas e sobretudo nos livros do filósofo Rousseau, iam ganhando surdamente as classes letradas, já contagiadas pelo triunfo da independência americana...” (Selvagem, 1931, p.484). A Revolução Francesa, ícone máximo da vontade de um povo de poder escolher o seu destino, onde somos aquilo que queremos e não aquilo que nascemos; onde um soldado pode chegar a General, pelo seu valor demonstrado no campo

¹ Tratado assinado em Paris, no dia 3 de Setembro de 1783, através do qual a Inglaterra reconhecia oficialmente a independência dos Estados Unidos América, pondo desta forma termo a Guerra, que teve início em 1776, através da proclamação da independência, por parte de 13 colónias Norte Americanas.

² Ver ANEXO A, p. II.

³ Id.

de batalha; ou onde um pobre rapaz, que nasceu numa ilha distante, pode chegar a Imperador, apesar de não pertencer à realeza.

A França, país já então conhecido pelos seus sumptuosos palácios e pela sua Nobreza avultada, era um país onde o fosso entre ricos e pobres, era cada vez maior. Tudo isto causado por uma má governação, que encaminhava a França na direcção da banca rota e onde quem mais sofria era o povo. Já fartos de tamanha opressão e descontentamento, estes últimos, deram o seu grito de revolta, que culminou naquela que viria a ser a revolução, que não só mudaria o mundo de então, bem como a que viria a lançar os alicerces do mundo moderno, como hoje o conhecemos. Ainda em 1789, com o agravamento da crise, Luís XVI⁴ vê-se obrigado a convocar os Estados Gerais⁵, para acudir à grave crise interna, o que viria a precipitar os acontecimentos vindouros (Selvagem, 1931). Em 14 de Julho desse mesmo ano, já fartos e instigados por *“clubes republicanos e por agentes de certa sociedade secreta, a franco-maçonaria”* (Selvagem, 1931, p.485), o povo de Paris invadiu e destruiu a Bastilha⁶, prisão política que era o símbolo da monarquia absolutista francesa. Na sequência dos acontecimentos, o então Rei Luís XVI e a sua esposa a Rainha Maria Antonieta, eram feitos prisioneiros, em Paris.

Em 1792, perante a prisão dos monarcas, a Áustria e a Prússia decidem coligarem-se e começam a investir sobre as fronteiras francesas, levando a Assembleia Legislativa a declarar, a 11 de Julho de 1792, a *“A Pátria em Perigo”* (Telo, s.d.b).

Apesar das Cortes Europeias seguirem de perto os eventos, nada fazia antever o que estava para acontecer e quando todas as nações esperavam que os monarcas fossem mandados para o exílio, o descontentamento do povo falou mais alto e estes, a 22 de Setembro de 1792, através da Convenção Nacional⁷, proclamavam a República Francesa, una e indivisível, sendo o seu primeiro acto, o de julgar e decapitar, como traidores à pátria, os monarcas. Sentença esta, que foi cumprida a 21 de Janeiro de 1793, na guilhotina, símbolo da Revolução (Selvagem, 1931).

Entretanto, o desejo de constituir um Exército só com base no voluntariado esvanecera, uma vez que somente o princípio da Liberdade já não chegava para assegurar o recrutamento. O que levou, a que perante a ameaça de uma coligação maior, a Convenção Nacional decretasse inicialmente o levantamento de 300.000 homens e a 23 de Agosto de 1793, a *“Levée en Masse”*:

“A partir deste momento e até que todos os inimigos tenham sido expulsos do território da República, todos os franceses estão em requisição permanente para o serviço das armas. Os jovens partirão para o combate; os homens casados fazem as armas e

⁴ Ver ANEXO B, p. IV.

⁵ Órgão político de carácter consultivo e deliberado, constituído por representantes de todas as classes sociais, que não vinha sendo convocado desde 1614.

⁶ Ver ANEXO A, p. III.

⁷ Assembleia Nacional Constituinte, onde estavam representadas todas as classes.

transportam os abastecimentos; as mulheres farão tendas e servirão nos hospitais; as crianças ajudam como podem; os velhos irão para os locais públicos e procurarão incentivar a coragem dos guerreiros e pregar o ódio aos reis e a unidade da República.” (Telo, s.d.b, p.4).

Nestes termos, a mobilização passava a ser justificada por imperativos morais e não em nome de Reis (Telo, s.d.b), o que dotava as fileiras de um conjunto de homens altamente motivados pelos ideais revolucionários *“Liberté, Égalité et Fraternité”* e com uma capacidade intelectual bastante superior à dos Exércitos Reais. As guerras seriam agora conduzidas por Exércitos de massas, com um stock ilimitado de soldados, onde não se mediam perdas, nem esforços e onde o sucesso seria ditado não por manobras complicadas, mas sim por golpes audazes que permitiam tirar partido do número e do ímpeto (Martelo, 2007).

A França, que outrora temia pela sua sobrevivência, via as suas fileiras crescerem exponencialmente para 800.000 homens. O que levava, pouco a pouco, ao recuo da Coligação, que para contrariar os números, se via obrigada a angariar cada vez mais membros, o que originou a participação de Portugal na Guerra, ao lado da Espanha, com uma Divisão Auxiliar com cerca de 6.000 homens. Estavam lançados os dados para a Campanha do Rossilhão, *“...primeira participação do Exército português em operações militares, num teatro de operações europeu, fora da Península Ibérica.”* (Martelo, 2007, p.5).

1.2. D. João e a Neutralidade

“Foi o único que me enganou.”

Napoleão Bonaparte

Terminada a Campanha do Rossilhão, com a assinatura da Paz de Basileia, à revelia da Regência portuguesa, que punha termo à guerra entre o Reino de Espanha e a República Francesa. Portugal estava encurralado, sendo cada vez mais pressionado pela França, no sentido de se rebelar contra a sua antiga aliada, através do fecho de seus portos.

Napoleão⁸, constatando que Portugal não cedia às pressões, começa a planear a sua invasão. Em 1801, envia o seu irmão Luciano Bonaparte a Madrid, com o intuito de se fazer representar na convenção, de 29 de Janeiro de 1801, assinada entre ambos os países, na qual se estabelecia que o Reino de Espanha, deveria enviar um *“ultimatum”*⁹ como forma de restabelecer a paz, com a República Francesa, mas que caso não aceitasse, a Espanha deveria de declarar Guerra a Portugal. Após a qual, a França reforçaria o

⁸ Ver ANEXO B, p. IV.

⁹ O *“ultimatum”* impunha: a troca da aliança inglesa, pela paz com a França; exigia a submissão à Espanha; a abertura dos portos aos navios franceses e espanhóis e o fecho dos mesmos aos navios ingleses; a devolução de algumas províncias, como garantia da entrega de alguns territórios conquistados à França pelos ingleses, servindo de indemnização pelos prejuízos sofridos (Geraldo, 2007).

contingente militar espanhol com 15.000 soldados de Infantaria. Pois bem, Portugal não podia concordar com os termos do “*ultimatum*”, o que levou à invasão pelo Alentejo da coligação Franco-Espanhola, em que o resultado foi a derrota das forças portuguesas no campo de batalha e a perda definitiva de Olivença, numa guerra que ficou conhecida, como Guerra das Laranjas¹⁰ (Geraldo, 2007).

Assinada a paz, a 6 de Junho de 1801, através dos Tratados de Badajoz¹¹, onde a Espanha restituía à Coroa portuguesa, as praças conquistadas durante a Guerra, com excepção de Olivença, cumprindo desta feita uma antiga pretensão espanhola, que era fazer coincidir naquela zona a fronteira política com a fronteira natural, o rio Guadiana (Barata e Teixeira [Dir], 2004).

Napoleão, descontente com a acção diplomática do seu irmão Luciano, não ratifica o tratado, por nele não figurar a ocupação de algumas províncias portuguesas. Contudo pondo de lado a sua pretensão, relativamente às províncias, concede plenos poderes ao seu irmão para ultimar a paz com Portugal, que se traduziria no Tratado de Madrid¹², assinado a 29 de Setembro de 1801 (Geraldo, 2007).

Finda a Guerra, somando duas derrotas num espaço tão curto de tempo, o Exército Português, estava num estado lastimável, quer do ponto de vista do pessoal, quer a nível de disciplina ou de material. Assim, a experiência desastrosa destas campanhas despertou a atenção do Governo da Regência, para a necessidade de reformar todo o aparelho defensivo, o que leva à criação de um Conselho Militar, para se debruçar sobre o assunto (Martins, 1945).

A 25 de Março de 1802, a Paz de Amiens, era assinada entre as duas maiores potências europeias. Contudo, o retorno à calma seria de pouca dura, visto uma nova Guerra entre a França e a Inglaterra ter eclodido, pondo assim, em Maio de 1803, termo à paz. Mais uma vez, Portugal via-se no meio de duas posições, a primeira a favor do partido francês, em que Portugal se arriscava a perder o seu império, pela conquista da potência marítima da altura, que era a Inglaterra; a segunda a favor do partido inglês, onde Portugal com um Exército à beira da ruptura arriscava ser invadido, à semelhança do que acontecera em 1801¹³. Desta forma, não existia outra opção, que não a procura da neutralidade, por

¹⁰ Invasão Franco-Espanhola, datada de 20 de Maio de 1801, que culminaria na tomada de diversas praças portuguesas, como Arronches, Portalegre, Castelo de Vide, Bacarena, Ouguela, Juromenha e pela perda definitiva de Olivença. Culminando na derrota das forças portuguesas comandadas pelo Duque de Lafões e em dois tratados de paz humilhantes para Portugal.

¹¹ Com estes tratados, Portugal comprometia-se a fechar os portos à Inglaterra e a abri-los à França e seus aliados; rectificar a fronteira do Brasil de forma a possibilitar o alargamento do território da Guiana; ceder à Espanha Olivença; indemnizar a França num valor de 15 milhões de libras (Geraldo, 2007).

¹² Neste tratado, eram alteradas algumas das cláusulas do Tratado de Badajoz, em que Portugal via a indemnização à França aumentar para 20 milhões e via redefinida a fronteira entre a Guiana e o Brasil, onde o limite passava a ser o rio Carapanatuba (Geraldo, 2007).

¹³ Ver ANEXO C, p. IX.

parte do Príncipe-Regente D. João¹⁴, uma vez que a Inglaterra tardava em dar apoio militar. Neutralidade esta, comprada na Convenção de 19 de Março de 1804, num valor de 16 milhões de francos, bem como através da concepção de outros privilégios comerciais, acrescidos aqueles que Portugal já tinha contraído (Geraldo, 2007).

Ainda em 1804, Napoleão auto-coroa-se Imperador de todos os franceses e entregava uma carta amistosa a Junot, que na qualidade de Embaixador, deveria de a fazer chegar ao Príncipe-Regente, com o intuito de o virar contra o seu aliado de longa data. A esta carta, D. João respondeu negativamente, fazendo alusão a sua neutralidade, o que quase nos custou nova guerra contra a República Francesa, não tivesse sido esta derrotada, em 1805 na Batalha Naval de Trafalgar¹⁵, que serviu como elemento dissuasor numa possível invasão em solo Luso (Geraldo, 2007).

Com a derrota de Trafalgar, a República Francesa deixava de ser uma potência marítima, para passar a ser unicamente uma potência terrestre. E uma vez, que os planos de Napoleão para invadir a Inglaterra, tinham-se perdido com a destruição da sua Esquadra, nada melhor que tentar isolar o adversário, esperando que a sua economia se degrade. Foi com este pensamento, que Napoleão decretou, a 21 de Novembro de 1806, o Bloqueio Continental, obrigando todas as nações europeias, a fecharem seus portos aos navios ingleses, sob pena de declaração de Guerra. É com estas condições, que a neutralidade de Portugal viria a ser novamente posta em causa. Ao Príncipe-Regente restava a opção, de apoiar ou recusar o Bloqueio (Geraldo, 2007).

Fruto da política de neutralidade empreendida pelo Príncipe, somente a 19 de Maio de 1806, é que D. António Araújo Azevedo, então Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, decretou uma nova organização para o Exército. Contudo, esta reforma não chegaria a ser posta em prática devido à Primeira Invasão (Martins, 1945).

Temendo a política dúbia de Portugal, Napoleão convidou o país a fechar seus portos e a declarar Guerra à Inglaterra, até à data limite de 1 de Setembro. Perante nova recusa, Napoleão vê-se obrigado a enviar um “*ultimatum*”, que foi entregue, a 12 de Agosto de 1807, ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Este obrigava Portugal, a declarar Guerra à Inglaterra; a expulsar os representantes diplomáticos britânicos; a retirar os seus representantes da Inglaterra; a prender e a confiscar todas as mercadorias e bens pertencentes aos britânicos estabelecidos em território português e a juntar a sua Esquadra à Esquadra Franco-Espanhola, como forma de compensar as suas perdas na Batalha de Trafalga. Tudo isto, até à data limite estipulada no convite anterior.

Perante tal “*ultimatum*”, Portugal faz de tudo para não hostilizar a sua velha aliada, facto que lhe valeu a animosidade e a atenção do Imperador, uma vez que este já tinha

¹⁴ Ver ANEXO B, p. IV.

¹⁵ Batalha Naval, ao Largo de Trafalgar, que ocorreu a 21 de Outubro de 1805, onde o Almirante Nelson destruiu, quase por completo toda a Esquadra Franco-Espanhola, fazendo com que Napoleão perdesse o controlo sobre do Atlântico.

assinado, a 8 de Julho, a Paz de Tilsit¹⁶ (Geraldo, 2007). Num gesto de descontentamento, com a demora dos Portugueses em aderir ao Bloqueio, Napoleão e Manuel Godoy¹⁷, mandavam regressar seus embaixadores aos respectivos países, a 30 de Setembro de 1807 (Cesar, 1903).

Perante tamanha pressão, é então posto em marcha todo um plano com vista a iludir o Imperador. No qual o embaixador português, D. Domingos António de Sousa Coutinho e George Canning, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros britânico, assinam a 22 de Outubro de 1807, à revelia de Napoleão, uma Convenção Secreta, com o intuito de levar a Família Real e a sua Corte para o Brasil (Barata e Teixeira [Dir], 2004). Este desejo, expresso pelos britânicos, de retirada dos monarcas portugueses para esse território ultramarino, tinha quatro desígnios: o primeiro, seria a existência no Brasil de um governo português em diálogo e aliado da Inglaterra, o que deitava por terra qualquer legitimação de um governo francês em solo luso; o segundo, mais comercial, onde a Inglaterra exigia uma série de benesses, com vista à mudança da gestão comércio Brasileiro; o terceiro, em que a Inglaterra só protegeria a retirada da Família Real se fosse única e exclusivamente para o Brasil e na Esquadra portuguesa, de forma a impossibilitar os franceses de lhe deitar as mãos¹⁸; e por fim, o quarto, se bem que não expresso na convenção, era desejo dos britânicos, fazer de Portugal uma base de operações, a partir da qual poderiam fazer frente, à tentativa por parte dos Franceses, de se apoderarem da Península.

Mas ao mesmo tempo, que a França e a Espanha já nos tratavam como inimigos, o governo português decretava a 22 de Outubro de 1807, com vista a iludir Napoleão, o fecho dos portos aos Ingleses, demonstrando desta forma ter aderido ao Bloqueio. Contudo, Napoleão, ainda antes de assinar o Tratado de Fontainebleau¹⁹, já tinha dado ordens a Junot para marchar com um Exército de 26.000 homens sobre Lisboa. (Cesar, 1903).

Napoleão, desconfiado do Governo da Regência, acordava então, com Manuel Godoy, a 27 de Outubro, o Tratado de Fontainebleau e uma Convenção reguladora da ocupação de Portugal. Onde ficava expresso, o compromisso de uma aliança militar contra Portugal, materializada pelo envio de tropas por ambas as Nações, com vista à conquista e à sua posterior divisão em três reinos distintos (Barata e Teixeira [Dir], 2004).

Sem conhecimento do tratado Franco-Espanhol, os Embaixadores Portugueses dos respectivos países eram expulsos, em virtude do não cumprimento das cláusulas do “ultimatum”, o que levou a que o Governo da Regência, antevendo uma possível invasão

¹⁶ Conjunto de tratados celebrados entre a França, a Prússia e a Rússia. O primeiro entre a França e a Rússia assinado a 7 de Julho de 1807, punha termo à Guerra entre ambas as nações. O segundo, entre a França e a Prússia, celebrado a 9 de Julho de 1807, punha igualmente termo a guerra, contudo a Prússia via-se obrigada a aderir ao Bloqueio e a limitar o tamanho do seu Exército.

¹⁷ Ver ANEXO B, p. V.

¹⁸ Ver ANEXO C, p. X.

¹⁹ Ver ANEXO D, p. XXII.

mandasse acelerar os preparativos, para a saída da Família Real e da sua Corte, para o Brasil (Geraldo, 2007).

Durante o deslocamento em direcção a Lisboa, Junot recebera no dia 29 de Novembro a informação de que a Família Real estava de saída para o Brasil. Num gesto de desespero, manda acelerar a marcha, entrando em Lisboa no dia 30 de Novembro de 1807, somente com um Exército de 1.500 homens de Infantaria, completamente esfarrapados e cansados, uma vez que o remanescente da força, igualmente esgotada, encontrava-se espalhado ao longo dos Eixos de Invasão. Mas para Junot, isso não importava, pois o objectivo era apreender a Esquadra portuguesa e se possível a captura Família Real. A tentativa de Junot, foi em vão, uma vez que tinham zarpado com a sua Esquadra, no dia 27 (Barata e Teixeira [Dir], 2004).

A Guerra Peninsular tinha começado, com a primeira de três grandes invasões, que flagelaram o solo lusitano e que destruíram por completo o país. Onde, pela cobiça de poucos, muitos sofreram, dando origem a um dos episódios mais dramáticos da história de Portugal. Onde quem mais sofreu foi o povo, não só com as numerosas mortes, na ordem das 200.000 pessoas (cerca de 10% da população nacional), como também pelo arrasar do território nacional, através da destruição da indústria e da política de terra queimada, levada a cabo pelo ingleses, que conduziu à ruína da agricultura²⁰.

1.3. Aliança Luso-Britânica

“As nações não têm amigos, mas sim interesses.”

Coronel Henriques

A aliança estabelecida entre Portugal e Inglaterra, é já de longa data. Remonta aos primórdios da existência da nação Lusitana, onde em 1147, diversos cruzados ingleses pegaram em armas, para acudir ao pedido do primeiro Rei de Portugal, dando assim luz ao sonho de uma jovem nação de expandir as suas fronteiras e estabelecer uma nova capital através da conquista de Lisboa aos Mouros (Cesar, 1903).

Em 1303, durante o reinado de D. Dinis, é redigida a “*Carta Mercatoria*”, através da qual o Rei Eduardo I, concedia alguns privilégios comerciais aos mercadores portugueses (Guedes, 1938).

Já em 1372, as nossas relações com Castela vinham-se degradando e o desejo de Portugal, de alargar as suas fronteiras através do território Castelhana, era mais que muito. Tal levou a que D. Fernando, Rei de Portugal, se aliasse a João de Gant, Duque de Lencastre e filho de Eduardo III, na sua pretensão ao trono de Castela (Cesar, 1903). No ano seguinte, a 16 de Junho, a aliança era reforçada com a assinatura do Acordo de

²⁰ Ver ANEXO C, p. IX – X.

Tágilde²¹, que viria a ser posto a prova, em 1381, na sequência da crise dinástica, motivada pela morte do Rei D. Fernando. Inglaterra respondeu prontamente, com o envio de 1000 homens de armas sob o comando do Conde de Cambridge e mais tarde, com o envio de 500 arqueiros, para auxiliarem D. João nas suas pretensões ao trono²².

A aproximação à Inglaterra foi desde cedo encarada, como a única alternativa de por cobro às pretensões Castelhanas de retomarem Portugal. Assim, no dia 9 de Maio de 1386, o Tratado de Windsor²³ foi assinado, onde ambos os Reinos se declaravam unidos para o futuro nos mais estreitos laços de amizade e aliança, em caso de invasão. Tratado este, que ainda hoje é vigente e que constitui a mais antiga aliança diplomática existente entre duas nações²⁴.

As alterações no panorama político-económico europeu, ao longo dos séculos, provocariam diversas alterações no Tratado. Desta forma, até 1814, ano em que terminou a Guerra Peninsular, tivemos as seguintes rectificações (Almeida, 2009):

- I. Londres, 29 de Janeiro de 1642;
- II. Westminster, 20 de Julho de 1654;
- III. Whitehall, 26 de Abril de 1660;
- IV. Withehall, 23 de Junho de 1661;
- V. Lisboa, 7 de Maio de 1703.

Estas rectificações tinham por objectivo a manutenção da aliança entre ambas as Nações, bem como a actualização das condições impostas, de acordo com as necessidades da época. Assim, o tratado poder-se-ia resumir, segundo Viriato (1914) da seguinte forma:

- I. Um tratado de amizade constante e perpétua entre Portugal e Grã-Bretanha;*
- II. Em que nenhuma tratado com outras nações se pode sobrepor;*
- III. Em que nenhuma das partes se juntará ou auxiliará, de qualquer maneira, os inimigos da outra;*
- IV. Cada uma das partes impedirá danos e descréditos e avisará a outra de futuros ataques;*
- V. Nenhuma parte receberá inimigos ou fugitivos rebeldes, excepto fugitivos exilados;*
- VI. Nenhuma consentirá que inimigos da outra parte se armem nas suas terras;*
- VII. Quando uma das partes for atacada ou invadida, a outra parte quando requerido, deverá mandar auxílio de homens, armas, etc., para a defesa dos territórios na Europa, excepto quando façam falta no seu próprio país;*

²¹ Tratado de amizade e aliança defensiva em caso de Guerra, considerado como sendo o antecessor do Tratado de Windsor.

²² Ver o sítio de internet: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1957/N1661/N1661_master/GazetaCFN1661.pdf

²³ Ver ANEXO E, pp. XXIII – XXVIII.

²⁴ Ver o sítio de internet: <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=505>

VIII. De igual modo, em quaisquer conquistas ou colónias que uma das partes aliadas veja ofendida, deverá a outra, quando solicitado, enviar auxílio para a sua defesa ou recuperação quando perdida;

IX. Quando Portugal se vir ameaçado por Espanha ou França, a Inglaterra compromete-se a fazer os possíveis para manter a paz e quando tal não for possível a lutar ao lado de Portugal.” (Almeida, 2009, pp.5-6).

Além das vantagens militares, que este tratado impunha a ambas as Nações, outras mais de carácter político e económico se afiguravam. A Inglaterra garantia um elevado peso político nos desígnios da diplomacia portuguesa, evitando que os dois poderes Ibéricos se aliassem, de forma a não prejudicarem as suas pretensões marítimas; assegurava ainda diversos benefícios aos seus súbditos e o livre acesso aos portos portugueses, bem como a certeza, que estes não seriam usados por potências adversárias. Já os portugueses, não só garantiam a sua soberania, face às demais potências europeias (principalmente Espanha), como também, asseguravam o apoio diplomático britânico, em tudo aquilo que não prejudicasse os seus próprios interesses²⁵ (Almeida, 2009).

Já em período napoleónico, esta aliança, haveria mais do que nunca de ser posta à prova: quer pelo assinar de um acordo, com vista à saída da Família Real para o Brasil; quer através do envio de tropas, armamento e financiamento, com vista à libertação de Portugal, da ocupação francesa.

No primeiro caso, a ameaça iminente de uma invasão Franco-Espanhola, motivada pela recusa incessante, por parte do Príncipe-Regente D. João, de hostilizar a sua velha aliada, leva à assinatura, em 22 de Outubro de 1807, de uma Convenção Secreta, onde ficava estipulado, que o Governo britânico, consentia como forma de evitar a guerra, que Portugal fechasse seus portos à Inglaterra, com a garantia de que nenhuma expedição seria levada a cabo por forças britânicas contra a ilha da Madeira ou qualquer outra possessão portuguesa, mas que no caso de tal suceder, o Governo de Portugal, deveria dar indicações ao Governo da Madeira para não oferecer resistência. Ainda no âmbito da Convenção, ficava estipulado, que em caso de invasão, a Família Real deveria de partir para o Brasil na Esquadra portuguesa, sob protecção da Esquadra inglesa, onde para a escolta seriam imediatamente preparadas e enviadas seis naus de linha e ainda um Exército de 6.000 homens, que partiriam para Portugal, assim o governo português o entendesse. Já o Príncipe, comprometia-se em não ceder, em caso algum, a sua Esquadra à França ou à Espanha e a levá-la na totalidade ou em parte para o Brasil. Mas, caso decidisse levar somente uma parte, a outra teria que ficar sob a responsabilidade britânica, que a faria chegar ao Brasil com toda a segurança. Já numa vertente mais comercial do que militar, o

²⁵ Como se veio a verificar no Tratado de Fontainebleau, assinado a 3 de Novembro de 1703, que punha termo à Guerra dos Sete Anos e do qual Portugal não pode fazer parte, fazendo-se assim representar pela Inglaterra

acordo estipulava ainda, que assim que a Família Real chegasse ao Brasil, deveria proceder-se à negociação de um tratado de auxílio e comércio, onde seria escolhido um porto no Brasil, para que os navios ingleses pudessem descarregar mercadoria, pagando para o efeito o mesmo que pagariam em portos portugueses (Barata e Teixeira [Dir], 2004).

No segundo caso, aproveitando o estado de rebelião generalizado em Portugal, aquando da Invasão por parte do Marechal Soult, as tropas britânicas desembarcavam na praia de Lavos, a 1 de Agosto de 1808, com pouco mais de 13.000 soldados sob o Comando do General Arthur Wellesley²⁶. Sendo esse número mais tarde elevado para os 30.000.

O Governo da Regência, perante a nova conjuntura, negociava com o Governo do Rei Jorge III²⁷ a viabilidade do esforço de guerra português, a troco de compensações comerciais, como a abertura à Inglaterra do comércio brasileiro. Ficava então acordado, que os Ingleses pagariam os equipamentos e os salários de 30.000 homens de 1ª linha, enquanto os restantes soldados, seriam pagos pelo Governo da Regência¹⁵. Contudo, Portugal teve perto de 57.000/ 58.000 homens de 1ª linha a combater, fora as unidades de Milícias e as Ordenanças²⁸. Só para termos uma noção, a Nação em armas, custava por ano à Regência, aproximadamente 45 milhões de cruzados. As receitas anuais cobradas eram aproximadamente de 12 milhões, ao qual se retirava para o esforço de Guerra 9 milhões, somando o subsídio anual de 16 milhões, dado pelos britânicos²⁹, rapidamente chegamos à conclusão, que faltava mais de metade da soma. Esse valor em falta, seria pago através de premissas à Inglaterra, uma vez que eram eles, que forneciam todo o equipamento e armamento, que equipava o Exército Português.

Contudo, foram estes acordos, talvez pouco vantajosos para Portugal, se os analisarmos sob o ponto de vista económico, que permitiram o ressurgimento, segundo uma doutrina britânica, do Exército Português e consequentemente dos 12 Batalhões de Caçadores e possibilitaram com a nomeação³⁰ de William Beresford, para o cargo de Marechal-general e Comandante-chefe do Exército Português, a criação de um Exército conjunto Anglo-Luso, que haveria de ditar, a 21 de Junho de 1813 com o desfecho da Batalha de Vitoria, a expulsão das forças francesas na Península e a 10 Abril com o triunfo na Batalha de Toulouse, o final da Guerra Peninsular.

²⁶ Futuro Duque de Wellington.

²⁷ Ver ANEXO B, p. V.

²⁸ Ver ANEXO C, p. XIX.

²⁹ Ver o sítio de internet:

<http://forumdefesa.com/forum/viewtopic.php?f=13&t=1235&sid=af6b4b72f3268f78e657186d3a75e01f>

³⁰ Decreto real datado de 7 de Março de 1809.

1.4. Breves Conclusões

Os ideais de liberdade e igualdade transportados pela Revolução Francesa, rapidamente se tornaram uma ameaça para a maioria dos monarcas absolutistas europeus, que com a morte do Rei Luís XVI, viam o poder que detinham sobre povo e a Nação, a ser posto em causa. Tal levou à criação de uma aliança contra a República francesa, que teve como consequência, o aclamar da Nação em Armas, o que por si só, constituía uma vitória, uma vez que a mobilização deixava de ser em prol da defesa de um Rei, para passar a ser em prol da pátria e de valores morais, o que levou ao aparecimento de uma nova classe de soldados, providos de um ânimo e de uma capacidade intelectual e cultural muito superior à dos restantes exércitos.

Portugal após a Guerra das Laranjas, confrontado com as fragilidades do seu aparelho militar e com a ameaça de uma possível invasão francesa ou de um ataque às suas possessões ultramarinas, viu-se obrigado a enveredar por uma política de neutralidade, que arruinaria os cofres da Regência e impossibilitaria a criação de um Exército, capaz de fazer fase às ameaças com que Portugal se via confrontado.

O Bloqueio Continental, decretado a 21 de Novembro de 1806, poria termo a neutralidade de Portugal e num derradeiro gesto de desespero, o Príncipe-Regente tentava uma última saída, através da assinatura de uma Convenção Secreta com Inglaterra. Esta Convenção, é a prova viva de que as Nações não têm amigos, mas sim interesses. Onde num momento, em que a sobrevivência da Nação portuguesa era posta em causa, pela ameaça de uma possível invasão, motivada pela recusa por parte de D. João em declarar guerra à sua antiga aliada, a mesma, tentava negociar a possível saída da Família Real para o Brasil. Não para a Madeira, nem para a África ou a Ásia, mas sim para o Brasil, com o único fim, de garantir, não só a abertura do comércio e dos portos brasileiros aos britânicos, como também a de criar uma alternativa ao grande gestor desse comércio, que era Portugal. Tal haveria, anos mais tarde, de causar a independência desse território.

Por fim, a mesma aliança, vinculada pelo Tratado de Windsor, que haveria de ser causadora da Guerra Peninsular, também haveria de contribuir para a libertação de Portugal do jugo francês, através do desembarque de uma força de 13.000 soldados, que posteriormente haveria de ascender aos 30.000 e do financiamento de 30.000 soldados portugueses. Criando desta forma, as condições necessárias ao surgimento de um Exército conjunto Anglo-Luso e por conseguinte dos Batalhões de Caçadores Portugueses.

2. Evolução histórica do armamento vs Organização geral da Infantaria no campo de batalha: Idade Média – Guerras Napoleónicas

“A raça humana é governada por sua imaginação.”

Napoleão Bonaparte

As transformações na organização e emprego tático da Infantaria, resulta de um longo processo evolutivo, directamente ligado à evolução do armamento, uma vez que apesar de estarmos a falar de campos distintos, em que um se refere ao domínio da estratégia militar e outro ao domínio da engenharia mecânica, é de entendimento geral, que as armas não combatem sozinhas, bem como as guerras não se vencem sem armas³¹. É neste parâmetro de evolução conjunta, que a Infantaria ligeira nos moldes do séc. XVIII surge e tem o seu próprio processo evolutivo. Processo através do qual, surgem as unidades de Caçadores que pretendemos estudar com a elaboração deste trabalho.

2.1. Idade Média

Nos primórdios da Idade Média³², o domínio do campo de batalha era da Cavalaria, sendo a Infantaria relegada para segundo plano, devido à insuficiência das armas de arremesso, como a Funda ou das primeiras armas de projecção de tiro como o Arco. Assim o “*FANTE*”, como era conhecido eram meros criados dos homens a cavalo que por norma pertenciam à Nobreza, tendo por função a de carregar as bagagens dos seus Senhores e no campo de batalha a de matar os homens que eram derrubados pelos Cavaleiros (Álvares, 2008).

Contudo só no séc. XIV, é que a Infantaria recuperaria algum do seu prestígio de outrora, com aparecimento: das organizações comunais³³; com o desenvolvimento e generalização das armas de projecção de tiro, como o Arco Longo, que devido a sua morosidade no treino e preparação para o tiro, foi substituído pela Besta e pelo Arcabuz³⁴; e com a invenção de novas armas de mão, como a Alabarda, a Partazana e principalmente o Pique (Álvares. 2008).

É na pólvora, substância química responsável pela projecção dos projecteis a partir de uma arma, que se encontra a génese do funcionamento das armas de projecção de fogo.

³¹ Ver ANEXO F, pp. XXIX – XXX.

³² Idade Média ou Idade das Trevas, termo criado no séc. XVII para exprimi o período que vai desde a queda do império Romano do Ocidente, no ano de 476 D.C até ao início da Idade Moderna no séc. XV.

³³ A princípio formadas por burgueses e gentes das artes e mais tarde por voluntários, equipados com um pique (Álvares, 2008).

³⁴ Besta de maiores dimensões, que posteriormente, devido à sua semelhança, viria a dar o nome ao Arcabuz enquanto arma de fogo.

Criação atribuída ao monge alemão Bertolo Schwarz, tornou possível o aparecimento de armas como as Bombardas, Columbrinas, Serpentinhas e Escopetas³⁵, conhecidas como sendo as primeiras armas deste tipo e usadas pela primeira vez pelos ingleses em 1346 na Batalha de Crécy contra os franceses. Surge ainda no final do séc. XIV, as primeiras armas portáteis deste tipo, conhecidas por Pequenas Bombardas e Petrinas³⁶. (Macieira e Alves, 2007).

Entretanto foram realizados diversos melhoramentos nas armas de projecção de fogo, de forma a torná-las cada vez mais eficientes para o combate. Assim em 1392, surge o Arcabuz³⁷ e com ele a substituição da Vela, dispositivo de deflagração da pólvora até então, pelo Morrão (mais impermeável).

Já no séc. XV, são introduzidas algumas melhorias no Arcabuz, de entre as quais, a introdução do Fecho em “S”³⁸, considerado o precursor dos mecanismos de disparar e que constava de um simples ferro com a dita forma, que possibilitava uma melhor pontaria. Apesar das alterações feitas ao Arcabuz, a arma continuava a não ser justa³⁹ e a execução do tiro era bastante demorada, o que não trazia grandes vantagens na sua utilização. Facto pelo qual, a sua utilização não se estendeu a toda a Infantaria.

Desta forma, as inovações geradas no armamento da Infantaria associadas à introdução de um conceito próximo aos de uma defesa de posição, onde as formações passavam a ser essencialmente lineares, de tipo falângico⁴⁰ (Martelo, 2007), deitavam por terra as defesas de que a Cavalaria medieval dispunha e com elas o seu domínio sobre o campo de batalha. Já a Infantaria, como a Fénix que renasce das cinzas, via progressivamente readquirido o seu papel de Arma dominante e decisora dos resultados das Guerras, passando a organizar-se em três escalões, cada um constituído por oito fileiras: o primeiro, composto inicialmente por besteiros, que viriam gradualmente a ser substituídos por arcabuzeiros, prontos a fixar o inimigo; o segundo, por alabardeiros, que apoiavam o primeiro ou torneavam-no, para através de uma posição mais vantajosa abordar o inimigo de flanco; e o terceiro por piqueiros com a função de impedir o reforço das forças adversárias ou realizar uma operação decisiva, sobre as forças que se encontravam fixadas pelos outros escalões (Álvares, 2008).

Nos princípios do séc. XV, surge o Fecho de Serpentina⁴¹, que dava ao atirador a possibilidade de disparar usando as duas mãos. As inovações trazidas por esta invenção,

³⁵ Ver ANEXO G, p. XXXI.

³⁶ Id.

³⁷ Id., p. XXXII.

³⁸ Id.

³⁹ Uma arma diz-se justa quando o seu tiro é preciso (quando a amplitude de dispersão dos impactos é pequena) e regulado (o ponto médio do agrupamento dos impactos coincide com o centro do alvo) (Macieira e Alves, 2007).

⁴⁰ Formação cerrada de tipo rectangular.

⁴¹ Id., p. XXXIII.

não só criaram as condições ideais para que o Petrinal desse lugar à Pistola⁴², através da mera introdução no dispositivo de uma coronha curva que permitia ao combatente empunhá-la (Macieira e Alves, 2007), como também a sua adaptação ao Arcabuz, levava a que este passasse a chamar-se de Mosquete, dando assim origem a uma nova classe de combatentes designados por mosqueteiros⁴³.

2.2. Idade Moderna

Com o fim da Idade Média, dá-se entrada na Idade Moderna⁴⁴, marcada pelo fim da capacidade inventiva no respeitante às armas de mão, em oposição às constantes inovações trazidas no campo das armas de projecção de fogo, que passam desde a generalização do Mosquete⁴⁵, à introdução de novos mecanismos de disparo e criação de armas estriadas, trazendo uma nova dinâmica na organização das forças no campo de batalha. A Infantaria dividia-se em dois grandes grupos: os atiradores (Arcabuzeiros e Mosqueteiros) perfazendo 2/3 da força e os piqueiros, que não eram mais que 1/3. Estas forças articuladas em quatro ou oito fileiras caracterizavam-se por estarem dispersas ao longo de frentes muito extensas, de maneira a diminuir os efeitos da Artilharia; e por actuarem em conjunto, uma vez que os piqueiros tinham que oferecer protecção durante o intervalo em que os atiradores recarregavam as armas (Álvares, 2008).

Em 1498, Gaspar Zolner inventava as primeiras armas com estrias que eram paralelas ao eixo do cano. Contudo, a invenção não se generaliza devido à falta de justeza, causada pela deformação do projectil, fruto das pancadas recebidas para entrar nas estrias (Macieira e Alves, 2007).

Já em 1517, um relojoeiro chamado Krepus, introduz nas armas de projecção de fogo uma importantíssima inovação, que recebeu o nome de Fecho de Roda⁴⁶, que veio a substituir o Fecho de Serpentina e assim acabar com a necessidade de manter o morrão aceso, permitindo ao atirador disparar sempre que quisesse (Macieira e Alves, 2007).

Em 1520, surge o Fecho de Caçoleta⁴⁷, que possibilitava que a escorva não se molhasse e evitava disparos fortuitos⁴⁸.

Só no final do séc. XVI, é que o problema das estrias ficou resolvido, pondo assim término às armas de projecção de fogo primitivas⁴⁹, através da criação por parte de um

⁴² Ver ANEXO G, p. XXXIII.

⁴³ Ver o sítio de internet: <http://www3.dsi.uminho.pt/academiamilitar/2002/Capitulo1/Capitulo1.htm>

⁴⁴ Período da história que tem início no séc. XV, com a queda do Império Romano do Oriente no ano de 1473 D.C, pelo início dos Descobrimentos Marítimos e pela reforma protestante em 1517, e que vê o seu fim com a Revolução Francesa de 1789.

⁴⁵ Id.

⁴⁶ Id., p. XXXIV

⁴⁷ Id.

⁴⁸ Ver o sítio de internet: <http://www3.dsi.uminho.pt/academiamilitar/2002/Capitulo1/Capitulo1.htm>

⁴⁹ Id.

armeiro chamado Nuremberga de uma arma com estrias helicoidais que imprimiam ao projectil um movimento de rotação em torno do seu eixo, proporcionando assim maior alcance, penetração e justeza que as armas que possuíam cano de alma lisa. Ainda nessa altura a criação do Calepim⁵⁰ viria a resolver o problema da deformação do projectil, causada pelas pancadas que recebia com a vareta, de forma a aderir às estrias (Macieira e Alves, 2007).

Entretanto, no início do séc. XVII, surge o Fecho de Sílex ou de Pedreneira⁵¹ e o Mosquete dá lugar ao Fuzil ou Espingarda de Pedreneira, dando origem a uma nova classe de soldados chamados de fuzileiros ou espingardeiros (Macieira e Alves, 2007).

Nos finais do séc. XVII, surge a Baioneta⁵², invenção que permitiu que o Fuzil pudesse ser empregue enquanto arma de projecção de fogo e arma de mão de estocada de haste. Facto que levou à sua generalização no seio da Infantaria, o que veio a trazer profundas mudanças no respeitante a organização das forças no campo de batalha, uma vez que embora estas não substituíssem o inteiramente Pique, a sua bipolaridade, foi decisiva para que este fosse desaparecendo e com ele os piqueiros das fileiras dos Exércitos (Álvares, 2008). Possibilitando desta forma aos atiradores cumprir com uma das vantagens que caracterizava e caracteriza ainda hoje a Infantaria “boa para o combate em todos os terrenos, e em todos logares e circunstancias, quer de dia, quer de noite.” (Leme, 1874).

Em meados do século XVIII, surge o cartucho de papel⁵³, que vem substituir o Polvorinho⁵⁴ e estandardizar a quantidade de pólvora necessária ao tiro, que anteriormente dependia da percepção e experiência do atirador, criando as condições para que um atirador bem treinado demorasse somente 15 a 20seg a carregar o Fuzil.

Entretanto, em finais da Idade Moderna, tem início a 1ª Revolução Industrial⁵⁵ e com ela surge a padronização do equipamento e armamento graças a possibilidade de poder produzir em série⁵⁶.

⁵⁰ Ver ANEXO G, p. XXXIV.

⁵¹ Id., p. XXXV.

⁵² Id.

⁵³ Id., p. XXXVI.

⁵⁴ Recipiente, que servia para armazenar a pólvora

⁵⁵ Revolução que tem origem em Inglaterra e que se espalha pelo Europa, durante um período que vai de 1770 a 1860.

⁵⁶ “França produz mais de 2 milhões de mosquetes Charleville, no padrão básico de 1777, embora em vários modelos evolutivos.” (Telo, s.d.a).

2.3. Idade Contemporânea

“Nas batalhas a artilharia prepara os sucessos; a cavalaria completa-os; porém a infantaria é que os decide.” (Leme, 1874, p.232).

Com a Revolução Francesa, de 1789, dá-se entrada na Idade Contemporânea e com ela, todo um conjunto de novas ideias emergem. Este período, fortemente marcado pelos ideais iluministas, leva mais do que nunca à afirmação da Infantaria no campo de batalha.

O Fuzil era a arma mais usada pela Infantaria durante o séc. XVIII e princípios do séc. XIX, nomeadamente durante as Guerras Napoleónicas⁵⁷. Esta, além da demora no recarregamento, em que um soldado bem treinado conseguia no máximo fazer três disparos por minuto, era igualmente pouco precisa e fiável, uma vez que devido ao fenómeno de “vento”⁵⁸, o projectil saía da boca do cano com desvios imprevisíveis⁵⁹, acrescentando o facto, de que em tempo de chuva, a pólvora húmida raramente tornava possível o disparo⁶⁰. Estes defeitos, eram colmatados pelas formações cerradas adoptadas pela Infantaria, em que os homens eram agrupados, ombros com ombros em formações compactas, que podiam ir desde da formação em coluna, para os deslocamentos; à linha⁶¹, para tirar maior partido do poder destrutivo das suas armas ou ainda à formação em quadrado, para com as baionetas se protegerem das cargas de Cavalaria. Os disparos eram executados à voz e por salvas, de forma alternada, por linhas ou por sectores. A primeira salva, por norma a mais mortífera, era executada a uma distância do inimigo que rondava aproximadamente os 50 / 100m, após a qual poder-se-ia executar uma segunda, mas por norma era lançado o assalto e o combate iria decidir-se através da destreza demonstrada pelos soldados com a Baioneta calada ao Fuzil⁶². A disciplina e coesão das forças era indispensável, uma vez que estas, não só tinham que aguentar ordeiramente as cargas de Cavalaria, os fogos provenientes da Infantaria e Artilharia adversária, como também tinham de conseguir mudar ordeiramente de formação sempre que a situação assim o exigisse (Telo, s.d.a).

A excepção a esta prática, era a Infantaria Ligeira, que ao contrário das formações cerradas adoptadas pela Infantaria de Linha, operavam em pequenos grupos que se

⁵⁷ Termo usado para designar os diversos conflitos armados, ocorridos entre 1799 e 1815, que opôs a França a diversas coligações e do qual faz parte a Guerra Peninsular.

⁵⁸ Ver ANEXO G, p. XXXVI.

⁵⁹ Segundo o Coronel Hanger (1804) *“Um mosquete normal, se não estiver demasiado desgastado (como acontece com muitos), pode acertar na figura de um homem a 80jardas (72,8m); talvez mesmo a 100jardas (91metros); mas é preciso um soldado ter grande dose de azar para ser ferido por um tiro de mosquete normal a 150jardas (136m), desde que o opositor aponte para ele. Disparar contra um homem a 200jardas (182m) de distância é a mesma coisa que disparar contra a lua.”* (Telo, s.d.a).

⁶⁰ *“A chuva forte podia tornar impossível o uso dos mosquetes. Mesmo sem chuva, o mosquete como norma falhava um tiro em cada 6,5 tentativas em boas condições e, com tempo húmido, podia falhar 1 tiro em cada 4.”* (Telo, s.d.a, p. 6).

⁶¹ Formavam 2 ou 3 linhas de atiradores.

⁶² Ver o sítio de internet: <http://www.francisco.paula.nom.br/Armas%20Brasil/eficacia/eficacia.htm>

desdobravam em linha de atiradores à frente e nos flancos das unidades principais, como forma de lhes garantir apoio, cobertura e protecção, visto que um soldado desta força caso estivesse equipado com uma Carabina⁶³ de cano estriado poderia facilmente atingir um homem a 150 / 200m de distância (Telo, s.d.a). Assim a demora na preparação para o tiro aliado à falta de treino das unidades de linha, levou a que o emprego das armas de cano estriado só se generalizasse em algumas forças de Infantaria Ligeira, de forma a tirar maior partido da predisposição dessas unidades para o tiro. O que viria a contribuir para o aparecimento de unidades como os “*Rangers*”, os “*Rifles*” e as Companhias de Atiradores pertencentes aos Batalhões de Caçadores portugueses, que transpondo o seu emprego para os dias de hoje funcionavam como autênticos “*Snipers*”.

2.4. Breves Conclusões

A evolução e emprego das armas de mão, de projecção de tiro e de projecção de fogo, ainda que bastante rudimentares, associadas a introdução de um conceito próximo aos de uma defesa de posição, onde as formações passavam a ser essencialmente lineares, de tipo falângico, permitiu à Infantaria recuperar o seu papel de Arma dominante, em detrimento da Cavalaria.

O aperfeiçoamento constante dos mecanismos de disparar, bem como o surgimento da Baioneta, provocaram a generalização das armas de projecção de fogo e o consequente desaparecimento das unidades de piqueiros no seio dos Exércitos.

A generalização do Fuzil, durante o séc. XVIII e princípios do séc. XIX, levou a que as formações fossem cerradas e lineares, de forma a colmatar a falta de precisão inerente a essas armas e assim tirar o máximo partido dos efeitos destrutivos provocados pelas mesmas. Excepção a essa regra era a Infantaria Ligeira, que lutava em pequenos grupos formando linhas de atiradores, dispersos à frente das unidades de linha e que pelo seu elevado treino e capacidade para a execução do tiro conseguia contrariar essa falta de precisão.

Por fim, a generalização das armas de alma estriada, não se estendeu a toda a Infantaria, derivado do facto, do seu emprego requerer bastante mais treino e a sua preparação para o tiro ser bastante mais longa do que com as armas de alma lisa. Facto pelo qual, elas passaram a equipar algumas unidades de Infantaria Ligeira, contribuindo desta forma para a formação de unidades de atiradores especiais, como os “*Rangers*”, os “*Rifles*” e as Companhias de Atiradores portugueses.

⁶³ Arma de menor dimensão que o Fuzil, empregue essencialmente pela Cavalaria e pelas unidades de Caçadores.

3. Evolução da Infantaria Ligeira até 1814

“O desembaraço físico e a elevada inteligência do homem comum permite aos atiradores franceses colher todas as vantagens oferecidas pelo terreno e pela situação geral, enquanto os apáticos alemães, boémios e holandeses formam em campo aberto e nada mais fazem do que aquilo que seus oficiais dizem para eles fazerem.”

General Gerhard von Scharnhorst

Do ponto de vista da evolução histórica militar, a Infantaria Ligeira não pode ser vista como uma criação do séc. XVIII, mas sim como um processo recreativo, uma vez que os “*peltastas*”⁶⁴ trácios e “*vélites*”⁶⁵ romanos, não eram outra coisa senão uma forma de Infantaria Ligeira. Desta forma, a sua recreação e afirmação, além de estar associada, como constatamos no capítulo anterior, à evolução do armamento, também está ligada às mudanças políticas ocorridas na América e Europa durante o séc. XVIII e princípios do séc. XIX (Martelo, 2007). Deste modo, um tratado militar francês⁶⁶, datado de 1782, ainda que num cenário de Antigo Regime⁶⁷ começa por definir Tropas Ligeiras e a nomear os tipos de missões para o qual o seu emprego faria mais sentido, do seguinte modo:

“Tropas Ligeiras são aquelas cuja constituição as torna mais vocacionadas para operações que exigem celeridade. Designam-se por vezes, de Irregulares. Este epíteto é impróprio [...] Demonstraremos que não podemos tirar das Tropas Ligeiras nenhuma vantagem se a sua disciplina não for exactamente como a das outras. [...] Empregam-se, especialmente, na cobertura do Exército durante as marchas, bivaques, forragens e aquartelamentos; para tomar de assalto postos inimigos; para alertar para a sua aproximação, para o observar, flagelar, surpreender; para dificultar a sua subsistência, inquietar as suas colunas de reabastecimento, reconhecer os seus movimentos e posições, cobrar impostos no seu território, arruína-lo, etc...” (Martelo, 2007, pp. 14-15).

A própria Infantaria Ligeira, fruto da sua evolução haveria de ser composta por diversos tipos de unidades, uma das quais seria os Caçadores. Esta força adoptaria as mais diversas designações, de acordo com o país onde surgiriam: “*Jägers*” prussianos; “*Rangers*” americanos; “*Voltigeurs*” franceses; “*Rifles*” britânicos e Caçadores portugueses. É com base neste contexto, que iremos neste capítulo abordar a evolução da Infantaria Ligeira,

⁶⁴ Unidades munidas de um escudo leve e de varias lanças, cuja missão era a provocação e o flanqueamento do adversário para que este atacasse.

⁶⁵ Unidades que constituíam a primeira linha de ataque romana e que se dispunham à frente das legiões com a mesma finalidade dos “*peltastas*”.

⁶⁶ “*Traité sur la constitution des Troupes Légères, et sur leur emploi a la guerre*”.

⁶⁷ Regime absolutista vigente em França, antes da Revolução Francesa.

segundo quatro modelos distintos, onde focaremos mais a acção destas unidades ligeiras, uma vez que constituem uma parte fundamental para a elaboração deste trabalho.

3.1. Modelo Prussiano

“As batalhas ganham-se pela superioridade do fogo.”

Frederico II

Com a morte de seu pai, em 1740, Frederico II⁶⁸ sobe ao trono. Com um Exército de 80.000 homens sobre uma população de 2.500.000 habitantes (Lemes, 1874), este empreende ao longo do seu reinado uma série de reformas, que levam a que o Exército Prussiano fosse considerado sinónimo de perfeição pelos seus pares europeus.

Confrontado com uma instituição militar defeituosa, as reformas instituídas por Frederico II, iam no sentido, de modificar a organização do Exército; de melhorar as capacidades de raciocínio dos seus quadros e a qualidade técnica dos seus soldados através da execução e valorização do treino; de incutir ao seu Exército o amor pelo dever e pela honra militar; e de instituir uma disciplina, que a dureza e os horrores do campo de batalha não pudessem quebrar (Martelo, 2007).

Assim, para atingir os seus propósitos, Frederico II, viu-se obrigado a aumentar o número do seu Exército para 200.000 homens; encarregou o General von Seydlitz de transformar a sua Cavalaria à semelhança dos “*Huszárs*”, que gozavam de grande prestígio, pela rapidez como executavam as suas manobras⁶⁹; aumentou e aperfeiçoou a Artilharia, através da invenção da Artilharia a Cavalo (Leme, 1874), o que permitia movimentar as bases de fogos à mesma velocidade que a Cavalaria (Martelo, 2007); e fez da Infantaria uma força altamente disciplinada, onde as manobras eram executadas em marcha com o dispositivo formado em linha.

As forças Prussianas tirando o máximo partido da criação do moderno fuzil, elegiam como elemento essencial de combate⁷⁰ para a sua Infantaria, o Fogo, onde o principal objectivo não era a precisão, uma vez que requeria bastante treino e os desvios provenientes dos disparos eram imprevisíveis, mas sim, a velocidade com a qual se disparava, à voz e por salvas, de modo a criar uma verdadeira muralha de projecteis. No entanto, este efeito só era garantido por outra das características que o Exército Prussiano detinha, a elevada disciplina, que levava a que as suas formações lineares fossem mantidas com rigor, mesmo perante a flagelação constante e devastadora da Artilharia e Infantaria inimiga (Martelo, 2007).

⁶⁸ Ver ANEXO B, p. V.

⁶⁹ É todo movimento destinado à mudança de posição, por parte de uma força (Leme, 1874).

⁷⁰ Os elementos essenciais do combate são: o fogo, o choque, o movimento, a protecção e o comando/ligação (Martelo, 2007).

Durante a Guerra da Sucessão Austríaca, a Áustria vendo ameaçadas as suas fronteiras a Sudeste, chamava a intervir no conflito diversas unidades capazes de acções irregulares⁷¹, peritas na arte da escaramuça⁷² e do reconhecimento, embora tidas pelos seus inimigos como sendo um conjunto de ladrões e assassinos, não deixava de merecer a atenção de Frederico II, que para as combater, criava as Forças de Cobertura⁷³ sob a forma de Tropas Ligeiras constituídas por unidades de Cavalaria Ligeira, conhecidos por “Huszárs”; Artilharia a Cavalo e pelos “Jägers”⁷⁴, que mais funcionavam como aclaradores, isto é, iam a frente para o Grosso da Força não ser surpreendido pelo adversário, assim que este fosse avistado davam uns disparos, o inimigo identificava-se e assim davam tempo ao grosso da força de ocupar as suas posições no campo de batalha, quase que num consentimento de ambas as forças⁷⁵.

Os “Jagers” encontravam-se organizados em um Regimento, constituído por 3 Batalhões a 4 Companhias, onde cada Companhia guarnecia uma Brigada. Estas unidades, compostas por elementos com bastante experiência no tiro e em técnicas de dissimulação, envergavam um uniforme verde e usavam uma corneta de caçador para transmitir as ordens, à semelhança daquilo que viria a acontecer nos restantes Exércitos europeus (Chappell, 2007). Apesar da sua mais-valia no campo de batalha, estas forças não deixavam de ser vistas pela maioria das chefias militares com um certo desdenho, uma vez que iam contra tudo o que máquina militar prussiana representava: ordem; automatismo; disciplina e poder de fogo.

Tais mudanças, rapidamente se fizeram notar nas restantes cortes, sobretudo após a vitória de Frederico II na 3ª Guerra da Silésia⁷⁶, que levou “... *quasi todas as nações europeas se apressaram em imitar a organização militar da Prússia, até nos mínimos detalhes; especialmente a França que adoptou o seu regulamento táctico, e o uso dos uniformes.*” (Leme, 1874, p.140). Contudo, com a morte de Frederico II, o mesmo Exército que foi assombro de todos os militares da Europa, por sua disciplina, profissionalismo, exactidão e pela perícia de seus Generais em conduzir a Guerra, envelhecera, e com ele todo um corpo de oficiais resistentes à mudança (Martelo, 2007). Onde este Exército profissionalizado, com tácticas complexas e rígidas que dependiam da preservação dos

⁷¹ Operações que exigem bastante rapidez e que são impróprias para a Infantaria de Linha (Martelo, 2007).

⁷² Combate próximo, de curta duração, empenhando efectivos reduzidos e dispersos pelo campo de batalha, com o intuito de desgastar o adversário. Também conhecido por combate em Ordem Dispersa.

⁷³ “...forças que operam à frente do grosso das tropas da divisão, abrem-lhes o caminho nos movimentos ofensivos e guardam-lhes o desenvolvimento nos movimentos defensivos...” (Ver ANEXO C, p. XIV).

⁷⁴ Ver ANEXO H, p. XXXVII.

⁷⁵ Ver ANEXO C, p. XIII.

⁷⁶ Conflito armado, decorrente da Guerra dos Sete Anos, teve início em 1756 e acabaria com o Tratado de Hubertusburg, em 1763, onde Frederico II anexava esse território, vindo desta forma triplicar número de seus habitantes (Leme, 1874).

seus soldados altamente treinados e difíceis de serem substituídos, tinha acabado de se tornar numa máquina de guerra demasiadamente dispendiosa, pesada e com pouca mobilidade, quando comparada aos novos exércitos que se erguiam da Revolução Francesa, através da sua “*Levée en Masse*” (Telo, s.d.b). Facto, que haveria de ditar o seu fim, em 1806 e 1807 com as batalhas de Jena e Eylau.

3.2. Modelo Americano

Aquando da morte de Frederico II, o Modelo Prussiano tinha estagnado e apenas dava sinais de uma reforma que se previa bastante lenta. Assim, num ambiente claramente revolucionário, emerge um novo conflito que lança as bases para as modificações tácticas que se haveriam de seguir na Europa.

Na Guerra da independência Americana, os colonos enfrentavam um Exército britânico, organizado de forma semelhante ao do Modelo Prussiano, onde as unidades de Infantaria de Linha adoptavam formações em Ordem Unida⁷⁷, de comando centralizado, vocacionado para o combate por salvas e para o choque frontal. Em oposição, tínhamos o “*Continental Army*”, que pela falta de treino de seus soldados e do número limitado de homens para recompletar suas fileiras, optava por não combater o Exército de sua Majestade em campo aberto, preferindo apostar certeira, na dispersão dos seus atiradores altamente móveis, que procuravam usar o terreno durante a sua movimentação para se protegerem das vistas e dos fogos; e que munidos de armas de cano estriado faziam fogos precisos e mortíferos sobre o inimigo (Martelo, 2007).

Contudo, a grande vantagem do “*Continental Army*” residia na elevada qualidade de seus soldados, que pelo facto de estarem a combater em casa por um ideal independentista, proporcionava-lhes um ânimo e um conhecimento do terreno incomparavelmente superior ao dos britânicos. Surgindo desta feita, um novo tipo de combatente, “*o soldado pensante que lutava por uma causa*” (Martelo, 2007, p. 20) e que tornava possível a adopção de formações em Ordem Dispersa enquanto método de combate, o que trouxe seus benefícios, nomeadamente nas Batalhas de Lexington, Concord e Bunker Hill.

O “*Continental Army*” possuía uma força de elite chamada “*Rangers*”⁷⁸, organizada em Companhias capazes de realizar acções independentes. Esta força de colonos especializados era essencialmente constituída por caçadores de profissão que conheciam bastante bem o terreno e que tirando o máximo partido deste, realizavam acções de guerrilha na retaguarda das fileiras adversárias, de Reconhecimento e igualmente de Cobertura, onde combatiam bastante à frente da força principal, com o objectivo primário de

⁷⁷ Forças dispostas em linhas de atiradores cerradas.

⁷⁸ Ver ANEXO I, p. XXXVIII.

bater pontualmente os quadros britânicos, destruindo por completo o moral, o comando e o controlo de suas fileiras, semeando a incerteza e o terror no meio destas, acabando desta forma com qualquer tipo de cortesia militar que advinha do Modelo anterior. Desta forma, as unidades de “*Rangers*”, constituem-se como os precursores das unidades de Caçadores, como as entendemos num período pós Revolução⁷⁹.

Tais ensinamentos, levaram os franceses e os britânicos a tentar implementar em seus países, ainda que num cenário diferente do da Guerra da Independência do EUA, esta nova forma de combater, que tanto prejuízo trouxe para as fileiras britânicas e que levou à derrota de um dos melhores Exércitos da altura.

3.3. Modelo Francês

“Segundo o valor do seu Exército, vive ou morre uma Nação; segundo o valor da sua Infantaria, floresce ou fenece um Exército.”

Napoleão Bonaparte

A participação francesa, com um contingente comandado pelo Marquês de La Fayette, na Guerra da Independência Americana, despertou nas chefias militares a necessidade de aligeirar aquele pesado Exército, copiado à semelhança do prussiano pelo regime absolutista de Luís XV (Martelo, 2007). Assim, tendo por base de lançamento as experiências retiradas da Campanha nos EUA, a percepção de uma Infantaria mais flexível, capaz das mais diversas acções, começa a ser lentamente posta em prática pelo Antigo Regime.

Contudo, só a partir da Revolução Francesa e através do surgimento do soldado cidadão, é que estiveram reunidas as condições morais necessárias à remodelação do Exército. Desta forma, as manobras complexas assentes em formações compactas de comando centralizado e de forças profissionais altamente treinadas, sem iniciativa, bastante difíceis de substituir, dão lugar a uma máquina movida por uma enorme paixão, assente em valores patrióticos e princípios revolucionários, bastante mais aligeirada, com tácticas menos rígidas, uma vez que as novas unidades não tinham o treino nem a disciplina do antecedente (Martelo, 2007). Tais factores, levaram à exploração das tácticas de escaramuça, o que resultou num aumento do número de “*Tirailleurs*”⁸⁰ (Telo, s.d.b).

Em 1792, o General Durmouriez, comandante do Exército do Norte, determinou que em cada Regimento de Infantaria fossem treinados um pequeno número de soldados enquanto Infantaria ligeira. Um ano depois o seu sucessor, o General Jean-Nicolas

⁷⁹ Ver ANEXO C, p. XVII.

⁸⁰ Termo empregue durante o período Napoleónico, para designar os soldados que combatiam em Ordem Dispersa.

Houchard, insiste na formação de pequenos grupos de Infantaria Ligeira por cada Batalhão, e numa das suas instruções, datadas de 23 de Agosto de 1793, ele transmitiria:

“De agora em diante, haverá sessenta e quatro homens por batalhão...seleccionados como atiradores (tirailleurs), devendo estes homens ser escolhidos de entre os soldados mais valorosos e com melhor pontaria.” (Martelo, 2007, p. 20).

A “*Nação em Armas*”, decretada a 23 de Agosto de 1793, criou as condições necessárias para que os franceses se tornassem os grandes impulsionadores da Infantaria Ligeira a combater em Ordem Dispersa, uma vez que passava a dispor de uma leque de homens, que além de estarem altamente motivados por um ideal político, estavam muito melhor preparados culturalmente e intelectualmente, do que aqueles que vinham do campo⁸¹

Com um Exército que começava a rondar os 800.000 homens, as unidades ligeiras crescem em flecha⁸². São levantados Batalhões de Infantaria Ligeira organizados inicialmente em 9 Companhias, passando em 1808 a seis, das quais faziam parte duas unidades ligeiras distintas, os “*Carabiners*”, vocacionado para operações de Assalto e de Choque, e os “*Chasseurs*”, para operações de Guarda Avançada e de Reconhecimento⁸³.

É neste contexto, que Napoleão manda levantar, em 1803, uma Companhia de “*Voltigeurs*”⁸⁴ por cada Batalhão Infantaria Ligeira. Estas unidades de elite, cujo nome advinha da missão que lhes fora atribuída originalmente, de atacar a Cavalaria inimiga subindo para cima de seus cavalos, através da técnica de volteio, com o intuito de deitar abaixo os cavaleiros e roubar-lhes o animal. Esta ideia não teria grande aceitação e assim os “*Voltigeurs*”, seriam empregue para acções de escaramuça, de mascaramento, de cobertura, esclarecimento e para bater pontualmente os quadros adversários. Estes homens além de serem excelentes atiradores, não mediam mais de 1,60m, o que os tornava perfeitos para combater em Ordem Dispersa, uma vez que devido a sua baixa estatura podiam movimentarem-se com bastante rapidez pelas florestas, bem como aproveitar mais facilmente as dobras e os obstáculos existentes no terreno, para se protegerem aquando da execução do disparo⁸³.

Estas unidades, pela sua generalidade de missões, bem como pelas suas características corporais específicas, tornavam-se na elite da Infantaria Ligeira, o que levava a que fossem treinados e equipados de forma diferente. Estes eram armados com a

⁸¹ Ver ANEXO C, p. XIII.

⁸² A França, durante o período Napoleónico, chega a ter 35 Regimentos de Infantaria Ligeira.

⁸³ Ver no sítio da Internet: <http://napoleonsgrandarmy.wordpress.com/2008/12/04/napoleon-bonepartes-grand-army-of-1812/>

⁸⁴ Ver ANEXO J, p. XXXIX.

Espingarda de Pederneira Charleville Modelo 1777⁸⁵, com baioneta e tinham igualmente um pequeno sabre, para o combate corpo-a-corpo (Haythornthwaite, 2004).

A grande particularidade destas Companhias de “*Voltigeurs*”, residia no facto de poderem ser retiradas dos seus Batalhões de origem, para serem empregues individualmente em missões específicas ou organizados em unidades ligeiras maiores consoante as necessidades⁸⁶.

Napoleão, satisfeito com o emprego desta força, decretava em 1805, o levantamento de uma Companhia de “*Voltigeurs*” por cada Batalhão de Infantaria de Linha. As únicas diferenças entre estas Companhias e as Ligeiras, subsistiam no facto de seus homens poderem ser um pouco mais altos e não serem tão bons atiradores⁸⁶.

Desta forma, pelas enormes qualidades físicas e intelectuais de seus homens, os “*Voltigeurs*” organizavam-se em pequenas unidades, que combatiam em Ordem Dispersa, à frente das unidades de linha (Telo, s.d.b). Estas, através de um movimento incessante de ida e volta, conjugado com uma capacidade fogo constante e precisa, obrigavam o adversário não só a mudar constantemente a sua formação de coluna para linha, de forma a enfrenta-los, o que reduzia consideravelmente o seu ímpeto e velocidade de aproximação⁸⁷, como também permitia que os Batalhões de Linha franceses, que tendiam a movimentarem-se e a lutarem em coluna, a uma velocidade de 120 passos por minuto⁸⁸, ficassem protegidos das vistas e dos fogos inimigos, através da espessa cortina de fumo proveniente dos disparos dos “*Voltigeurs*”, que possibilitavam a aproximação ao adversário sem praticamente nunca sofrerem as consequências da primeira salva de disparos, uma vez que o seu avanço era bastante rápido e estava protegida pelo enorme número de atiradores ligeiros que ia à frente, chegando mesmo por vezes a confundirem-se as unidades ligeiras, igualmente numerosas, com as unidades de linha (Telo, s.d.b).

O próprio General Foy, ao constatar as alterações geradas no seio da Infantaria Ligeira pela criação destas unidades, haveria de se referir a ela da seguinte forma: “*Os “Voltigeurs” eram a verdadeira Infantaria Ligeira de França, foi nesse sentido que lhes atribuíram habitualmente o serviço de escaramuça, os regimentos de infantaria ligeira só tinham o nome, porque eram organizados, armados, treinados como o resto da infantaria.*”⁸⁹.

⁸⁵ Ver ANEXO L, p. XLI.

⁸⁶ Ver no sítio da Internet: <http://napoleonsgrandarmy.wordpress.com/2008/12/04/napoleon-bonepartes-grand-army-of-1812/>

⁸⁷ Ver ANEXO C, p. XIV.

⁸⁸ As forças Francesas marchavam e combatiam à velocidade de 120 passos por minuto enquanto os seus adversários europeus faziam-no a 70 passos por minuto.

⁸⁹ Ver o sítio de internet: <http://www.1789-1815.com/voltigeurs.htm>

3.4. Modelo Britânico

Fruto das experiências retiradas dos anteriores conflitos, nomeadamente a Guerra da Sete Anos e sobretudo da Guerra da Independência Americana, onde as pesadas baixadas sofridas pelos britânicos se deviam essencialmente à precisão dos atiradores americanos, o Exército Britânico, entendeu que tinha igualmente de aligeirar o seu dispositivo de índole prussiana e aceitar a indispensabilidade desta nova forma de combater à frente, com atiradores exímios, empregando a tática da escaramuça.

Assim, em 1793, aquando da Campanha da Flandres, os Batalhões de Infantaria britânicos já vinham organizados, desde 1758, com uma Companhia de Infantaria Ligeira, armadas e fardadas de igual forma às suas homónimas. Contudo, a crescente necessidade de separar estas unidades dos seus Batalhões, para as agrupar em formações mais numerosas e empregar em missões separadas das unidades de linha, levam a que Frederico de Hanôver, Duque de York, nomeado Comandante-chefe do Exército, desde 1795, recorresse ao recrutamento local (holandeses e alemães) e a oficiais franceses exilados, desejosos de lutar contra o novo regime, para os enquadrar, com o intuito de formar novas unidades ligeiras, como no caso dos *“Ramsey’s York Chasseurs”*, dos *“Hompesch’s Light Infantry”*, *“Loewenstein’s Chasseurs”*, entre outras. O mesmo, que em 1797, recorrendo a 400 homens do *“Hompesch’s Mounted Rifles”* e 500 do *“Loewenstein’s Chasseurs”* haveria de formar o 5º Batalhão do Regimento Nº 60, que haveria de se constituir como o primeiro Regimento de Infantaria Ligeira, completamente equipado com a Baker (Chappell, 2004).

Contudo, seria somente com o General Sir John Moore, considerado o pai da Infantaria Ligeira britânica, que o seu conceito seria completamente reformulado. Não só através da sua capacidade de transpor para as fileiras britânicas de uma forma pacífica e evolutiva, o conceito de soldado pensante⁹⁰, através da transformação de diversos Regimentos de linha em Regimentos de Infantaria ligeiros, como também pelo treino e criação da Divisão Ligeira, que haveria de servir de modelo, em termos doutrinários, às mesmas unidades que se haveriam de formar posteriormente (Martelo, 2007).

Esses novos Regimentos de *“Rifles”*⁹¹, constituídos por dois Batalhões com 10 Companhias cada, um em depósito na Inglaterra e outro empregue em combate, possuíam duas valências, podiam ser divididos e nesse caso as Companhias atribuídas às diversas Brigadas ou então podiam ser empregues enquanto Regimentos/ Batalhões independentes.

Estas unidades, igualmente conhecidas por *“Green Jackets”*, estavam munidas de uma Carabina de alma estriada, denominada de Baker⁹², que permitia uma qualidade

⁹⁰ Conceito que tinha surgido nos EUA e em França pela via revolucionária

⁹¹ Ver ANEXO K, p. XL.

⁹² Ver ANEXO L, p. XLI.

bastante superior de fogos, onde segundo Elliot-Wright (2000) “...os *Riflemen* diferiam da generalidade da infantaria ligeira na medida em que tinham uma missão especializada como atiradores de elite. Enquanto da infantaria ligeira se esperava que fosse capaz de manobrar em ordem dispersa e de combater em formação cerrada, juntamente com a infantaria de linha, a função dos *Riflemen* era a de alvejar oficiais e sargentos e, em termos gerais, flagelar o inimigo.” (Martelo, 2007, p. 48).

Wellington, durante a Guerra Peninsular, haveria de tirar grande partido dessas unidades de “*Snipers*” dos tempos antigos, explorando ao máximo o seu potencial, para o sucesso da sua tática de contra-encosta⁹³, encontrando-se conjuntamente com os Caçadores portugueses dispersos pela encosta, onde num movimento de vai e vem constante de aproximadamente 800m, flagelavam pontualmente os quadros, os soldados e as unidades ligeiras adversárias, após o qual se juntavam às unidades de linha, que já se encontravam na encosta, para efectuar mais uns disparos ou passarem à reserva⁹⁴. Importante será de referir, que no geral a função dos Caçadores seria a da escaramuça, já a dos “*Rifles*” em conjunto com as nossas Companhias de Atiradores⁹⁵ seria a de bater pontualmente os oficiais, sargento e soldados adversários. Não querendo com isto dizer, que não eram empregues na escaramuça. Desta forma, o emprego destas forças consistia não só no quebrar do ímpeto e da velocidade impostas pela cadência de marcha adversária, pela necessidade de parar para responder aos fogos, como também a destruição do moral e da sua capacidade de comando, através da sua acção enquanto “*Snipers*”.

Por fim, importante será de salientar que apesar de estas unidades terem uma missão especializada enquanto atiradores de elite e de diferirem das restantes Infantarias ligeiras por não serem empregues enquanto unidades de linha, Wellington viria a contrariar essa tendência. Motivado talvez pela necessidade de mais efectivos, Wellington em algumas das suas batalhas haveria de usar a Divisão Ligeira enquanto unidade linha, exemplo disso, foi o Buçaco, onde lhe foi atribuído um sector em Sula e depois nas linhas de Torres onde esta foi deixada ao contacto em Alenquer e onde quase haveria de ser destruída pelos franceses⁹⁶.

⁹³ Tática usada por Wellington, que consistia em colocar o Corpo Principal do seu Exército em contra-encosta, de forma a protegê-lo das vistas e dos fogos da Artilharia e da Infantaria, bem como para dificultar acção da Cavalaria. Procurando desta forma, reduzir ao máximo o número de baixas e criar o efeito surpresa, providenciado pela Infantaria Ligeira e finalizado pelas duas ou três fileiras de atiradores “*The Thin Red Line*” colocadas em contra-encosta (Ver Anexo C, p. XVI).

⁹⁴ Ver ANEXO C, p. XVI.

⁹⁵ Companhias orgânicas aos Batalhões de Caçadores, funcionavam como os Rifles (Snipers).

⁹⁶ Ver ANEXO C, p. XVII.

3.5. Breves Conclusões

Com base nas mudanças políticas do séc. XVIII, podemos então afirmar que a Infantaria Ligeira seguiu dois caminhos distintos. O primeiro, reformista, como no caso prussiano e britânico, onde as alterações haveriam de surgir naturalmente de forma pacífica. Já o segundo, revolucionário, onde as alterações na estrutura dos Exércitos surgiria por via das armas e de uma forma brusca, como no caso americano e francês.

No Modelo Prussiano, a Infantaria Ligeira encontrava-se relegada para segundo plano. Aos “*Jägers*”, era atribuído um papel de esclarecedores, mais com o intuito de evitar surpresas, do que propriamente de atiradores de elite, onde o combate em Ordem Dispersa, quase que era promovido por ambas as partes, com o intuito de dar tempo ao remanescente da força de ocupar seus lugares no campo de batalha.

A Guerra da Independência Americana proporcionou grandes mudanças no domínio da Infantaria Ligeira, através do surgimento nas fileiras de uma classe de soldados altamente motivados e que conheciam perfeitamente o terreno.

Os “*Rangers*”, devido ao conjunto de acções que realizavam, constituem-se como os precursores das unidades de Caçadores.

Os franceses haveriam de ser os grandes impulsionadores da Infantaria Ligeira a combater em Ordem Dispersa na Europa, uma vez que a partir da sua “*Levéé en Masse*” as suas fileiras ficariam guarnecidas por um conjunto de soldados cidadãos, que além de se encontrarem extraordinariamente animados por ideais políticos, tinham um nível intelectual, cultural e determinadas características físicas que mais nenhum outro Exército dispunha. É neste sentido que surgem os “*Voltigeurs*”, que equipados com um mero Fuzil e movimentando-se rapidamente faziam uso do terreno e dos obstáculos para se protegerem enquanto atiravam com eficácia contra o adversário, isto num movimento de vai e vem constante, proporcionando cobertura e mascaramento aos movimentos da Infantaria de Linha.

O Modelo Inglês surgiria das experiências retiradas da campanha americana, uma vez que os “*Rifles*”, à semelhança dos “*Rangers*”, encontravam-se armados com carabinas de cano estriado, o que tornava o “*Rifle*” num autêntico “*Sniper*”, onde o seu principal objectivo além da escaramuça era principalmente a de bater pontualmente os quadros com grande precisão, tal conferia-lhes um grande poder de decisão e iniciativa, uma vez que eram eles que escolhiam o alvo, a posição no terreno e o momento de disparo.

Em jeito de conclusão podemos afirmar, que o Modelo Clássico Prussiano seria substituído pelos Modelos Francês e Britânico, que foram influenciados diferentemente pelo Modelo Americano, que indirectamente haveria de ser o responsável por algumas das mudanças no domínio da Infantaria Ligeira europeia.

4. Infantaria Ligeira Portuguesa: 1796 – 1814

“A Infantaria Ligeira, reunindo todas as propriedades que lhes são peculiares, póde considerar-se uma artilharia portátil, porque lhe é permitido, como a esta arma, entrar em combate a grandes distancias.” (Leme, 1874, p. 255).

Em 1793, na sequência dos tratados assinados com Inglaterra e Espanha, Portugal enviava uma Divisão Auxiliar, composta por 6.000 homens comandados pelo então Tenente-General John Forbes Skellater⁹⁷, para combater os Revolucionários franceses, na fronteira dos Pirenéus Orientais, ao lado do Exército Espanhol (Barata e Teixeira [Dir], 2004). Os dois anos de campanha, poucos benefícios trouxeram para Portugal, a não ser o facto de saírem de suas fileiras, um conjunto de pensadores e reformadores militares, que pelas suas experiências adquiridas, se aperceberam da necessidade urgente de aligeirar todo aquele dispositivo militar de clara inspiração prussiana, instaurado três décadas antes por Schomberg Lippe. É neste contexto, que surgem pessoas como D. Miguel Pereira Forjaz, o General Marquês de Alorna, o General Gomes Freire de Andrade⁹⁸ e o General Forbes⁹⁹, que seriam os principais impulsionadores da Infantaria Ligeira em Portugal.

4.1. Legião de Tropas Ligeiras

A participação portuguesa na guerra contra o Exército Republicano Francês e a posterior aliança franco-espanhola, resultante da assinatura da Paz de Basileia, colocava Portugal perante a ameaça de uma possível invasão. Tal, leva a que em 1795, se dê início a um novo ciclo de leis, com vista à reforma da máquina militar portuguesa e consequentemente da Infantaria Ligeira (Amaral, 2010).

A Infantaria ligeira, começa a ser vista com outros olhos, muito derivado do facto dos portugueses terem experienciado na Campanha do Rossilhão, os estragos que esta podia provocar nas fileiras adversárias. O próprio Gomes Freire de Andrade, um dos elementos mais empenhados na reforma do Exército, haveria como consequência da sua participação na campanha e das suas muitas viagens pela Europa, de avançar com uma proposta de criação de Tropas Ligeiras, sugerindo adopção da denominação de Caçadores para a Infantaria e Cavalaria (Martelo, 2007). Proposta esta, que foi bem recebida pelo Marechal-

⁹⁷ Escocês ao serviço de Portugal desde 1763.

⁹⁸ Ver ANEXO M, p. XLII.

⁹⁹ Id., p. XLIII.

general Duque de Lafões¹⁰⁰, então Comandante-chefe do Exército, uma vez que partilhava das mesmas ideias¹⁰¹.

As ideias de Gomes Freire e do Duque, começaram então a ser postas em prática por acção do decreto de 1 de Agosto de 1796, que previa a criação de uma Companhia de Caçadores por cada Regimento de Infantaria, organizada da seguinte forma:

“1 Capitão; 1 Tenente; 1 Alferes; 2 Sargentos; 1 Furriel; 5 Cabos; 2 Tambores e 78 Anspeçadas e Soldados, totalizando 91 homens. Adicionalmente, acrescentavam-se 6 praças de Caçadores em cada uma das Companhias de fuzileiros, para serem empregues como “aclaradores”.” (Martelo, 2007, p. 29).

Por sua vez, o decreto de 7 de Agosto de 1796, previa a criação da Legião de Tropas Ligeiras (LTL)¹⁰², composta pelas três Armas e organizada por 1 Batalhão de Caçadores, com 8 Companhias; 3 Esquadrões de Cavalaria¹⁰³ e 1 Bateria de Artilharia a Cavalo com 6 peças de 6 libras (2,72Kg), num total de 1379 homens, sendo designado para a comandar o prestigiado Marquês de Alorna, facto pelo qual passaria a ser também conhecida por Legião de Alorna (Soriano, 1879).

A criação da Legião de Alorna, “... *tinha o objectivo de contrabalançar os perigos da Infantaria Ligeira adversária, ou seja, um conceito de resposta simétrica.*” (Chartrand e Coelho, 2006, p. 35). Esta força, enquanto tropa de elite do Exército português, trajava de forma diferente, envergando uma jaqueta azul clara, com colarinhos, punhos, lapelas em pano preto adornados com vivos amarelos e calças que no Verão eram de cor branca e no Inverno de cor azul claro. O armamento usado por seus elementos, era o fuzil de padrão português com baioneta ou terçado, o que denotava uma clara influência francesa, até porque o comandante da força tinha optado por manuais franceses para a introdução e desenvolvimento do treino básico (Chartrand e Coelho, 2006).

Em 1799, o Marquês de Alorna publicava um livro a pedido da Regência “*Reflexões sobre o systema económico do exército*”¹⁰⁴, onde nele expressava entre tantas outras ideias, algumas referentes a forma de utilização da Tropa Ligeira. Estas ideias, haveriam de ser empregues pelo Duque de Lafões em vésperas da Guerra das Laranjas, onde em Maio de 1801, ordenava ao Coronel Pamplona Corte Real o levantamento nas províncias do Norte

¹⁰⁰ Ver ANEXO M, p. XLII.

¹⁰¹ O Coronel Artilharia Stokler, resume na Carta V da sua publicação “*Cartas ao autor da história geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*” de 1813, algumas das ideias do Duque relativamente ao sistema defensivo português, onde nela foca seu desejo de aumentar o número de Tropas Ligeiras; transformar quase toda a Cavalaria, em Cavalaria Ligeira; estabelecer Companhias de Caçadores nos corpos de Infantaria, em relação com as de fuzileiros; e criar corpos de Artilharia a cavalo (Gil, 1912).

¹⁰² Ver ANEXO N, p. XLIV.

¹⁰³ Um Esquadrão, contrariamente à doutrina em vigor em que é sinónimo de Companhia, equivalia a um Batalhão/ Grupo.

¹⁰⁴ Ver ANEXO O, p. XLV.

de diversas Companhias de Caçadores voluntário, bem como determinava o aumento do número de Companhias de Caçadores nos Regimentos de Infantaria em detrimento das perdas das Companhias de fuzileiros.

O Duque de Lafões culpabilizado pela derrota na Guerra das Laranjas, foi destituído de todos os seus cargos e substituído a 23 de Julho pelo Marechal Conde de Goltz¹⁰⁵.

A 29 de Setembro, Portugal assina com a França, o Tratado de Madrid, que põe fim às hostilidades entre ambas as Nações. Instalada a paz, dava-se início à tão ambicionada reforma do Exército. Contudo, as sucessivas decisões polémicas tomadas pelo Conde e a perda da confiança por parte do Secretário de Estado Almeida e Castro, levaram ao seu afastamento voluntário, a 9 Junho de 1802. Motivo este, pelo qual nunca viria a ser chamado a comparecer às reuniões do Conselho Militar¹⁰⁶, mandado organizar por Decreto de 1 de Dezembro de 1801, pretendendo estabelecer “... *uma bem entendida constituição militar, que igualasse as nossas tropas às daqueles Estados que mais se têm ocupado do melhoramento e perfeição dos seus exércitos.*” (Martins, 1945, p. 210).

O Conselho Militar tem a sua primeira sessão a 7 de Janeiro de 1802, na qual o General Forbes-Skellater, Inspector-geral da Arma de Infantaria, apresentava um plano de organização para o Exército, que foi discutido, modificado e aprovado (Amaral, 2010). Do plano de Forbes, fazia parte a criação de uma Tropa Ligeira, constituída por 5.000 Caçadores, 1.200 Hussardos¹⁰⁷, organizados em 3 Legiões, com 2 Batalhões de Caçadores e 2 Esquadrões de Hussardos, sob o comando de um Brigadeiro (Martelo, 2007).

A 5 de Março de 1802, era exposto por D. Miguel Pereira Forjaz¹⁰⁸ um relatório, sobre o andamento dos trabalhos do Conselho, ao qual o Secretário daria o seu parecer positivo. Assim avançava-se para a organização das forças pelo território. De referir, que nesta exposição já estava assente as sedes das 3 Legiões, que seriam Bragança, Guarda e Castelo Branco, tudo regiões fronteiriças e montanhosas, uma vez que, segundo Forbes estas localidades devido à qualidade de seus homens, seriam as mais indicadas ao recrutamento de soldados para as Legiões, como também pelo facto destas unidades se constituírem no sistema defensivo a Norte, como as forças mais capazes de desempenhar acções enquanto Forças de Cobertura, possibilitando “... *estabelecer o contacto com o*

¹⁰⁵ General Prussiano contratado por D. João.

¹⁰⁶ O Conselho Militar era presidido pelo então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra D. João Almeida de Melo e Castro, futuro 2º Conde das Galveias, tinha como Secretário o Coronel D. Miguel Pereira Forjaz, Sub-Inspector da Arma de Infantaria; e era constituído por nove vogaes nacionais e estrangeiros ao serviço da Coroa Portuguesa, dos quais faziam parte: os Conde de Goltz e de Viomenil, Marechais do Exército; os de Aveiras, de Sampaio e de S. Lourenço, Generais de Artilharia, Cavalaria e de Infantaria respectivamente; João de Forbes Skellater, Marquez de la Rosière e João Dordaz, Tenentes-generais; Francisco Carlos de Quief-de-Ville, Marechal de campo e em Julho 1802 pelo Tenente-general Conde de Chalup. Tinha por atribuições “o *exame e deliberação sobre todos os assuntos relativos à constituição do exército, à sua disciplina e instrução...*” (Martins, 1945, p. 211).

¹⁰⁷ Termo empregue com a mesma conotação que Caçadores a cavalo.

¹⁰⁸ Futuro Conde da Feira.

invasor, fornecer informações precisas a seu respeito e retardar o seu avanço, dando assim, tempo ao exército de Linha para se aprontar para o combate.” (Martelo, 2007, p. 31). Foi neste contexto que a Legião foi empregue na Beira durante a Guerra das Laranjas.

Terminado o plano por parte do Conselho, D. João Almeida de Melo e Castro não se pronunciou logo, preferindo publicar, entre 11 e 14 de Junho de 1803, três folhetos¹⁰⁹, distribuídos por diversos oficiais, com o intuito destes se pronunciarem e darem o seu contributo na tão ambicionada reforma (Alorna, 1902). Mas tal, em vez de trazer benefícios, só levou ao seu adiamento, causado pelo desentendimento entre os oficiais, no respeitante à nova reorganização que o Exército deveria de possuir. Importante será de referir, que estas publicações constituíram-se como a Proposta de Reforma de 1803¹¹⁰, da qual faziam parte 3 Legiões, repartidas por cada uma das 3 Divisões previstas e compostas por 2 Batalhões de Caçadores, a 4 Companhias cada; e 4 Esquadrões de Caçadores a Cavalo.

Resolvidas as desavenças, por alvará de 19 de Maio de 1806¹¹¹, o então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. António de Araújo de Azevedo, punha em marcha a Reforma de 1806, que previa uma nova organização para o Exército (Martins, 1945). Todavia, parece ter havido hesitações no respeitante à criação das 3 Legiões previstas na Proposta de Reforma de 1803, ficando assim previsto somente a constituição de uma Legião, com 1.379 homens de Infantaria, Cavalaria e Artilharia a cavalo, que ficava de fora da orgânica do Exército de Linha e com um estatuto não permanente¹¹², como o das Milícias (Martelo, 2007).

Aquando da entrada de Junot em solo Luso, o Exército era constituído por Divisões, Brigadas, Regimentos, num total de 113.000 homens em armas. Contudo, a realidade era bem diferente, uma vez “... *que a maior parte das unidades de linha não tinham sequer metade dos seus efectivos, as milícias não haviam recebido instrução e as ordenanças constituíam mais um embaraço do que um elemento proveitoso para a defesa.*” (Barata e Teixeira [Dir], 2004).

Por decreto de 22 de Dezembro de 1807, a LTL era dissolvida à semelhança do resto do Exército, sendo os elementos e os seus fundadores, o Marquês de Alorna e Gomes Freire, integrados na Legião Portuguesa, que se encontrava ao serviço de Napoleão.

¹⁰⁹ 1º “*Organização provisional do Exército*”, 2º “*Instrução provisional para o comando das divisões do exército*” e 3º “*Regulamento provisional para as ordenanças do reino e dos Algarves*” (Gil, 1912).

¹¹⁰ Ver ANEXO P, pp. XLVI – LV.

¹¹¹ Ver ANEXO Q, pp. LVI – LVII.

¹¹² Os homens da Legião recebiam instrução em tempo de paz, mantendo-se no entanto nas suas ocupações normais, sendo chamados em caso de Guerra, onde seriam então pagos, fardados e equipados (Barata e Teixeira [Dir], 2004).

4.2. Leal Legião Lusitana

Em 1808, em plena ocupação francesa, Portugal encontrava-se sem Exército. Os líderes militares ou tinham embarcado para o Brasil juntamente com a Família Real ou tinham sido incorporados na Legião Portuguesa, levantada por Junot, a 8 de Abril. Assim, aquando do grito de revolta por parte do povo, contra a ocupação, Portugal não tinha quadros, nem soldados de profissão e muito menos armas para combater, uma vez que Junot, a mando de Napoleão¹¹³, tinha desarmado e desactivado todas as unidades do Exército de 1ª Linha, as Milícias e Ordenanças. Contudo, o povo, “... a grande vítima, o grande herói e o ilustríssimo vencedor da Guerra Peninsular...”¹¹⁴ pegou nas poucas armas que possuíam (paus, pedras, machados, caçadeiras) e lutou, como David lutara contra Golias, conseguindo expulsar os franceses do território Lusitano, aquando da Segunda Invasão.

Em Julho, chegavam notícias à Inglaterra da insurreição do povo português e da instalação da Junta Governativa do Porto. Circulava então o boato, que o governo britânico iria enviar tropas para combater em Portugal. Sem mais demoras, os Coronéis de Artilharia José Maria de Maura e Carlos Frederico Lecor, representando os cerca de 800 homens que se encontravam em Plymouth, dos quais faziam parte oficiais, sargentos e civis, que tinham fugido da invasão, graças a ajuda do Almirante Cotton; e uns quantos homens, dos mais de 3.000 soldados, que tinham desertado da Legião Portuguesa¹¹⁵, propunham ao governo inglês, por intermédio do Embaixador D. Domingos António de Sousa Coutinho, de os auxiliar a constituir um corpo de voluntários, para combater em Portugal (Martelo, 2007).

A 29 de Julho de 1808, Lord Castlereagh¹¹⁶, aprovou a proposta e deu as devidas instruções para fornecer fardamento, equipamento e armamento. Assim, a 1 de Agosto, ainda antes de serem nomeados os oficiais e ter começado o recrutamento na Inglaterra, ficava decidido, que o novo corpo não só iria fardar um uniforme verde, com forro e guarnições brancas, em representação às cores primitivas da Casa de Bragança, como também dava seguimento ao pedido de 2070 Fuzis Brown Bess¹¹⁷ e 120 Carabinas Baker para armar a força (Chartrand e Coelho, 2006).

A nova unidade, sob o comando do Coronel Robert Wilson, composta por oficiais britânicos¹¹⁸ e maioritariamente portugueses, nomeados para o auxiliar, era então recrutada,

¹¹³ Napoleão perante a despreocupação, manifestada por Junot numa carta, em relação à situação vivida em Portugal, respondia, a 7 de Janeiro de 1808, da seguinte forma: “*desarme os habitantes, despeça todas as tropas portuguesas, dê exemplos severos e mantenha uma atitude de serenidade que se faça temer.*” (Barata e Teixeira [Dir], 2004, p. 56).

¹¹⁴ Ver ANEXO C, p. XI.

¹¹⁵ De entre os quais faziam parte Lecor e Maura.

¹¹⁶ Secretario de Estado da Guerra.

¹¹⁷ Ver ANEXO L, p. XLI.

¹¹⁸ “*Eram entre outros, além de Wilson: os tenentes-coronéis William Mayne, Frederick Barão de Eben, Edward Hawkshshaw, o major John Grant, os capitães James Nesbit Charles, John Scott Lillie,*

organizada e treinada, com a maior das celeridades para ser enviada para Portugal. Contudo, Wilson e o Embaixador português, entendiam que havia necessidade de integrar nesta força, unidades de Cavalaria. Foi nesta altura, que o corpo de refugiados portugueses passou a ter a designação de Leal Legião Lusitana (LLL)¹¹⁹ (Chartrand e Coelho, 2006).

Fruto da dificuldade em ceder os cavalos com a brevidade necessária, os Secretários ingleses decidem substituir o primitivo plano da legião¹²⁰ por:

“... o de três batalhões de caçadores e uma companhia de artilharia. Cada um d'estes batalhões,[...], devia ter oito companhias, e cada companhia 3 sargentos, 192 cabos e soldados, 2 tambores, 1 capitão, 1 tenente e 1 alferes, sendo a força total dos 3 batalhões a de 2:304 homens, entrando 1:920. A companhia de artilharia deveria compor-se de 72 soldados, 6 cabos, 1 tambor e 3 sargentos, além de 1 capitão, 1 primeiro tenente e 2 segundos tenentes. O estado maior da legião devia também compor-se de 3 tenentes coroneis, 3 majores, 3 ajudantes, 1 quartel mestre, 2 sargentos ajudantes do dito, 1 capellão, 1 cirurgião mór, 6 ajudantes do dito, 3 tambores mores e 4 artistas.” (Soriano, 1879, p. 336).

Não havendo hipótese de reunir os quase 3.000 soldados em Inglaterra, Wilson e mais uma comitiva de 6 oficiais dos quais faziam parte Lecor e o Barão de Eben, rumam ao Porto, com vista a encetar com o Bispo, que então presidia à Junta, os últimos preparativos para receber a Legião. Em Setembro, chegava a LLL¹²¹, com um Batalhão Caçadores devidamente organizado e uma Companhia de Artilharia parcialmente, sendo composta maioritariamente por veteranos ingleses (Chartrand e Coelho, 2006). Seguiu-se na cidade do Porto a tentativa de recrutar os homens que faltavam, a fim de completar a Companhia de Artilharia e levantar o segundo e terceiro Batalhão. Mas a demora por parte da Inglaterra, em fazer chegar os uniformes e o armamento, para constituírem os Batalhões em falta, levava a que fossem dispensados diariamente numerosos recrutas (Chartrand e Coelho, 2006).

Ainda sem o segundo Batalhão estar criado, Wilson recebe ordens, em Dezembro de 1808, de Craddock¹²², para marchar para Vila Real e defender as províncias a Norte, de uma possível invasão francesa. Em Fevereiro, Wilson comandando o 1º Batalhão, avançou pelas fronteiras espanholas adentro, lançando perto da cidade de Salamanca, diversos ataques a postos avançados e escoltas francesas, espalhando boatos entre os aldeões e

Charles Western e Edward Barão de Daubraya, os cirurgiões Mellingen e Bollman; e o cadete Jonh Russel.” (Chartrand e Coelho, 2006).

¹¹⁹ Ver ANEXO R, p. LVIII.

¹²⁰ O plano original de formação da LLL compreendia: um total de 2.328 homens dispersos pelos Batalhões de Caçadores; 38 Oficiais, Sargentos e Cabos; o número de homens na Companhia de Artilharia era o mesmo; e possuía um Corpo de Cavalaria a 4 Esquadrões com 2 Companhias cada, possuindo 65 oficiais e praças, num total de 520 homens (Chartrand e Coelho, 2006).

¹²¹ A LLL, constituía-se como a primeira unidade regular do Exército português.

¹²² Devido ao fiasco da Convenção de Sintra, Beresford e Wellington foram chamados a regressar a Inglaterra, para prestar explicações.

envolvendo-se em acções de escaramuça com diversas patrulhas francesa, agindo quase como milícia (Chartrand e Coelho, 2006).

Em Março, o 2º Batalhão da Legião, recentemente formado e sob o comando do Barão de Eben, atrasou o avanço de Soult sobre a cidade do Porto durante 3 dias, findos os quais, estando quase à beira da destruição, teve que retirar para a cidade (Chartrand e Coelho, 2006).

Já recuperada a cidade do Porto por Beresford¹²³ e Wellesley, a 29 de Maio de 1809. Por portaria dos governadores do reino, de 24 de Junho de 1809, a LLL era oficialmente reorganizada, num Regimento de Infantaria Ligeira, com Estado Maior e dois Batalhões de dez Companhias cada, perfazendo um total de 2.267 homens (Soriano, 1879). A Legião, que até agora tinha sido empregue enquanto força capaz de executar acções independentes, via-se a partir desse momento, integrada no Exército de Beresford, como elemento da Divisão Hill (Barata e Teixeira [Dir], 2004).

A 5 de Janeiro de 1810, já sem Wilson¹²⁴, a Legião foi inspeccionada pelo General Hamilton, que descontente com o seu efectivo, com a sua prestação e disciplina, recomendou o seu emprego nas unidades de linha, até estarem treinados como Infantaria Ligeira. Facto constatado, a 27 de Setembro de 1810, na Batalha do Buçaco, onde os 1646 homens da Legião foram desdobrados em linhas de atiradores (Chartrand e Coelho, 2006).

Por fim, fruto da Batalha de Albuerra, a 16 de Maio de 1811, onde a Legião sofrera bastantes baixas, ficando o seu efectivo restringido a 800 soldados, Beresford em concordância com Wellington, decide, por portaria de 20 de Abril de 1811, abolir a LLL, uma vez que já não reunia as condições para combater; e aproveitar os seus oficiais¹²⁵ e praças, uma vez que na maioria dos casos se tratavam de veteranos, para integrar os Batalhões de Caçadores Nº 7, 8 e 9.

¹²³ Ver ANEXO M, p. XLIII.

¹²⁴ Wilson foi demitido das suas funções após a Campanha de Talavera, em Agosto de 1809.

¹²⁵ O Capitão Scott Lillie, foi para o Batalhão de Caçadores Nº7; os Capitães Western e Edward, Barão de Daubraya, foram para o Batalhão de Caçadores Nº8.

4.3. Batalhões de Caçadores

“Individualmente, o hussardo e o caçador possuem um espírito inventivo, uma confiança em si mesmos e na sua sorte que alguém que tenha servido sempre na “linha” dificilmente pode imaginar. Por outro lado, o hussardo e o caçador¹²⁶ têm mais respeito pelo perigo em combate do que as tropas que lutam em formações cerradas. Esta é uma qualidade indispensável nas tropas ligeiras, nas quais o extremo arrojo tem que alternar, conforme as circunstancias, com uma inteligente precaução.”

Carl von Clausewitz

A chegada a Portugal, a 1 de Agosto de 1808, do General Wellesley e os sucessos posteriores nos combates da Roliça e do Vimieiro, punham termo, através da polémica Convenção de Sintra, à Primeira Invasão Francesa. A Regência, preocupada com a tomada de Madrid por parte de Napoleão e temendo uma segunda invasão, começava por intermédio de D. Miguel Pereira Forjaz, a tomar medidas que visavam a reorganização do Exército que Junot tinha desmembrado (Barata e Teixeira [Dir], 2004, p.56).

D. Miguel Pereira Forjaz, então encarregado dos assuntos da Guerra, abraçava de bom grado a tarefa de que tinha sido incumbido. Num esforço quase sobre-humano, sem dinheiro e com a hostilidade da opinião pública, dava então inicio aos preparativos (Barata e Teixeira [Dir], 2004, p.56).

D. Miguel Pereira Forjaz, considerado o *“Pai dos Caçadores Portugueses”*¹²⁷, ordenava, por decreto de 14 de Outubro de 1808:

“Sendo o restabelecimento e reorganização do exército e objecto mais digno da nossa atenção, e exigindo as actuais circumstancias, que elle se augmente, compondo-se as diferentes armas de hum numero de corpos que tenham entre si huma justa porporção analoga á qualidade dos terrenos que formão as fronteiras deste Reino: Determinamos que se criem de novo seis Batalhoes de Cassadores de seiscentos vinte e oito praças cada hum [...] Palacio do Governo, em quatorze de Outubro de mil oitocentos e oito. Com três rubricas dos governadores do reino.” (Geraldo, 2007, p. 76)

Por acção desse decreto, ficavam extintas as Companhias de Caçadores dos Regimentos de Infantaria, previstas a 1 de Agosto de 1796, mandavam-se organizar as unidades de linha conforme o previsto na Reforma de 1806 e ordenava-se que as unidades de milícias fossem restabelecidas, de acordo com o alvará de 21 de Outubro de 1807.

Embora os Batalhões de Caçadores¹²⁸, numerados como as demais unidades de linha, fossem oficialmente criados por acção do decreto de 1808, importa referir, que

¹²⁶ Entenda-se que esta referencia a caçador, é no sentido lato da palavra.

¹²⁷ Ver ANEXO C, p. XXI.

algumas dessas unidades já se encontravam em acção e outras em fase de organização¹²⁹, o que leva a supor, que a rápida formação dos Batalhões de Caçadores, se deve ao facto de estarem já previstas na Proposta de Reforma de 1803 (Martelo, 2007). Destas diversas unidades, importa destacar o Batalhão de Caçadores Nº 6¹³⁰, formado por acção da Junta do Porto, após a revolta de Junho de 1808 e que participou activamente nas Batalhas da Roliça e Vimeiro¹³¹; ou o Batalhão de Voluntários de Portalegre, armado e fardado¹³² à custa do Coronel Avilez e que mais tarde haveria de dar origem ao Batalhão de Caçadores Nº1. Estas unidades, apesar de terem sido designadas para dar origem a alguns Batalhões de Caçadores, eram unidades ligeiras, mas mais no sentido de milícia¹³³.

Estes Batalhões de Caçadores tinham uma organização muito própria e bastante distinta da dos “*Rifles*”. Cada Batalhão, encontrava-se organizado em um Estado Maior, que comportava 13 homens; 4 Companhias de Caçadores, com 123 homens cada; e uma Companhia de Atiradores, igualmente a 123 homens; o que perfazia um total de 628 homens (Martelo, 2007). Mas a grande particularidade destas unidades, residia justamente na Companhia de Atiradores, estas compostas por indivíduos com uma enorme destreza física e que se notabilizavam pela precisão com que executavam o tiro, uma vez que sua missão era bater pontualmente os quadros adversários, com recurso a técnicas de dissimulação no terreno, de forma a quebrar o comando e controlo de suas formações. Em suma, estas unidades funcionavam à semelhança dos seus pares britânicos como autênticos “*Snipers*” (Comissão Portuguesa de História Militar, 2001).

Ainda no plano organizativo, estas unidades seriam inicialmente, maioritariamente enquadradas e treinadas¹³⁴ por oficiais e sargentos britânicos, uma vez que a escassez de oficiais portugueses e a avultada experiência dos britânicos nesse tipo de combate, a isso obrigava (Martelo, 2007).

Poucos meses haviam passado e por decreto de 11 de Novembro de 1808, era apresentado o regulamento do armamento e fardamento a usar por estas novas unidades. Ficava então decidido, que o armamento a ser empregue seria o moderno Fuzil Brown Bess Modelo India Pattern, o que em termos tácticos limitava a sua missão de flanqueamento e de ataque surpresa, não permitindo aos atiradores fazer um tiro preciso a distâncias superiores a 100m, o que levava a que esta missão fosse deixada para os Regimentos Nº

¹²⁸ Ver ANEXO S, p. LIX.

¹²⁹ Dessas unidades faziam parte, o Regimento de Voluntários de Portalegre; a Legião Transtagana; a Companhia de Caçadores de Vila Real; o Batalhão de Caçadores da Beira e o Batalhão de Caçadores da Beira

¹³⁰ “*Algumas obras referem a denominação inicial desta unidade como Regimento de Caçadores 6.*” (Martelo, 2007, p.122).

¹³¹ Batalha da Roliça – 17 de Agosto de 1808; Batalha do Vimeiro – 23 de Agosto de 1808.

¹³² Este Batalhão encontrava-se uniformizado de castanho, cores estas que haveriam de ser adoptadas pelos Batalhões de Caçadores.

¹³³ Ver ANEXO C, p. XIX.

¹³⁴ O seu treino era feito de acordo com o “*Rifle Regulation*”, do Coronel Coote Manningham.

95 e 65 de “*Rifles*”, até a data de Agosto de 1810, aquando da recepção por parte de cada um dos Batalhões de 200 Carabinas Baker¹³⁵, distribuídas pelas Companhias de Atiradores (Chartrand e Coelho, 2006). Já no respeitante ao fardamento, estes à semelhança das restantes unidades ligeiras europeias, envergavam uniformes discretos que os diferenciavam das unidades de linha e lhes garantiam uma maior dissimulação no terreno. Assim, até a data de 11 de Julho de 1809, aquando da aprovação de novo plano de uniformes¹³⁶, estes envergavam uma jaqueta, colete e calças¹³⁷ de saragoça, com cordões amarelos, onde as cores do canhão e da gola servia para diferenciar os Batalhões. O barrete tinha inscrito, o número do Batalhão a que pertenciam, uma corneta de caça como distintivo e as Companhias de atiradores possuíam um penacho preto ao contrário da dos Caçadores, que era verde (Martelo, 2007).

D. Miguel Pereira Forjaz, constatando que o número de soldados nas fileiras ficava bastante aquém do pretendido, invoca por decreto de 11 de Dezembro de 1808, à semelhança dos seus adversários anteriormente, o levantamento da Nação em Armas:

“... Que toda a Nação Portuguesa se arme pelo modo que a cada hum for possível: Que todos homens sem excepção de pessoa ou Classe, tenham huma Espingarda, ou Pique [...], que toda a Pessoa que se não armar, recusando concorrer com a Nação em geral para a deffeza da Patria, seja preza, e fique incursa na pena de morte...” (Geraldo, 2007, p. 76).

Desta forma, a mudança, à semelhança da República Francesa, veio pela via da revolução, o que possibilitou dotar o Exército de uma classe de soldados motivados pela morte ao invasor e liberdade à pátria, e compor as fileiras da Infantaria Ligeira de soldados preferencialmente baixos e que conheciam bastante bem o terreno, o que haveria de se traduzir na maior vantagem desta força¹³⁸.

Já alguns meses haviam passado desde a criação oficial dos Batalhões dos Caçadores, e a 15 de Dezembro, era finalmente decidido os locais para se efectuar o recrutamento de tão brava gente. Três locais foram escolhidos, devido à qualidade das pessoas que lá viviam e que eram ideais para a criação deste tipo de unidades. Desta forma, pretendia-se que da Beira, saíssem os soldados para os Batalhões Nº1, 2 e 4; de Trás-os-Montes, para o Nº 3 e 5; e do Minho, para o Nº6. Esta escolha por parte de D. Miguel Pereira Forjaz, teve origem na proposta de reforma de 1803 que teve por base o plano de Forbes, onde colocava as Legiões a Norte, uma vez que segundo ele deveriam *“recrutar naqueles lugares da raia em que quase todos os habitantes, bons caçadores de*

¹³⁵ Até ao final da Guerra os doze Batalhões receberiam somente 2100 carabinas “*Baker*”.

¹³⁶ Passavam a fardar de preto, motivo pelo qual os britânicos lhes chamavam de “*Blackmen*”.

¹³⁷ No Inverno as calças eram de Saragoça e no Verão eram brancas.

¹³⁸ Ver ANEXO C, p XII.

profissão, naturalmente animosos e conhecedores do país, são quase boa tropa ligeira antes de estarem arregimentados” (Martelo, 2007, p. 31).

Ao longo dos tempos, algumas alterações foram sendo feitas no respeitante à organização dos Batalhões. Estes, fruto dessas mudanças, veriam o número de suas Companhias aumentarem para seis, perfazendo um total de 846 efectivos (Martelo, 2007). Contudo, nenhuma das alterações seria tão significativa, como a prova de reconhecimento dada por Beresford, através do decreto de 20 de Abril de 1811, onde ordenava:

“Tendo mostrado a experiência o bom serviço que têm feito na presente Guerra os Batalhões de Caçadores do Exército; e fazendo-se evidente quanto será conveniente proporcionar o seu número, de modo que a cada Brigada de Infantaria corresponda um Batalhão destes Corpos [...] o Marechal Comandante em Chefe do seu Exército, Sir William Carr Beresford, é Servido determinar o seguinte:

- I. Que se criem mais seis Batalhões de Caçadores de igual força aos que existem actualmente [...]*
- II. Que da Leal Legião Lusitana, que se não pode organizar conforme a sua primitiva instituição, se formem três dos sobreditos seis Batalhões, que de novo se deverão criar, e que continuarão a recrutar na Província da Beira, denominando-se Número 7, 8 e 9.*
- III. O Partido do Porto fornecerá as Recrutas necessárias para a formação dos dois novos Batalhões que se denominarão Número 10 e 11, e a Província do Minho mais um, que será Número 12.*
- IV. O Marechal Comandante em Chefe procederá imediatamente à formação dos sobreditos Batalhões [...] Com três Rubricas dos Senhores Governantes do Reino.”*
(Martelo, 2007, p. 39)

Quando os primeiros Batalhões Caçadores entraram em combate, estes ficaram agregados às Brigadas britânicas, mas a mercê deste novo decreto avança-se para uma organização, onde já se começa a vislumbrar, à semelhança do antecedente, que pretendia dotar cada uma das Brigadas de um Batalhão de Caçadores, com a diferença agora de se encontrarem maioritariamente destacadas em Brigadas Portuguesas, exemplo disso foi a constituição da Brigada Ligeira Portuguesa, composta pelos Batalhões de Caçadores Nº1 e 3, integrada na *Light Division* do General Craufurd.

Estes doze Batalhões tinham por finalidade, proteger os flancos das colunas e dos trens de abastecimento durante os deslocamentos e em batalha dispunham-se em linhas de atiradores dispersos pelo campo de operações, geralmente por parelha, procurando romper os flancos e perturbar as linhas do adversário, através da escaramuça ou ainda com as suas Companhias de Atiradores bater pontualmente os quadros adversários. Outra das vertentes destas unidades, à semelhança dos “*Rifles*”, era a de poderem ser empregues enquanto

unidades de linha (Chartrand e Coelho, 2006), como se verificou na Batalha do Buçaco, onde Wellington colocou entre Moura e Sula, a Brigada de Pack, que era constituída por dois Regimentos de Infantaria e pelo Batalhão de Caçadores Nº6, que actuou enquanto tropa de linha.

A forma de combater destas unidades era de tal forma admirável, que constituíam-se como a unidade de elite e preferida das chefias inglesas. O próprio Wellington referia-se a elas, como os “*Fighting Cocks*” do Exército Anglo-Luso, bem como o General Sir William Stewart, que lhes chamava de Guarda-Costas e de “*Lebréus*”¹³⁹.

Nesta perspectiva, os novos Batalhões são rapidamente incorporados no Exército Anglo-Luso, participando activamente nas campanhas seguintes, que têm lugar em Espanha e na França, onde a 10 de Abril de 1814, com a vitória na Batalha de Toulouse se punha termo à Guerra Peninsular. Tal era a admiração por estas unidades, que o próprio Wellington, chegou a pedir à Regência para o deixar levar algumas destas unidades para combater em Waterloo, pedido este que foi recusado e talvez tenha sido a causa da perda definitiva de Olivença¹⁴⁰.

4.4. Breves Conclusões

A LTL surgiu da necessidade de reforma do aparelho militar, após a Campanha do Rossilhão, onde oficiais, como Gomes Freire, Alorna e Forbes, puderam experienciar nas suas próprias forças o efeito destrutivo das unidades ligeiras.

É por acção directa de Gomes Freire e do Duque de Lafões, que as unidades ligeiras são implementadas em Portugal. Primeiro por decreto de 1 de Agosto de 1796, onde se ordenava o levantamento de uma Companhia de Caçadores por cada Regimento de Infantaria e segundo através do decreto de 7 de Agosto de 1796, que criava oficialmente a LTL, tendo sido o próprio Gomes Freire que sugeriu o nome de Caçadores para as unidades de Infantaria e de Cavalaria.

A criação da LTL tinha por objectivo primário, identificar os exércitos inimigos e combater as tropas ligeiras adversárias, um pouco à semelhança do Modelo Prussiano.

A LLL foi obra e criação do desejo de 800 homens e do governo britânico, que a organizou, treinou e equipou. Inicialmente, pretendia ter uma estrutura semelhante à da Legião de Alorna, com Infantaria, Cavalaria e Artilharia, o que não veio a ser possível. Numa primeira fase, actuava como uma unidade autónoma penetrando profundamente e sozinha em território inimigo, quase que à semelhança das unidades de Milícias. Já numa segunda fase haveria de ser enquadrada nas Brigadas do Exército Anglo-Luso. Esta unidade foi

¹³⁹ Cão de caça.

¹⁴⁰ Ver ANEXO C, p. XXI.

ainda responsável pela criação de três Batalhões de Caçadores, aquando da sua desmobilização.

A criação dos Batalhões, de Caçadores advém da necessidade de reorganização do Exército para fazer frente a uma segunda invasão. A sua rápida mobilização torna-se possível pelo facto dos 6 Batalhões já se encontrarem previstos na Proposta de Reforma de 1803, ainda que com uma organização ligeiramente distinta, uma vez que cada um desses Batalhões, à semelhança da Proposta era constituído por 4 Companhias de Caçadores, mais uma Companhia de Atiradores, não prevista na altura. Igualmente importante, foi o facto de já existirem unidades que encontravam em acção e outras em fase de reorganização. Unidades essas, que lhes haveriam de dar origem.

Os Batalhões de Caçadores sofreram uma clara influência britânica, uma vez que foram numa fase inicial, maioritariamente comandadas e treinadas por oficiais e sargentos ingleses, segundo o *"Rifle Regulation"*. Outra influência encontrava-se na sua organização, onde cada Batalhão de Caçadores possuía uma Companhia de Atiradores, que actuavam de forma idêntica aos *"Rifles"*. Estas Companhias, armadas com a Carabina Baker, possibilitavam o alvejar, com grande precisão, dos quadros adversários de forma a quebrar o comando e controlo de suas formações. Desta forma, os Batalhões de Caçadores além de serem empregues na escaramuça e na protecção da frente e dos flancos da força principal, também tinha por objectivo actuar como autênticos *"Snipers"* dos tempos modernos.

Os restantes 6 Batalhões, criados por decreto de 20 de Abril de 1811, foram organizados em grande parte graças à LLL, que por acção do mesmo decreto foi destroçada para dar lugar aos Batalhões de Caçadores Nº 7, 8 e 9.

Por último e não menos importante, a acção de dois grandes líderes, D. Miguel Pereira Forjaz e Beresford. O primeiro, considerado o pai dos Caçadores portugueses, uma vez que foi ele o principal responsável pela criação destas unidades, tendo acompanhado todo o processo desde a Proposta de Reforma de 1803 até à criação efectiva dos primeiros 6 Batalhões de Caçadores, por intermédio de um decreto que ele mesmo ordenou. O segundo, que teve o mérito de ter aceite a ideia, dando-lhe seguimento através da criação das restantes seis unidades, elevando desta forma o número de Batalhões para doze.

CONCLUSÕES

“Fiquei espantado com a aparência das tropas portuguesas. É, em todos aspectos, igual à das nossas, e, nalguns pormenores, mesmo melhor.”

Major-General Robert Long

Fruto do trabalho desenvolvido nos capítulos anteriores, através de uma análise cuidada de diversas obras onde se encontram diversos acontecimentos, que tiveram origem durante o período entre a Guerra da Independência Americana e a Guerra Peninsular, levamos a concluir alguns factos que possibilitam responder não só às diversas questões derivadas, que surgiram da questão central, como também irá possibilitar respondermos de forma coerente à questão, que serviu de base partida à execução deste trabalho **“Como se justifica o surgimento dos Batalhões de Caçadores portugueses em plena Guerra Peninsular?”**.

Desta forma, as diversas conclusões retiradas deste profundo labor, foram as seguintes:

As melhorias introduzidas no armamento ao longo dos tempos, associadas à generalização das armas de projecção de fogo e da introdução de um conceito próximo aos de uma defesa de posição, onde as formações eram essencialmente lineares, de tipo falângico, possibilitaram a emancipação da Infantaria no campo de batalha, em detrimento do domínio que a Cavalaria tinha conseguido conquistar durante a Idade Média.

Tais factores, associados às diversas alterações do panorama político-social, ocorridas durante o séc. XVIII e princípios do séc. XIX, levam a que a Infantaria Ligeira se desenvolva perante duas vertentes. A primeira, reformista, como no caso prussiano e britânico, onde as alterações haveriam de surgir naturalmente de forma pacífica. Já a segunda, revolucionária, onde as alterações na estrutura dos Exércitos surgiriam por via das armas e de uma forma brusca, como no caso americano e francês. É com base nesses quatro modelos, que a Infantaria Ligeira edificou os seus alicerces.

O Modelo Prussiano de Infantaria Ligeira, surge das diversas reformas introduzidas por Frederico II no seu Exército. Uma das quais, foi a criação das Forças de Cobertura. Sob a forma de Tropas Ligeiras, estas unidades possibilitavam, uma vez que actuavam à frente do Grosso da Força Principal, abrir-lhe o caminho nos movimentos ofensivos e guardar-lhe o desenvolvimento nos movimentos defensivos. Assim sendo, os “*Jägers*”, surgem da necessidade de combaterem as unidades ligeiras adversárias. Estas unidades eram empregues por Frederico II, mais no conceito de aclaradores, isto é, iam à frente, para o Grosso da Força não ser surpreendido pelo adversário, assim que este fosse avistado,

davam uns disparos, o inimigo identificava-se, dando assim tempo ao Grosso da Força Principal de ocupar as suas posições no campo de batalha.

A Guerra da Independência Americana proporcionou grandes mudanças no domínio da Infantaria Ligeira. O aparecimento do soldado pensante que lutava por uma causa, em plenas fileiras do “*Continental Army*”. A Infantaria Linha, como forma de colmatar suas deficiências, é toda ela empregue no combate em Ordem Dispersa, criando desta forma as condições necessárias ao surgimento do Modelo Americano. É com base neste princípio, que sobressai uma unidade de elite denominada de “*Rangers*”, que pelo facto de serem caçadores de profissão e de conhecerem bastante bem o terreno, não só eram empregues em acções de guerrilha e de reconhecimento, como também lutavam bastante à frente da força principal com o intuito de num movimento retardador fazer tiro de precisão sobre os quadros britânicos, destruindo desta forma o moral, o comando e o controlo das fileiras adversárias.

É da conjugação deste novo soldado com as inovações técnicas introduzidas no armamento, materializado através das armas de projecção de fogo de cano estriado, que a Ordem Dispersa passou a ser encarada pelas potências europeias (Inglaterra e França) como um novo método de combate.

A participação na Guerra da Independência Americana do contingente francês, comandado pelo Marquês de La Fayette, ao lado das forças americanas, despertou as chefias militares, para a necessidade de uma Infantaria mais flexível, capaz das mais diversas acções.

Contudo, só com a Revolução Francesa, através do surgimento do soldado-cidadão, em 1792, e da circunscrição, decretada a 23 de Agosto de 1793, é que estavam reunidas as condições necessárias, para que os franceses se tornassem nos grandes impulsionadores da Infantaria Ligeira, a combater em Ordem Dispersa. Assim, o Modelo Francês emerge, compondo-se nas suas fileiras de um número elevado de soldados, que além de se encontrarem extraordinariamente animados por ideais políticos, tinham um nível intelectual, cultural e determinadas características físicas que nenhum outro Exército dispunha. É neste contexto, que em 1803, Napoleão criou as Companhias de “*Voltigeurs*”, composta por soldados cuja altura não podia ser superior a 1,60m, que equipados com um mero Fuzil e movimentando-se rapidamente, faziam uso do terreno e dos obstáculos para se protegerem enquanto atiravam contra o adversário, isto num movimento de vai e vem constante, que não só obrigava o adversário, caso estivesse a atacar, a mudar constantemente a sua formação, como também proporcionavam cobertura e mascaramento aos movimentos da Infantaria de Linha, que pela velocidade e poder de choque inerentes a este Exército de massas, entrava nas fileiras adversárias, sem que estes por vezes dessem conta.

A morte do Rei Luís XVI, levou a criação de uma coligação de diversos reinos com o intuito de derrubar a nova República e os seus ideais de liberdade e igualdade que tanto

ameaçavam a autoridade Real, concedida por Deus. É com este claro objectivo, que a Inglaterra entrou para a coligação e invadiu, em 1793, a França.

Face ao número de unidades ligeiras francesas, surge em 1797, fruto das experiências retiradas nos campos de batalha americanos, uma nova unidade ligeira, os “*Rifles*”. Contudo, seria somente com o General Sir John Moore, que o Modelo Britânico haveria de se afirmar, visto ter sido ele que transpôs o conceito de soldado pensante, que tinha surgido nos EUA e em França pela via revolucionária, para as fileiras britânicas de uma forma pacífica e evolutiva. Estas unidades, fruto da generalização das armas de cano estriado, encontravam-se armadas com a Carabina Baker e à semelhança dos “*Rangers*” americanos eram empregues como autênticos “*Snipers*”, onde o seu principal objectivo além da escaramuça, era principalmente a de bater pontualmente os quadros com grande precisão, o que lhes conferia um grande poder de decisão e iniciativa, uma vez que eram eles que escolhiam a posição no terreno, o alvo e o momento de disparo. Assim sendo, o emprego destas forças consistia não só no quebrar do ímpeto e da velocidade imposta pela cadência de marcha adversária, como também visava, a destruição do moral, da capacidade de comando e controlo das fileiras adversárias.

Como podemos constatar, enquanto os “*Jägers*” eram um género de forças passivas, uma vez que tinha por objectivo constituir-se enquanto resposta simétrica à Infantaria Ligeira adversária, já os “*Rangers*”, “*Voltigeurs*” e “*Rifles*”, funcionavam enquanto força activa, uma vez que procuravam o combate.

Ainda no respeitante aos modelos, estes encontram-se de uma forma ou de outra relacionados. Ora vejamos: o Modelo clássico Prussiano seria substituído pelos Modelos Francês e Britânico, que pelas suas participações na Guerra da Independência Americana, foram influenciados diferentemente pelo Modelo Americano e que indirectamente haveria de ser o responsável pela emancipação da Infantaria Ligeira na Europa.

A criação e evolução da Infantaria Ligeira em Portugal, dá-se através de dois processos, um reformista e outro revolucionário.

O primeiro, o reformista, onde surge a Legião de Tropas Ligeiras, advém da necessidade de se alterar a estrutura do Exército após a Campanha do Rossilhão e da Guerra das Laranjas e que haveria de se estender até 1807 aquando da Primeira Invasão. Teve como principais intervenientes: o General Gomes Freire de Andrade, através da sua proposta de criação de Tropas Ligeiras e da sugestão do nome de Caçador para as unidades de Infantaria e Cavalaria pertencentes a essa tropa; o Marechal-general Duque de Lafões, que partilhando das mesmas ideias de Gomes Freire, ordenou através do decreto de 1 de Agosto de 1796, a criação de uma Companhia de Caçadores por cada Regimento de Infantaria e mais tarde, por decreto de 7 de Agosto de 1796, ordenava a criação da Legião de Tropas Ligeiras, sob o comando do Marquês de Alorna; o General Marquês de Alorna, que através do seu livro “*Reflexões sobre o systema económico do exército*”,

expressava a necessidade de se aumentar o número de Tropas Ligeiras, opiniões estas tidas em conta pelo Duque de Lafões em vésperas da Guerra das Laranjas; e o General Fobes-Skellater, que no dia 5 de Janeiro de 1802, apresentava no Conselho Militar, criado pela Regência, um plano de organização do Exército, que haveria de dar origem, à Proposta de Reforma de 1803, onde vinha expresso o desejo de criação de três Legiões de Tropas Ligeiras, e à Reforma de 1806, que não chegou a ser posta em prática devido à invasão por parte de Junot, mas onde estava previsto a organização de uma só Legião de carácter não permanente.

Já o segundo processo, o revolucionário, através do qual é criada a Leal Legião Lusitana e os doze Batalhões de Caçadores, surgiu da urgente necessidade de se constituírem forças militares para enfrentar os franceses, durante a Guerra Peninsular. Teve como principais intervenientes: os Coronéis Lecore, Maura e o Embaixador Sousa Coutinho, que fizeram chegar junto do Governo britânico o desejo manifestado por 800 portugueses de constituírem uma força capaz de lutar em Portugal; o Brigadeiro Wilson, que enquanto comandante da Legião tentou fazê-la representar-se das três Armas; o Governo britânico através do auxílio prestado no respeitante à organização, treino e equipamento de ambas as forças; D. Miguel Pereira Forjaz, que por decreto de 14 de Outubro de 1808, criava os seis primeiros Batalhões de Caçadores e que haveria de promover junto de Beresford a criação de outros seis; e o Marechal-general Beresford, que haveria de aceitar de bom grado a ideia de D. Miguel e que por decreto de 20 de Abril de 1811, ordenava a criação outros 6 Batalhões.

A criação destas forças em períodos distintos, levou a que estas fossem empregues de forma diferente.

A Legião de Alorna, constituída por um Batalhão de Caçadores, três Esquadrões de Cavalaria Ligeira e uma Companhia de Artilharia a cavalo criada segundo o Modelo de Tropa Ligeira Prussiana, tinha por objectivo primário identificar os Exércitos inimigos e combater as tropas Ligeiras adversárias.

A Leal Legião Lusitana, constituída por 2 Batalhões de Infantaria Ligeira e uma Companhia de Artilharia a cavalo, actuava numa primeira fase, como unidade autónoma, penetrando profundamente e sozinha em território inimigo, quase que à semelhança das unidades de Milícias. Já numa segunda fase haveria de ser enquadrada numa Divisão do Exército Anglo-Luso.

Os Batalhões de Caçadores, que pela sua baixa altura, modo de emprego na escaramuça e pela motivação que lhes estava inerente, actuavam um pouco à semelhança dos “*Voltigeurs*”. Excepção a essa regra, eram as Companhias de Atiradores, que munidos da Carabina Baker, eram empregues à semelhança dos “*Rifles*” como atiradores especiais. Foi esta dupla valência, de possuírem unidades para a escaramuça e unidades com a

missão específica de bater os quadros adversários, que levou a que se tornasse a força predilecta dos comandantes do Exército Anglo-Luso.

Por fim e em jeito de conclusão, podemos afirmar que o surgimento dos Batalhões de Caçadores em plena Guerra Peninsular, se deve tanto a factores directos, como factores indirectos. Estes podem ser descritos da seguinte forma:

Factores Directos:

- I. A acção proeminente de D. Miguel Pereira Forjaz, que enquanto Secretário do Conselho Militar, esteve directamente envolvido na proposta de reforma de 1803 e que posteriormente, enquanto Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, haveria de ser responsável, por decreto de 14 de Outubro de 1808, pela criação dos primeiros seis Batalhões de Caçadores e haveria de promover junto de Beresford a criação dos outros seis;
- II. A aceitação, por parte do Marechal-general Beresford, da proposta de D. Miguel, à revelia da sua ideia de formar o Exército Português à imagem e semelhança do Exército Britânico. Criando desta forma, através do decreto de 20 de Abril de 1811, os Batalhões de Caçadores, Nº7, 8, 9, 10, 11 12;
- III. A proposta de Reforma de 1803, que previa a criação de seis Batalhões de Caçadores distribuídos de igual forma pelas três legiões que se pretendiam organizar, e que serviu de base à organização, em 1808 dos primeiros seis Batalhões de Caçadores;
- IV. A criação das unidades de “*Rifles*”, que influenciou a organização e modo de emprego das Companhias de Atiradores;
- V. A criação dos “*Voltigeurs*”, que pelo seu contacto com os portugueses, durante a Guerra Peninsular, haveriam de influenciar o modo de emprego dos Batalhões de Caçadores;
- VI. A aliança Anglo-Lusa que permitiu que estas forças fossem equipadas, armadas e treinadas segundo a doutrina inglesa, trazendo para Portugal um conjunto de oficiais e sargentos britânicos que constituíam na sua grande maioria o comando dos Batalhões de Caçadores;
- VII. A população da raia, que pelas suas características físicas, psicológicas e morais, formavam os soldados mais temidos e apreciados de toda a Guerra Peninsular;
- VIII. A acção e organização de algumas unidades, antes do decreto de 20 de Abril de 1808, que permitiu que os Batalhões de Caçadores fossem criadas e empregues tão rapidamente. Dessas unidades faziam parte, o Regimento de Voluntários de Portugalgre; a Legião Transtagana; a Companhia de Caçadores de Vila Real; o Batalhão de Caçadores da Beira e o Batalhão de Caçadores da Beira;

- IX. A extinção da Leal Legião Lusitana, que por decreto de 20 de Abril de 1811, iria dar origem aos Batalhões de Caçadores Nº 7, 8 e 9.

Factores Indirectos:

- I. A Revolução Francesa, que proporcionou as condições necessárias para que a França se tornasse o grande impulsionador da Infantaria Ligeira a combater em Ordem Dispersa na Europa, através da criação de diversas unidades ligeiras;
- II. A participação portuguesa na Campanha do Rossilhão, que haveria de se traduzir num laboratório para os Oficiais portugueses que nela participaram, uma vez que puderam experienciar os efeitos destrutivos, que estas unidades ligeiras provocavam em suas fileiras;
- III. A Guerra Peninsular que propiciou o clima e as reformas militares necessárias à criação destas forças;
- IV. A criação, generalização e padronização das armas de projecção de fogo de alma estriada, que possibilitaram que os Batalhões de Caçadores tivessem na sua orgânica uma Companhia de Atiradores;
- V. A acção de Gomes Freire de Andrade, que além de ter proposto o termo Caçadores, também em consonância com outros oficiais, como o Duque de Lafões, Marquês de Alorna e Forbes-Skellater, introduziram e desenvolveram a Infantaria Ligeira em Portugal.

Como pudemos constatar, a formação das unidades de Caçadores deveu-se a um conjunto de factores, de ordem política, social, militar e até mesmo pessoal, que só pelo facto de se encontrarem de uma forma ou de outra ligados entre si, é que propiciaram a criação destas forças, que ficariam recordados nos anais da história, como a tropa mais brilhante e preferida de todo o Exército Anglo-Luso.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Miguel (2009).** *A Pacificação de Moçambique nos Finais do Século XIX à Luz da “Velha Aliança”*, Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar, Lisboa.
- ALORNA, Marquez (1902).** *Reflecções sobre o Systema Economico da Exército*, Livraria Ferin, Lisboa.
- ÁLVARES, Mário (2008).** *O Armamento e Equipamento da Infantaria nas Guerras Peninsulares*, Azimute Revista Militar de Infantaria, Nº 186, pp. 31 – 34.
- AMARAL, Manuel (2010).** *A Luta Política em Portugal nos Finais do Antigo Regime I: A Proposta de Reforma do Exército de 1803*, Tribuna da História, Lisboa.
- ANDRADE, Gomes (1806).** *Ensaio sobre o methodo de organizar em Portugal o Exército relativo á população, agricultura e defeza do paíz*, Nova oficina de João Rodrigues, Lisboa.
- BARATA, Manuel e TEIXEIRA, Nuno [Dir] (2004).** *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 3, Círculo de Leitores, Lisboa.
- BRANCO, P. Soares (2008).** *Os Uniformes Portugueses na Guerra Peninsular*, Tribuna da História, Lisboa.
- BORGES, Vieira (1999).** *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Século XVIII: Uma Análise Estratégica*, Dissertação de Mestrado em Estratégia, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- CESAR, Victoriano J. (1903).** *Estudos de Historia Militar: Breve Estudo sobre a Invasão Franco-Hespanhola de 1807 em Portugal e Operações Realizadas até á Convenção de Cintra*, Tipografia da Cooperativa Militar, Lisboa.
- CESAR, Victoriano J. (1907).** *Invasões francesas em Portugal: Invasão Francêsa de de 1809 – De Salamonde a Tavarela*, 2ª Parte, Tipografia da Cooperativa Militar, Lisboa.
- CESAR, Victoriano J. (1910).** *Invasões francesas em Portugal: Invasão Francêsa de de 1810 – De Almeida ás Linhas de Torres e das Linhas de Torres a Fuentes d’Oñoro (1810 – 1811)*, 3ª Parte, Tipografia da Cooperativa Militar, Lisboa.
- CHAPPELL, Mike (2004).** *Wellington’s Peninsula Regiments (2): The Light Infantry*, Osprey Publishing Ltd., Oxford.
- CHARTRAND, René e COELHO, Sérgio (2006).** *A Infantaria Ligeira na Guerra Peninsular*, Câmara Municipal de Almeida, Almeida.
- COMISSÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA MILITAR (2001).** *XI Colóquio de História Militar: “Portugal e os Abalos Político-Militares da Revolução Francesa no Mundo”*, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa.
- ECO, Umberto (1982).** *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*, 2ª ed., Editorial Presença, Lisboa.
- GUEDES, Marques (1938).** *A Aliança Inglesa - Notas de História Diplomática*, Editorial Enciclopédia Ld.ª, Lisboa.

- GIL, C. Ferreira (1913).** *A Infantaria Portuguesa na Guerra da Península, segunda parte*, Tipografia da Cooperativa Militar, Lisboa.
- GOMES, R. Rodrigues (1988).** *Introdução ao Pensamento Histórico*, Livros Horizonte, Lisboa.
- HENRIQUES, Américo.** *Caçadores Portugueses na Guerra Peninsular*, Mafra: CEMFD, 20 de Março de 2010 (Humberto Teixeira, Entrevistador).
- HENRIQUES, Mendo (2009).** *Vitória e Pirenéus, 1813: O Exército Português na Libertação de Espanha*, Tribuna da História, Lisboa.
- HAYTHORNTHWAIT, Philip (2004).** *Napoleon's Light Infantry*, Osprey Publishing Ltd., Oxford.
- HOBBSAWM, E. J. (1962.).** *The Age of Revolution*, Editorial Presença, Lisboa.
- LEMAIRE, M. H. (1822).** *Histoire de la Révolution Française*, Tome Troisième, Et. Imbert, Paris.
- LILIANE, Funcken e FRED, Funcken (1969).** *L' Uniforme et les Armes des Soldats du Premier Empire (2): de la garde impériale aux troupes alliées, suédoises, autrichiennes et russes*, Casterman, Tournai.
- MACIEIRA, Carlos e ALVES, Rodrigues (2007).** *Elementos de Armamento: Manual do Aluno*, Academia Militar, Lisboa.
- MARRACHO, António (2008).** *Revoltas e Campanhas nos Dembos (1872 – 1919): 47 Anos de Independência às Portas de Luanda*, Dissertação de Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa / Academia Militar, Lisboa.
- MARTELO, David (2007).** *Os Caçadores: Os Galos de Combate do Exército de Wellington*, Tribuna da História, Lisboa.
- MARTINS, Ferreira (1945).** *História do Exército Português*, Editorial Inquérito Limitada, Lisboa.
- NETO, Ferreira e ALMADA, Sara (1997).** *Glossário de Termos do Armamento (O que é, para que serve, como funciona)*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa.
- NOBRE, Pedro (2008).** *A Entrega de Bombaim ao Reino Unido (1661-1668): Um Processo Político-Diplomático*, Dissertação de Mestrado em História e Arqueologia dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- OMAN, C. W. C. (1913).** *Wellington's Army 1809-1814*, William Clowes and Sons Limited London and Beccles, Londres.
- QUIVY, Raymond e CANPENHOUDT, Lucvan (2008).** *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa.

RAUEBER, Charles e BARRENTO, António (1991). *O Conde de Lippe e Portugal: La pensée militaire du Comte de Schaumbourg-Lippe (1724-1777) – O Exército Português antes e depois do Conde Lippe*, Serviços Gráficos da Liga dos Combatentes, Lisboa.

RODRIGUES, José (1935 – 1936). *Organização dos Exércitos – Organização Militar Portuguesa – Estratégia – Geografia e História Militar*, Escola Militar, Lisboa.

RODRIGUES, Manuel (2009). *Os Uniforme da Guerra Peninsular*, Jornal do Exército, Ano – L N° 581, pp. 18 – 19.

SELVAGEM, Carlos (1931). *Portugal Militar*, Imprensa Nacional, Lisboa.

SORIANO, Simão, (1879). *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, Vol. 3, Imprensa Nacional, Lisboa.

TELO, António (1996). *Do Tratado de Tordesilhas à Guerra Fria: Reflexões sobre o sistema mundial*, Editora Furb, Lisboa.

TELO, António (s.d.a). *A Base Técnica da Guerra Terrestre 1792-1815*, s.e., s.l.

TELO, António (s.d.b). *Do Antigo Regime ao Cidadão Soldado*, s.e., s.l.

SÍTIOS DA INTERNET VISITADOS:

<http://www3.dsi.uminho.pt/academiamilitar/2002/Capitulo1/Capitulo1.htm>: (27/04/10)

<http://aeiou.expresso.pt/guerra-peninsular-a-exposicao-dos-rostos-na-batalha=f510793>:
(27/04/10)

<http://www.francisco.paula.nom.br/Armas%20Brasil/SecXVII/arcabuz.htm>: (27/04/10)

<http://www.exercito.pt/portal/exercito/specific/public/ueo/JE/Coop%20Anglo-Lusa.pdf>:
(26/06/10)

<http://www.arqnet.pt/exercito/rossilhao.html>: (26/06/10)

<http://napoleonsgrandarmy.wordpress.com/2008/12/04/napoleon-bonepartes-grand-army-of-1812/>: (28/05/10)

<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=139>: (28/05/10)

<http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=505>: (28/05/10)

[http://hemerotecadigital.cm-](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1957/N1661/N1661_master/GazetaCFN1661.pdf)

[lisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1957/N1661/N1661_master/GazetaCFN1661.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1957/N1661/N1661_master/GazetaCFN1661.pdf): (28/05/10)

<http://www.arqnet.pt/exercito/laranjas.html>: (04/07/10)

<http://forumdefesa.com/forum/viewtopic.php?f=13&t=1235&sid=af6b4b72f3268f78e657186d3a75e01f>: (04/07/10)

<http://lagosmilitar.blogspot.com/2008/04/diviso-do-exrcito-em-brigadas-e-divises.html>:
(04/07/10)

<http://www.1789-1815.com/voltigeurs.htm>: (07/07/10)

ANEXOS

Anexo A – Acontecimentos Gerais	II
Anexo B – Principais Dirigentes Europeus	IV
Anexo C – Entrevista	VI
Anexo D – Tratado de Fontainebleau	XXII
Anexo E – Tratado de Windsor	XXIII
Anexo F – Classificação Geral do Armamento	XXIX
Anexo G – Glossário de Termos Técnicos.....	XXXI
Anexo H – “Jägers”	XXXVII
Anexo I – “Rangers”	XXXVIII
Anexo J – “Voltigeurs”	XXXIX
Anexo K – “Rifles”	XL
Anexo L – Armas de Projecção de Fogo empregues pela Infantaria Ligeira.....	XLI
Anexo M – Oficiais Gerais do Exército Português	XLII
Anexo N – Legião de Tropas Ligeiras.....	XLIV
Anexo O – Excerto da Publicação do Marquês de Alorna	XLVI
Anexo P – Excerto da Proposta de Reforma de 1803	XLVI
Anexo Q – Divisão do Exército em Brigadas e Divisões, 1806	LVI
Anexo R – Leal Legião Lusitana.....	LVIII
Anexo S – Batalhões de Caçadores.....	LIX

ANEXO A – Acontecimentos Gerais



Figura 1: Declaração da Independência Americana

Fonte:<http://portaldalinguainglesa.blogspot.com/2007/07/cultura-guerra-da-independencia-dos.html>



Figura 2: Revolução Francesa

Fonte:<http://portaldalinguainglesa.blogspot.com/2007/07/cultura-guerra-da-independencia-dos.html>



Figura 3: Queda da Bastilha

Fonte: <http://k9freakingout.wordpress.com/category/vest/>



Figura 4: Chegada da Família Real ao Brasil, 1808

Fonte: http://becre-andreresende.blogspot.com/2008_11_01_archive.html

ANEXO B – Principais Dirigentes Europeus



Figura 5: Rei Luís XVI

Fonte:<http://inconsciente coletivo.net/10-das-mais-espantosas-coincidencias-parte-2/>



Figura 6: Napoleão Bonaparte

Fonte:<http://www.pimentana muqueca.com.br/?p=41359>



Figura 7: Príncipe-Regente D. João

Fonte:<http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/joao6.html>



Figura 8: Manuel Godoy

Fonte:<http://www.laguia2000.com/espana/manuel-godoy-y-alvarez-de-faria>



Figura 9: Rei Jorge III

Fonte:<http://www.biografiasyvidas.com/monografia/washington/fotos3.htm>



Figura 10: Rei Frederico II

Fonte:<http://speminaliumnunquam.blogspot.com/>

ANEXO C – Entrevista

Guião da Entrevista

Entrevistador: Aspirante de Infantaria Humberto Nuno Araújo Barbosa Teixeira

Entrevistado: Coronel de Infantaria Américo José Guimarães Fernandes Henriques

Data: 20/03/10

1. Introdução e Explicação

1. Esta entrevista (gravada) dirigida ao Coronel de Infantaria Henriques, decorre no âmbito da realização do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) que tem por tema “*Caçadores Portugueses na Guerra Peninsular*”, tem o intuito de recolher informações que possam ser úteis para a realização do TIA.

O conteúdo da entrevista será posteriormente transcrito para o TIA, de forma a constituir-se enquanto instrumento de recolha de dados inerente ao trabalho e enquanto prova da sua existência. Desta forma, qualquer pessoa que assim deseje poderá ter acesso a esta.

2. Pedir que faça uma biografia (Tipo apresentação).

2. Questões relativas ao tema

1. Na sua opinião, quais as principais razões que levaram a que Portugal mantivesse uma política de neutralidade face ao conflito de 1803, que tinha por principais contendores a República Francesa e o Império Britânico, levando a que este suportasse pesadas sanções até ao ano de 1807, aquando da invasão por parte de Junot?
2. Qual a importância que teve a criação das armas de alma estriada no surgimento da Infantaria Ligeira do séc. XVIII?
3. Será correcto atribuir o aparecimento da Infantaria Ligeira do séc. XVIII, enquanto força empregue no Campo de Batalha, à Guerra da Independência Norte Americana?
4. Qual o contributo da Revolução Francesa para o desenvolvimento da Infantaria Ligeira?

5. É sabido que a Infantaria Ligeira em caso de necessidade poderia constituir-se enquanto Infantaria Regular. Assim sendo, o que diferenciava estas duas forças? Tem conhecimento se era prática comum no Exército Anglo-Luso tal acontecer?
6. Qual a principal corrente doutrinária presente na Infantaria Ligeira Portuguesa?
7. Quais as pessoas que considera como tendo sido protagonistas no surgimento e desenvolvimento da Infantaria Ligeira em Portugal, até finais da Guerra Peninsular e porquê?
8. Seriam unidades como a Leal Legião Lusitana, Regimento de Voluntários de Portalegre e Legião Transtagana, empregues enquanto Infantaria Ligeira?
9. A Infantaria Ligeira era conhecida como sendo uma força constituída por soldados dotados de uma enorme precisão em termos de tiro. Quais as armas de projecção de fogo empregues pelos Caçadores Portugueses (1796 - 1814) e quais as suas origens? Como faziam os Caçadores valer a sua precisão, quando é sabido que a maior parte deles, com excepção da Companhia de Atiradores que compunha os Batalhões, usavam maioritariamente o Mosquete Brown Bess, que era uma arma de alma lisa?
10. Quem equipava e suportava as despesas inerentes ao emprego dos Batalhões de Caçadores?
11. De que forma os Britânicos participaram na criação, desenvolvimento e treino dos Batalhões de Caçadores e qual o contributo dado por Beresford?
12. Será que podemos encontrar influências dos “*Rifles*” Britânicos nos Caçadores Portugueses?
13. Quais as evoluções em termos de emprego táctico, entre a Legião de Alorna, a Leal Legião Lusitana e os Batalhões de Caçadores levantados em 1808 e 1811.
14. É sabido que a Legião de Alorna devido ao seu valor, foi incorporada na Legião Portuguesa e que esta ao longo do seu deslocamento para França sofreu um grande número de deserções. Qual a possibilidade de alguns dos elementos que

desertaram terem vindo a integrar a Leal Legião Lusitana ou os Batalhões de Caçadores?

3. Conclusão

Agradecimento

Entrevista:

Entrevistador:

“Na sua opinião, quais as principais razões que levaram a que Portugal mantivesse uma política de neutralidade face ao conflito 1803, que tinha por principais contendores a República Francesa e o Império Britânico, levando a que este suportasse pesadas sanções até ao ano de 1807 aquando da invasão por parte de Junot?”

Coronel Henriques:

“A política de neutralidade, foi na minha opinião, uma política profundamente errada, pois não é neutral quem quer mas sim quem pode e Portugal não podia ser neutral. Se vires o que sucedia no momento, Portugal tinha um império ultramarino, e apesar de Portugal ter uma grande Esquadra, pois Portugal tinha uma grande Esquadra, o que Portugal não tinha era Exército, porque Marinha tinha. O domínio dos mares era da Inglaterra, logo se tomássemos uma posição contrária à Inglaterra, o Império seria conquistado sem sombras de dúvidas, se tomássemos o partido da Inglaterra, arriscávamos que a Espanha, que era aliada da França e que já cá tinha entrado em 1801, entrasse por aqui adentro com os franceses, como depois acabaram por fazer. Essa política de neutralidade era profundamente errada, porque Portugal não podia ser neutral. Portugal tinha necessariamente que tomar o partido Inglês, porque dependia do comércio do Brasil. O Brasil era o grande pulmão económico de Portugal e era a nossa mais-valia estratégica, portanto nós tínhamos de alinhar com a potência marítima, tínhamos, temos e teremos, porque nós pertencemos ao mundo marítimo e assim sendo precisávamos de uma máquina militar que nos permitisse garantir a aliança com Inglaterra. Máquina militar terrestre, que não tínhamos. A nossa política de neutralidade é ainda mais errada, porque em lugar de despendermos o que tínhamos de dinheiro e na altura, no reinado de D. Maria I, estávamos muito bem economicamente, nós ficamos foi muito mal com as pesadas indemnizações, que tivemos que pagar depois da Campanha do Rosilhão, para manter a nossa neutralidade. Nós quisemos comprar a nossa neutralidade e a neutralidade não se compra e ao comprarmos a neutralidade, não empenhamos todas as nossas valias económicas na formação de um Exército que garantisse a segurança das nossas fronteiras, que garantisse a nossa independência política e a nossa existência que foi posta em risco durante o período napoleónico, mais do que uma vez. E é claro, tudo isto originou um drama tremendo que foi a Guerra Peninsular. Sendo talvez o momento mais dramático da história de Portugal, pelo número gigantesco de mortes que tivemos. Nós numa população aproximadamente de cerca de 2.800.000 habitantes, que não chegávamos, perdemos mais de 200.000 pessoas, cerca de 10% da população, ficamos com a pouca indústria que tínhamos completamente destruída, a nossa agricultura arrasada, o país queimado,

destruído, as nossas estruturas estavam presas por arames, a Família Real e a corte no Brasil, Portugal era praticamente um protectorado Britânico no final da Guerra, o Marechal Beseford era um residente aqui dentro. Foi uma situação dramática, que Portugal viveu, tudo devido a uma política errada do antecedente. Errada, porque fizeram-se varias tentativas de reforma, escreveram-se milhentos papéis, o Regulamento de 1806 é perfeito, está extraordinariamente bem feito. No papel, tínhamos Divisões, Regimentos, Brigadas, mas os papéis não combatem e aquilo tudo junto valia zero. Agravada esta verdade, pela existência da Esquadra e quando a França tinha perdido a sua em Trafalgar e necessitava urgentemente de navios. Assim quis apanhar a Esquadra Dinamarquesa e a Portuguesa. Agravando ainda mais a situação, além da ambição louca de Manuel Godoy, que era o 1º Ministro da Espanha, paredes meias com Napoleão, pensando este que o enganava, mas esquecendo-se que enganar o Napoleão, era uma coisa muito difícil, aliás ele diz uma coisa muito engraçada nas suas memórias, referindo-se a D. João, Príncipe-Regente como tendo sido ele o único que o enganou.”

Entrevistador:

“Acha, que D. João VI pretendia trocar ouro por tempo?”

Coronel Henriques:

“A retirada para o Brasil, começou a ser falada em 1805 /1806 e foi uma ideia inglesa, muito embora ela já existisse em Portugal. O Padre António Vieira, tinha já dado essa ideia a D. João IV, quando foi o problema da independência, perante o poder avassalador da Espanha, o próprio Marquês de Pombal e antes disso D. António, o Prior do Crato, aconselharam-no a ir para o Brasil. Mas o único que realmente foi, foi D. João VI, é aliás o primeiro monarca e o único Chefe de Estado Europeu no exercício das suas funções, que procurou refúgio no Brasil, porque o Brasil era Portugal. A ida da corte para o Brasil, é que acelerou de uma forma brutal o seu processo de independência e que depois se verificou em 1822. A ideia dos Ingleses, da retirada da Família Real para o Brasil na Esquadra, tinha 3 vertentes. Uma vertente era haver no Brasil, que era território português, um governo português em diálogo e aliado da Inglaterra, logo qualquer governo instalado pela França em Portugal, não era um governo legitimo, pois o governo legitimo estava no Brasil. Os Espanhóis tentaram fazer o mesmo, Godoy tentou safar a Família Real Espanhola, para o México ou Argentina, mas Napoleão conseguiu capturá-los a tempo. A outra vertente, era a comercial, onde a Inglaterra exigia uma série de benesses, para ter acesso aos portos e a liberdade de comércio no Brasil, ou seja desde as concessões de abertura dos portos do Brasil, até praticamente à mudança do grande gestor do comércio vindo do Brasil, de Lisboa para Londres. A Inglaterra apostou nessa vertente. Por fim, a terceira vertente, em que a Inglaterra só protegia a saída da Família Real, se fosse para o

Brasil na Esquadra, de forma a impossibilitar os Franceses de lhe deitarem a mão. A ida da Família Real e da Corte foi criteriosamente planeada, pois não se arranca em 3 dias com 15.000 pessoas, com bagagens e tudo mais, muito embora uma grande quantidade de bagagens tivessem ficado em Lisboa, muito embora eles tivessem embarcado nos navios quase a pontapé. Mas os navios já estavam preparados, pois não se embarcam 15.000 pessoas em navios de guerra e navios mercantes, sem os desarmar e preparar minimamente. E as Esquadras Portuguesas não estavam só aqui, tínhamos navios no Canal da Mancha, ao largo do Estreito de Gilbraltar. Teve tudo de ser concentrado em Lisboa, e isso não passou despercebido aos Franceses, daí a ordem que Junot teve, para acelerar a marcha sobre Lisboa, onde entrou com 1.500 homens, completamente esfarrapados, era pôr-lhes a mão na boca que eles caíam para o lado. Pois, Portugal não tinha homens bastantes para lhes por a mão na boca, nem quis. Mas estas 3 vertentes, que os Ingleses desejavam: o sair da Família real, com a Esquadra protegidos por eles para o Brasil; a parte toda do comércio Brasileiro que lhes interessava e o terem um governo legitimo fora do teatro de operações. Isto prova outra coisa, as Nações não têm amigos, têm interesses e os interesses Ingleses para eles, estavam acima de tudo e estiveram acima de tudo até se irem embora daqui, em 1820. Pois a verdade é esta, eles vieram cá para ter na Península Ibérica uma base de operações (Portugal), que lhes permitisse responder a tentativa dos franceses de conquistarem a Península Ibérica e terem aqui o maior número possível de homens numa situação desesperada. Porque a Península Ibérica, não tinha condições logísticas para alimentar grandes exércitos. Os Franceses, tiveram aqui mais de 300.000 homens, chegando a perder aqui mais homens do que na Campanha da Rússia. Portanto, esta ideia dos Ingleses, de terem uma base, terem aqui um santuário, que era Portugal. Por isso, é que os Franceses quando aqui entravam lhes saltavam em cima, mas só foram para Espanha na realidade e em força, em 1812, após Napoleão se ter metido na aventura da Rússia, até lá não foram, ficaram sempre aqui. Portanto, os Ingleses tinham aqui a sua base de operações, que era Lisboa. Quando entraram em Espanha, mudaram-na para Santander e nós, o povo português, foi a grande vítima, o grande herói e o ilustríssimo vencedor da Guerra Peninsular. A Corte, a Família Real, foi tudo para o Brasil, a grande Nobreza, a grande Aristocracia, que tradicionalmente comandava o Exército, foi para o Brasil e os que ficaram abalaram na Legião Portuguesa para França, os Alornas, os Pampolonas, os Vales de Rei e etc... Portanto, Portugal além de não ter Exército, o pouco que havia foi destruído por Junot. Além, da sua organização militar de defesa imediata do território, com as Ordenanças e as Milícias terem sido desarmadas e completamente destruídas. Portugal, quando se quis rearmar e deu o grito de revolta, não tinha oficiais, não tinha quadros, porque os quadros de mais-valia, não estavam cá. Claro, que foram aparecendo homens de uma valia extraordinária e interessa dizer o seguinte, pois muitas vezes a historia não o conta muito bem, a Legião Portuguesa quando foi para França, teve milhares de desertores,

que desertaram para cá e foram esses e outros que já cá estavam, sobretudo as unidades de Milícias e Ordenanças, onde as Ordenanças era a Nação em Armas, eram os centros de recrutamentos e isso era importantíssimo para se perceber como toda esta máquina funcionava. Portugal tinha 2 grandes organizações militares, tinha as Ordenanças de onde saíam os Regimentos de Milícias que eram os antigos Terços e das Ordenanças saíam também as unidades do Exército de Linha. Portanto, tinhas um Exército de Linha, as Milícias e as Ordenanças. Esta era a organização militar portuguesa. O Exército de Linha praticamente não existia, existia muito no papel. O Junot só conseguiu incorporar 9.000 homens para mandar para França, o que existiam eram as Milícias e as Ordenanças, mas tiraram-lhe as armas e quando se revoltaram, iam armados do pouco que tinham (paus, pedras, caçadeira). E só depois com a derrota de Junot, é que em fim de 1808/ 1809 renasce a organização militar portuguesa. O Soult entrou em Março de 1809. Junot esteve de 1807 a 1808. Napoleão, no inverno de 1809, entra na Península Ibérica e conquista Madrid. O John Moore e o que havia de tropas inglesas, a maioria, pois ainda cá ficaram 10.000 em Portugal, comandadas por Craddock, mas John Moore com o grosso do Exército saíram contra os franceses e foi metido na Galiza, tendo que sair para Corunha onde morreu. O Soult, em 1809, entra por aí dentro, pela brecha de Chaves. E o que tínhamos para lhe opor? Era nada, porque Portugal praticamente não tinha Exército Regular, foi a Nação com as suas Milícias e Ordenanças, o povo em armas e em pânico. Liga sempre esta ideia, à Segunda Invasão Francesa, os sinos a tocarem em arrebate e o Norte a arder, uma população analfabeta, fanaticamente religiosa aos gritos, a matarem gajos por serem maçons, afrancesados e apatridários do inimigo, chegando mesmo a assassinar o Comandante-Chefe do Norte o General Benardino Freire de Andrade e praticamente todo o seu Estado Maior, e a morrerem agarrados a terra heroicamente, mas de uma forma inútil. O que foi o cerco do Porto? Eles eram tão ignorantes, que da Artilharia que tinham, faziam os cabeços de amarrar os navios no cais da Ribeira, rebentaram com a Artilharia devido ao fogo ininterrupto e enquanto os franceses estavam fora do alcance das armas. Os franceses entraram pelas defesas do Porto, como faca e manteiga e a tragédia das Pontes das Barcas e a fuga dos principais líderes da cidade para Vila Nova de Gaia, com o Bispo à cabeça, levando consigo a caixa militar, levantando os pranchões da ponte. Tudo isto prova a desordem que se vivia então. O pior que pode acontecer, é o levantamento popular desordenado e com o povo armado, porque a Regência deu ordem para armar o povo, então é uma situação catastrófica. A prova é a reacção popular no Minho, que foi uma catástrofe e em Trás-os-Montes, onde havia o comando efectivo do General Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira. Como ele comandou em Trás-os-Montes é brilhante, porque teve sempre as tropas na mão, escudado por muitos oficiais do antigo Regimento de Cavalaria de Chaves; da Legião, que tinham desertado; e pelos Comandantes das Ordenanças. A Segunda Invasão, decide-se precisamente à custa do povo, que quando os

franceses retiraram do Porto, quando os ingleses e alguns portugueses chegaram ao Douro com Wellington, chegando a Gaia e fazendo a travessia e a outra coluna comandada por Beresford, que foi pela Régua e que já era o Exército Português, que era aquilo que tinham preparado no final de 1808/ 1809 até Maio e foi com estas tropas e aquelas que conseguiam arranjar pelo caminho, que chegaram à Régua, onde Silveira tinha cortado a passagem a Loison, que foi quem foi atrás dele depois de Amarante. Portanto o Soult, sentiu-se com a retirada cortada, a retirada para Espanha, as ligações para retirar por Leão, a linha de retirada de Vila Real, tendo de retirar por Monte Alegre. Abandonou a bagagem, a artilharia e feridos. Ele entrou em Portugal, com cerca de 25.000 homens e retirou não chegando a 15.000, sem travar uma única batalha digna desse nome. Mortes, devido a acção das guerrilhas e muito graças a acção do Brigadeiro Botelho e General Silveira, obrigando Soult a retirar.”

Entrevistador:

“Qual a importância que teve a criação das armas de alma estriada no surgimento da Infantaria Ligeira do séc. XVIII?”

Coronel Henriques:

“Eles começaram por ser equipados por armas de alma lisa e eram unidades que combatiam em ordem dispersa, à frente das grandes formações de combate, não era bem um reconhecimento, eram esclarecedores e sobretudo homens que obrigavam o inimigo a ter cuidado com o avanço, a não vir perfeitamente organizado. A ideia dessas unidades, era bater oficiais, bater os quadros, desmoralizar as unidades. Apesar, das armas serem imprecisas, eles combatiam bastante à frente do corpo principal, só que o adversário também trazia unidades ligeiras à frente e os franceses são realmente os impulsionadores das unidades ligeiras a combaterem em Ordem Dispersa, porque quando eles fizeram o levantamento em massa, a nação em armas, tinham uma gama de homens preparados culturalmente e intelectualmente, muito melhores do que os homens que vinham do campo, pessoas que pela sua formação, tinham uma capacidade de raciocínio muito superior e era essa gente, que eles punham nas unidades ligeiras para poderem combater em Ordem Dispersa. Eram homens que estavam extraordinariamente animados de um ideal político, portanto as unidades ligeiras nascem daí, como nós as entendemos. Os prussianos, o que tinham eram os Jägers, que usavam a velha táctica de ir à frente, davam uns tiros, o inimigo identificava-se e eles davam assim tempo às unidades que os acompanhavam, de tomarem as suas posições no campo de batalha. Aquilo quase que era por consentimento de ambas as partes, mas pelo sim pelo não, tinha essas unidades à frente. Pois os prussianos eram muito pelo automatismo, daí os grandes chefes militares, não verem com bons olhos este tipo de força. A ideia dessas unidades, que são os olhos da tropa antes de ela formar, é

trazida por Lippe. Lippe, traz muito essa ideia e não só como unidades de Infantaria mas de Cavalaria também. Os Prussianos no tempo de Frederico, inventaram as Forças de Cobertura, mas dentro dessas Forças de Cobertura, de Cavalaria com Artilharia a cavalo. O Corpo Principal tinha essas unidades em Ordem Dispersa, onde iam passando umas pelas outras, até chegarem ao corpo principal. No patriota estava muito bem retratado, onde uma unidade de Milícias americana, obriga o inimigo a desenvolver, bate-se com ele cara à cara e de repente rompe o contacto e foge, o inimigo vai atrás dele, eles passam à contra-encosta e atiram-se para o chão, deitam-se mesmo encostadinhos às 3 linhas de atiradores, que estão à espera formadas e flagelam o inimigo sem ele contar. Esta é a manobra clássica das unidades ligeiras, mas a partir da Revolução Francesa e pela categoria dos homens que começaram a ser incorporados, eles podem em vez de ter aquela força que faz esse muro e volta para trás, terem unidades em Ordem Dispersa que fazem as duas funções, homens que fazem os disparos vêm-se embora, voltam à frente vêm-se embora, e aquilo é um vai e vem, que o inimigo vê-se obrigado a parar, passa da coluna à linha para os enfrentar, forma outra vez a coluna, perdendo tempo e as tropas que estão a espera, o tal Corpo Principal, assume as suas posições, escolhe os seus alvos. É o trabalho das unidades ligeiras, que permite isso. As unidades de Caçadores aparecem constituindo as chamadas Legiões de Tropas Ligeiras, estas tinham dois Batalhões de Caçadores e 3 Esquadrões a Cavalo, elas eram 3 no papel, mas só tínhamos uma. A ideia de emprego era uma Legião por Divisão, é a tal força que faz a mancha do reconhecimento e da cobertura. O próprio Marquês de Alorna, na sua obra Economia da Guerra, obra que foi entregar à Bem-posta e o Príncipe-Regente não o recebeu, queria de facto levantar essas 3 Legiões. Mas este, tal como o Conde Vale de Rei, futuro Marquês de Lolé, o Gomes Freire, o Duque de Lafões, de qual todos foram oficiais, tinham a ideia do Morgado de Mateus, que se opunha aos tais Sargentos Coronéis, e eles opuseram-se sempre ao Regulamento de 1803. O Regulamento de 1803 era brilhante, onde a ideia de estas forças operarem à frente do Grosso das tropas da Divisão, abrirem-lhes o caminho nos movimentos ofensivos, guardarem-lhes o desenvolvimento nos movimentos defensivos, tudo isto leva ao aparecimento dessas unidades ligeiras, agora de uma outra forma, um pouco à maneira prussiana na Força de Cobertura, onde são unidades de Infantaria com unidades montadas. Mas não são esses os Caçadores a que nos referimos. O próprio Lafões tinha idealizado uma Cavalaria híbrida, ligeira com couraças. O nosso território não é muito propício às acções de Cavalaria, com excepção do Alentejo, daí os espanhóis terem entrado por lá na Guerra das Laranjas. Mas não é de forma alguma, essa a inspiração que serve à criação das unidades de Caçadores de 1808. Primeiro 6 depois 10 e finalmente 12”.

Entrevistador:

“Em 1809 existia Caçadores a Cavalo?”

Coronel Henriques:

“Os Caçadores a Cavalo, era uma unidade de raiz puramente francesa, os chamados Chasseur a Cheval, eram unidades ligeiras muito empregues como forças de reconhecimento. A raiz dos nossos Caçadores, dos célebres Galos de Combate de Wellington. Eu estou convencido, que é a da Infantaria Ligeira inglesa, o modelo, é um misto da Infantaria Ligeira inglesa com os Voltigeurs franceses, embora não tinham o grau de educação destes.”

Entrevistador:

“Qual a diferença entre Voltigeur e Chasseur?”

Coronel Henriques:

“Os Voltigeurs, eram as unidades ligeiras que iam à frente, eram como os nossos Caçadores, e são a Light Infantry dos ingleses. Os Rifles eram os Snipers da Light Infantry, à semelhança da Companhia Atiradores inserida nos nossos Batalhões de Caçadores. Os nossos Caçadores, reuniam tudo, aqueles 12 Batalhões que tivemos em máxima força somente em Espanha. Os nossos Caçadores eram unidades ligeiras de atiradores, praticamente Snipers, atiradores de precisão, que tinham 2 características, a primeira era conhecer o terreno e a segunda, que vem da própria natureza do soldado português, que era de uma extraordinária rusticidade, animados de todo um espírito, que era a defesa da pátria, o amor a terra e o ódio ao invasor, semelhante ao ideal político e que motivava os franceses, o que dava uma força anímica brutal. As unidades de Caçadores, combatiam como os Rifles, em Ordem Dispersa armados da famosa Baker e do Mosquete Brown Bess, os próprios Batalhões de Caçadores ao combaterem, os Snipers tinham que estar protegidos, logo uma secção é que tinha a baker geralmente o melhor homem os outros protegiam-no, onde este é que batia sobretudo os Oficiais. O objectivo desses Snipers era os Oficiais e os Sargentos. A ideia de Caçadores é um pouco a tradução a pontapé dos alemães Jägers, visto estes nem terem as missões dos Caçadores franceses nem a dos Caçadores das Legiões de Tropas Ligeiras. Eles tinham sim missões pontuais, bater os quadros, emboscar, reconhecimento do inimigo, um pouco à semelhança das Milícias uma vez que eles vinham das Ordenanças, onde eram voluntários, mas a grande maioria era recrutada e entre os homens que conheciam o território, eles conheciam o terreno como a palma da mão, sabiam onde podiam fazer a emboscada, onde o inimigo teria que abrandar o seu movimento, onde é que teria que recorrer à marcha de itinerário, onde poderia vir aberto, eles sabiam isso tudo. Tal dava-lhes uma tremenda vantagem, pois podiam tomar a

iniciativa, por conhecerem o sítio onde se encontravam, tirando a vantagem das tropas que se batem em casa contra uma força que desconhecia completamente para onde ia, se bem que o Marquês de la Rosière, que era o Chefe de Estado Maior da polícia quando Junot invadiu Portugal, ter dado uma série de papéis de estudo do terreno, que entregou religiosamente a Junot e este fê-los chegar a França. Contudo, ou estes não foram estudados ou não foram facultados a quem invadiu. A grande vantagem das nossas unidades ligeiras, era combaterem em casa e com melhor armamento, pois mesmo se considerarmos as armas de cano alma lisa de ambas as forças a Brown Bess era muito superior, além do que o treino de Infantaria que Beresford transmitiu às nossas tropas, era a de Infantaria inglesa. A Infantaria inglesa tinha uma unidade famosíssima, a Light Division, que foi uma invenção do John Moore, criada em Inglaterra, essa Divisão Ligeira era formada por unidades de Infantaria Ligeira e os Rifles, como nós nos nossos Caçadores tínhamos as unidades Ligeiras e os Snipers integrados numa Companhia, estas unidades em Inglaterra tinham uma missão, a ideia de manobra do Wellington era uma ideia curiosíssima, ele procurava negar ao Exército francês 3 das grandes vantagens que tinham, uma Cavalaria muito superior, uma Artilharia muito mais numerosa e o tal fanatismo político, loucura, amor a figura passional do imperador, para isso com as suas tropas altamente profissionais, agarrava no seu Corpo Principal e procurava uma posição em contra-encosta e na encosta tinha as suas unidades ligeiras, onde a Divisão Ligeira ou as Divisões Ligeiras, porque ao contrário daquilo que se possa pensar, o Exército inglês foi evoluindo, foi aumentando em número e criando unidades ligeiras que povoavam a encosta em Ordem Dispersa num movimento de vai e vem, obrigando os franceses que tinham como formação de ataque a coluna, pois ninguém ataca aberto, quem atacava aberto eram os prussianos, daí terem-se saído mal contra os franceses, mas os franceses vinham em coluna, com os Voltigeurs à frente. E qual a ideia disso, os franceses faziam uma preparação de fogos de artilharia, onde os ingleses respondiam com a sua Artilharia em contra-encosta, com alguma Artilharia na crista para fazer fogos de contra-bateria, vinha a crista e voltava à trás; e as Tropas Ligeiras avançavam no terreno fazendo o seu trabalho e iam recuando até que quando chegavam a crista, os franceses seguiam em coluna e não tinham poder de fogo ou pela manobra do Conde de Guibert, as colunas diminuía a marcha e abriam em linha, era neste momento que a malta que se encontrava em contra-encosta vinha à frente formada em 2 ou 3 fileiras, quando chegavam a cima, faziam uma descarga e vinham a baioneta por ali abaixo, quer dizer com a Artilharia à frente, esta subia, fazia uma salva, normalmente com uma munição de estilhaços, então a Infantaria fazia fogo e depois iam com a baioneta por ali abaixo, mas quem tinha andado a bater durante 800m, eram as Tropas Ligeiras, os Caçadores integrados nas Divisões Britânicas, isto dentro da infantaria, porque quando os franceses mandavam a Cavalaria, os ingleses formavam o quadrado e onde os Caçadores ficavam nas fases ou lá dentro.”

Entrevistador:

“É sabido que a Infantaria Ligeira em caso de necessidade poderia constituir-se enquanto Infantaria Regular. Assim sendo, o que diferenciava estas duas forças? Tem conhecimento se era prática comum no Exército Anglo-Luso tal acontecer?”

Coronel Henriques:

“Sim sem dúvida, mas não era prática, mas o exemplo que melhor retrata isso é o Buçaco. Na crista do Buçaco, há um planalto estreitinho que vai alargando até ao sítio do monumento, ora Wellington pôs as tropas recuadas nesse planalto e pôs unidades ligeiras à frente, como fazia sempre, no entanto há um sítio no nosso flanco esquerdo, que é em Sula, entre Moura e Sula, onde o terreno era de tal forma íngreme, que ele preferiu puxar as unidades à frente e em determinado troço pôs a Brigada Pack. A Brigada Pack tinha 2 Batalhão de Caçadores, onde os nossos Caçadores aí actuaram como tropa de linha. Por norma os Caçadores abriam o combate, depois passavam a Reserva, muito à semelhança do que fazia a Light Division. À Divisão Ligeira deram-lhe um sector no Buçaco, em Sula, onde durante toda a acção retardadora, até ao Buçaco, a Divisão esteve à frente, como na entrada das linhas de Torres, onde ela foi deixada em contacto em Alenquer. Os Franceses quase que acabaram com a Divisão Ligeira, ao ponto de os franceses entrarem nas linhas de Torres sem saberem, entre o Sobral e a Arruda. Precisamente o trabalho das forças ligeiras era um trabalho de mascaramento e obrigar o In a revelar a sua força.”

Entrevistador:

“O que levou a que este “novo” conceito não se generalizasse a toda a estrutura dos Exércitos Europeus? Será correcto atribuir o aparecimento da Infantaria Ligeira do séc. XVIII, enquanto força empregue no Campo de Batalha, à Guerra da Independência Norte Americana?”

Coronel Henriques:

“Os EUA na Guerra da Independência, tinham uma coisa que era chamada a Continental Army, que era o Exército e unidades de Milícias, muitas, muitíssimas e tinham uma tropa que tinha estado a lutar com os franceses no Canadá, com a qual se criou uma força de colonos de atiradores especiais, que eram caçadores e que batiam pontualmente as unidades. Essas unidades, todas fardadas de verde para combaterem nas matas, foram os precursores das Tropas Ligeiras, eram uma espécie de Rangers, aliás tinham esse nome. Os ingleses chegaram a ter aqui, unidades extraordinariamente bem treinadas nesse tipo de combate, onde uma delas era a 88ª e teve no Buçaco os Cannot Rangers, que combatiam na linha. Nós, as vezes temos uma ideia um pouco errada, pois salta-nos a ideia sempre o Bloco Prussiano, este morre em Iena e depois em Eylau em 1806, porque só em

1810, aquando da revolta prussiana é que eles recorrem as suas Ordenanças, criando as suas tropas locais, aligeirando aquela tropa pesadíssima de Frederico II, já ultrapassada para a época. Os EUA são uma fonte de inspiração, mais para os franceses, visto eles terem combatido com os Americanos, e foram eles em conjunto com os Ingleses que trouxeram de lá, fruto das suas experiências, essa nova forma de luta. Os nossos Caçadores, a sua origem, não é a das Legiões de Tropas Ligeiras, mas sim uma mistura dos Voltigeurs com os Rifles. Aliás, a Legião de Tropas Ligeiras era mais a do Modelo Prussiano, a de Força de Cobertura, já os nossos Caçadores, iam ao terreno atiravam obrigando o In a revelar-se e recuavam, e no ataque era de Guarda de Flanco como é exemplo da batalha de Salamanca.”

Entrevistador:

“Quais as pessoas que considera como tendo sido protagonistas no surgimento e desenvolvimento da Infantaria Ligeira em Portugal até finais da Guerra Peninsular e porquê?”

Coronel Henriques:

“The Goltz e Valdeque nenhuma influência trouxeram. A principal, é sem dúvida o homem fundamental no ressurgimento da ressurreição do Exército Português, D. Miguel Pereira Forjaz, Conde da Feira, ele é capital. Depois, eu tenho a opinião que os homens que na Segunda Invasão se bateram verdadeiramente contra os franceses com unidades que acabavam por ser unidades ligeiras, o Silveira, o Bacelar, o Miranda Henriques, o Botelho. Homens, que viram o que as suas unidades metidas nas brenhas, eram capazes de fazer. Forbes, foi importante mais no âmbito organizacional, o Alorna também, o Gomes Freire o Vale de Reis são fundamentais, porque eles criam Legiões de Tropas Ligeiras, porque foi o que eles viram no Rossilhão. Viram o inimigo ganhar com essas tropas ligeiras, eles ficaram com a ideia do que aquelas unidades conseguiam fazer perante o peso da infantaria de Linha, aquelas unidades que apareciam e desapareciam, faziam tiro de um lado e do outro e ninguém sabia onde era que elas estavam. Depois, tens o trabalho fundamental dos ingleses, no seu treino, o Beresford e os ingleses que vieram com ele. Os ingleses tinham um homem que era o melhor Comandante de tropas ligeiras que estava na Península que era o General Robert Crawford. Os nossos Caçadores, estavam em treino permanente, eles estavam nas Divisões inglesas junto das unidades ligeiras.”

Entrevistador:

“Seriam unidades como a Leal Legião Lusitana, Regimento de Voluntários de Portalegre e Legião Transtagana, empregues enquanto Infantaria Ligeira?”

Coronel Henriques:

“A LLL é sem dúvida uma unidade de tropas ligeira, até vinha fardada de verde. As restantes eram na sua essência tropas ligeiras no sentido mais de Milícias e até um pouco eivadas no espírito da Legião de Tropas Ligeiras de Alorna. Mas estamos a nos esquecer, que havia outra tropa ligeira portuguesa além dos Caçadores, que era a tropa que era Comandada pelo Coronel Nicholas Trant, eram tropas ligeiras, aí havia muitas Milícias e Ordenanças, que actuavam na retaguarda dos franceses em acções irregulares de guerrilha, é outra ideia de acção de tropa ligeira, hoje em dia desempenhada pelas Operações Especiais, mas diferente da dos Caçadores.”

Entrevistador:

“Quem equipava e suportava as despesas inerentes ao emprego dos Batalhões de Caçadores?”

Coronel Henriques:

“Os Ingleses armavam e equipavam por conta deles até 30.000 homens, mas nós tivemos perto de 57.000/ 58.000 homens, os restantes 30.000 eram pagos por nós, nós pagávamos tudo, mas mais, é que as unidades de 2ª linha eram pagas por nós e eram 40.000.000 de cruzados por ano. Como podes ver os ingleses não suportaram nada, saíram foi daqui com os bolsos cheios. Basta ver que foram os ingleses os grandes vencedores, os vencedores estratégicos e tácticos, morais somos nós, mas foram eles que ganharam com tudo, ganharam com o comércio, com a indústria, ganharam com a independência do Brasil, tiraram-nos como concorrentes da praça comercial com o comércio brasileiro, prejudicaram-nos como puderam, queimaram-nos o país, nós é que queimamos a pedido deles.”

Entrevistador:

“De que forma os Britânicos participaram na criação, desenvolvimento e treino dos Batalhões de Caçadores e qual o contributo dado por Beresford?”

Coronel Henriques:

“A origem disto tudo, está quando em 1809, o Beresford chega a Portugal para formar o Exército Português, praticamente quando Soult estava a entrar por Chaves. Muito embora já houvesse uma tentativa feita pelo Conde da Feira e pela Regência para reorganizar o Exército, são criados 3 núcleos, um em Tomar, com o Miranda de Henriques;

outro com Vacelar, na Beira; e outro com Paula Leite, no Alentejo e Algarve. Portanto, são criados núcleos para se formar o Exército, que nós não tínhamos. Mas porque não se estava a formar, não íamos desarmar, ele resolveu armar o pagode, para se aguentarem, resistirem como pudessem. Nós tivemos uma grande sorte, do Vítor não ter entrado pelo Alentejo, porque o Craddock estava com os seus 10.000 homens na Península de Lisboa pronto a zarpar, ainda por cima depois do desastre de John Moore na Corunha. Quando o Beresford chega e traz a sua equipa de treino, esses homens é que começam a preparar o Exército Português, dentro da doutrina inglesa, porque o Exército português não estava preparado dentro da doutrina inglesa. O Exército português renasce dentro da doutrina inglesa, chegando ao ponto dos soldados saberem as vozes de comando em inglês. Em termos de oficiais, teoricamente um comandante inglês tinha um segundo comandante português e vice-versa. Quando descias no escalão, começam a aparecer mais graduados portugueses, mas na realidade até aos comandos dos Batalhões, eram Ingleses, com o segundo sendo português ou ao contrário, mas em termos equitativos eles eram mais, até porque eles pagavam. Até certa altura, eles menosprezavam os comandantes portugueses, depois não, basta dizer que só havia um comandante de Divisão português, só havia uma Divisão puramente portuguesa, o resto era tudo misturado. Os ingleses tinham esta coisa, os oficiais deles que enquadravam as nossas tropas, eram do Exército Português. Vejamos, eles vinham do Exército Inglês, em que pelo facto de virem para o Exército Português eram promovidos, mas pelo facto de estarem, eram duplamente promovidos. Portanto, nós tínhamos oficiais comandantes de unidades de campo muito novos. E o facto é, que aqueles que contactaram mais de perto com as nossas tropas ficaram por cá, apaixonaram-se por Portugal e pelos portugueses, sentiam isto como deles, como se tivessem nascido aqui. Os comandos superiores, os residentes olhavam para nós como sendo mais uma parte do império, aliás há uma crítica muito violenta ao Beresford. Já Wellington confiava plenamente nos Portugueses e este era idolatrado por eles, porque estavam treinados por homens que ele conhecia e porque eles estavam animados de um espírito, que ele conhecia, porque tinha estado por cá em Agosto 1808. Ele contactou com uma nação desesperada e viu o valor da loucura nos olhos deste povo, ele teve cá depois na Segunda Invasão, ele sabia com o que contava, ele tinha era de os ter agarrados, senão teria sido como na Segunda Invasão, uma morte gloriosa mas inútil, e com ele isso não acontecia, visto ele ser extremamente cauteloso, talvez tenha sido dos Generais que melhor usava o terreno. Já Napoleão não, tinha era outra coisa, manobrava a coberto de uma poder de fogo brutal, ou seja Napoleão tinha uma combinação de fogo e choque que funcionou perfeitamente enquanto teve tropas treinadas, mas como estava em guerra permanente, começou a ter que tapar buracos com recrutas que treinavam durante a Marcha e isso impediu-o de fazer as suas manobras brilhantes, e então recorreu à Massa, recorreu ao Choque. Porque o Napoleão, que era artilheiro, empregava a artilharia como quem emprega um par de

pistolas, era o que o Wellington dizia. Portanto, ele só com Artilharia conseguia praticamente fazer penetrações e depois explorava com aquela Infantaria em massa ombro com ombro, com a baioneta por ali a fora e com a Cavalaria. Muito rapidamente o que é que ele fazia, batia o Exército In com Artilharia para desarticula-lo, depois lançava a Cavalaria, para os obrigar a fechar em quadrados, para tirar-lhes o poder de fogo, a seguir, vinha a Infantaria contra aqueles quadrados e com a Cavalaria batia os quadrados e carregava lá para cima, eles não tinham poder de fogo. A proposta de Forbes é abraçada por D. Miguel Pereira Forjaz, que é o pai dos Caçadores. O Beresford tem o mérito, primeiro de ter aceitado a ideia, à revelia da formação do Exército Português à imagem e semelhança do Exército Inglês, que era aquilo que ele tinha na cabeça. Portanto, aceita uma inovação e acerta no 20, porque é a inovação que dá a tropa mais brilhante, os tais fighting cooks. Em termos orgânicos, as unidades de caçadores eram muito próprias, com excepção do armamento, aliás eram a unidade de elite do Exército Anglo-Luso, ao ponto de Wellington os querer em Waterloo e não era só os Caçadores, ele queria uma Divisão. A Divisão estava pronta para ir, teve pronta para embarcar, a Regência é que não deixou e isso é umas das razões porque não temos Olivença, visto no primeiro congresso de Viena antes de Waterloo, os britânicos apoiarem o regresso de Olivença a Portugal e no segundo, após Waterloo, não terem dito nada.”

Entrevistador:

“É sabido que a Legião de Alorna devido ao seu valor foi incorporada na Legião Portuguesa e que esta ao longo seu deslocamento para França sofreu um grande número de deserções. Qual a possibilidade de alguns dos elementos que desertaram terem vindo a integrar a Leal Legião Lusitana ou um dos Batalhões de Caçadores?”

Coronel Henriques:

“A LLL, era constituída por homens que tinham fugido para Inglaterra, em que talvez alguns desses desertores poderiam estar integrados nesses Batalhões de Caçadores. Contudo, esses Batalhões de Caçadores foram muito levantados à custa da matéria-prima da terra, esses que conheciam o terreno. A ideia dos Caçadores como tropa ligeira, era não só a de óptimos atiradores, mas também a de homens que conheciam o terreno onde estavam. Os Caçadores não actuavam só à frente das unidades para atirar em oficiais, tinham enumeras missões, de entre as quais, emboscadas. Eles fizeram de tudo, eram óptimas unidades.”

ANEXO D – Tratado de Fontainebleau



Figura 11: Divisão de Portugal

Fonte: <http://www.areamilitar.net/HISTbcr.aspx?N=80>

“ARTICULADO DO TRATADO

(extractos dos Artigos mais significativos)

Art. I - A província de Entre Douro e Minho será dada ao Rei da Etrúria, como Reino de Lusitânia Setentrional, tendo por capital do Porto.

(**Pelo Artigo II** - o Alentejo e o Algarve seriam dados a D. Manuel Godoy, o Príncipe da Paz, com o Título de Príncipe dos Algarves)

(**Pelo Artigo III** - a Beira, Trás-os-Montes e Estremadura ficariam em depósito até ao fim de guerra, dando-se-lhes então destino definitivo)

Art. VIII - No caso de que as províncias da Beira, Trás-os-Montes e Estremadura Portuguesa que ficarão em sequestro, fossem devolvidas na paz geral à Casa de Bragança em troca de Gibraltar, o da Trindade e outras Colónias que os Ingleses têm conquistado à Espanha e a seus aliados, o novo Soberano destas províncias terá em relação a Sua Majestade Católica el Rei de Espanha as mesmas obrigações que El Rei da Lusitânia Setentrional e o Príncipe dos Algarves, possuindo-os com iguais condições.

[...]

Art. XIII - Os dois (signatários) entender-se-ão para fazer uma divisão igual das Ilhas, Colónias e outras propriedades de Portugal.

Art. XIV - Este convénio permanecerá secreto.

CONVENÇÃO SUPLEMENTAR

Art. I - 25.000 infantes e 3.000 cavalos franceses a que se juntarão 8.000 infantes, 3.000 cavalos e 30 peças espanholas invadirão Portugal.”

Fonte: <http://forumdefesa.com/forum/viewtopic.php?f=13&t=1235&sid=af6b4b72f3268f78e657186d3a75e01f>

ANEXO E – Tratado de Windsor

“Assinado em Windsor a 9 de Maio de 1386, reinando em Portugal D. João I e em Inglaterra Ricardo II, filho de Eduardo III diz:

Art.º 1.º - Antes de tudo, fica estabelecido e definitivamente ajustado que, para assegurar o bem público e a tranquilidade de ambos os Reis e dos súbditos dos seus reinos, haverá inviolável e eternamente entre os citados Reis agora reinantes e seus herdeiros e sucessores, e entre os súbditos de ambos os Reinos uma sólida, perpétua e real liga, amizade, confederação e união, não só em benefício dos mesmos e dos seus herdeiros e sucessores mas também em favor dos seus Reinos, terras, domínios, países e seus súbditos, vassalos, aliados e amigos, de tal modo que cada um deles ficará obrigado a socorrer e prestar auxílio ao outro, contra todos, vivos ou mortos, que intentem violar a paz do outro ou ofender o seu Estado de qualquer forma; dentre os quais, todavia, por desejo do Rei de Inglaterra devem ser excluídos o nosso Senhor e Sumo Pontífice Urbano, agora reinante, e seus sucessores canonicamente eleitos, Wenceslau, pela graça de Deus Rei dos Romanos e da Bósnia, e João, pela mesma graça rei de Castela e Leão, Duque de Lencastre e Tio do ilustre Rei de Inglaterra.

Art.º 3.º - Além disso, fica mutuamente estipulado não ser permitido por quaisquer meios aos ditos Reis ou aos seus súbditos, terras ou domínios, de qualquer categoria, grau ou condições, dar ou prestar, de qualquer maneira, conselho, auxílio ou favor às terras, domínios e Nações que tenham travado inimizade ou estejam em rebelião contra a outra a parte contratante; conceder, arrendar ou confiar a esses inimigos quaisquer navios, galés ou outras embarcações que possam ser aproveitadas em prejuízo da outra parte, ou dar, directa e indirectamente, pública e privadamente, protecção de qualquer espécie e natureza a esses inimigos ou rebeldes, sob qualquer alegação, título disfarce ou cor; ministrar ou conceder a esses inimigos ou rebeldes qualquer ajuda que possa redundar em prejuízo da outra parte; pelo contrário, que cada um dos citados Reis e seus Reinos, terras e domínios, assim como seus herdeiros, serão obrigados a contrariar, perseguir e destruir, com todos os seus poderes, os inimigos e rebeldes do outro, como se fossem seus próprios e mortais inimigos; e se algum súbdito da outra parte for convicto de ter atentado em alguma coisa contra o que ficou estipulado deverá ser, sem subterfúgio, nem simulação, punido de acordo com a Lei e conforme a vontade e o desejo do Rei em cujo prejuízo se fez o atentado.

Art.º 4.º - Além disso, determina-se, por consentimento de ambas as partes, que se, de futuro, alguns dos citados Reis ou seus sucessores, precisar do auxílio e socorro do outro e devidamente solicite à outra parte a dita assistência, a parte solicitada ficará na obrigação

de prestar auxílio e socorro à parte requerente, tanto quanto isso for compatível com os perigos que a si mesma ameacem e aos seus Reinos, terras, domínios e súbditos; e não obstante, que não seja empregado artifício, impostura ou invenção, como impões estritamente o presente tratado que, justamente para tal efeito, foi estabelecido, e que tudo isso constitua encargo ou despesa razoáveis da parte requerente, como ficar combinado entre os ditos reis e seus agentes ou conselhos, e sempre sob a condição de que, o pedido de ajuda ou socorro, seja feito com o prazo de seis meses antes que seja posto em execução.

Art.º 5.º - Mais ainda se estipula que todos os bens móveis e semoventes, de qualquer espécie, que os súbditos de qualquer dos mencionados Reis ou seus herdeiros e sucessores quando sob ordem de um deles, venham a adquirir ou ganhar aos inimigos do Rei que tiver pedido assistência e socorro, pertencerão incontestavelmente Rei e povo que tiver fornecido esse auxílio e ajuda, assim ficando, para este efeito, estabelecido por ele, de acordo com a prática do seu reino; e seja determinado sempre que, se esses bens capturados no mar, por meio de luta, uma terça parte deles irão para o Rei que tiver feito maiores despesas com os preparativos da empresa destinada a molestar e a opor-se aos referidos inimigos; mas se alguns generais, almirantes ou altos comandantes desses inimigos forem feitos prisioneiros em terra ou no mar, serão, imediatamente e sem qualquer eleição entregues e ficarão em poder do Rei que tiver feito as principais despesas requeridas pelo equipamento das forças em questão, sem prejuízo, todavia, da adequada remuneração ou recompensas devidas pelo dito Rei àqueles que tiverem capturado esses chefes ou comandantes, de acordo com as possibilidades de ambas as partes, cada uma por si própria ou por meio dos seus agentes, para justamente chegar a tais fins.

Art.º 6.º - Mas se qualquer propriedade imóvel, isto é: terras, cidades, fortalezas ou semelhantes, pertencentes a inimigos da outra parte, forem invadidas e ocupadas pelo povo de qualquer dos ditos Reis e de seus herdeiros e sucessores, e se qualquer dos ditos Reis e seus herdeiros ou sucessores tiverem a essas propriedades justos direitos e títulos de longa data, em tal caso, seja qual for o lugar e os Reinos e domínios em que se encontrem, deverão ser imediatamente e sem disputa nem dificuldade, entregues a qualquer dos Reis de Inglaterra ou Portugal, que a ela tiverem direito de sucessão ou possam fazer valer os seus direitos, por outro motivo fundamentado, provar a sua pretensão num tribunal judicial.

Art.º 7.º - Além disso, fica estipulado que se alguma das mencionadas partes poder reconhecer, descobrir, ou prever qualquer ofensa, ultraje ou prejuízo planeado ou premeditado contra a outra parte, em terra ou no mar, pública ou particularmente, deverá impedi-los, tanto quanto estiver no seu poder, como se desejoso estivesse de impedir a

ofensa e ultraje intentados aos seus próprios interesses e esforçar-se-á, por todos os recursos ao seu alcance, para tal desígnio, com todos os pormenores a ele ligados, possa ser levado ao conhecimento da outra parte contra quem isso foi projectado, sem qualquer artifício, engano ou impostura.

Art.º 8.º - Mais se determina que nenhuma trégua ou armistício, tanto em terra como no mar, deverá ser aceite de um outro Poder por qualquer dos ditos Reis ou seus herdeiros sem que o outro Rei e seus Reinos, terras, domínios e súbditos sejam nele incluídos, para que, se isso lhe convier, obtenha e goze o benefício dessa trégua ou armistício.

Art.º 9.º - E se em qualquer ocasião futura acontecer (o que Deus impeça), que os súbditos dos referidos Reis ou dos seus herdeiros pratiquem qualquer atentado em contravenção da presente aliança ou perpetrem qualquer dano por meio de incursões nas cidades, invasões nos povoados, tomadas de fortalezas, depredações ou roubos em pessoas, ou subtraindo e retendo bens, ou por qualquer outro processo fica estipulado que o Rei cujos súbditos tenham cometido esse ultraje e provocado tal prejuízo bem como seus herdeiros e cada um deles individualmente no seu termo, terá de reparar, restaurar, recompor e emendar esses ultrajes e devidamente corrigir e punir os delinquentes de modo satisfatório para o desejo e arbítrio do Rei a quem tais ofensas hajam sido infligidas, tão expeditamente quanto possível e dentro do prazo de seis meses a partir do momento em que a pessoa ou pessoas a castigar e punir hajam sido devidamente acusadas, sem qualquer impostura, astúcia, demora ou malícia de qualquer ordem; e sempre estabelecido que a presente Aliança não será, por essa razão, julgada ou entendida como quebrada, dissolvida ou anulada de qualquer maneira, mas antes continuará com inteira força e validade.

Art.º 10.º - E em acréscimo ao que precedentemente foi estipulado, com o objectivo de melhor proteger a dita Aliança, determinou-se que nenhum dos artigos anteriores em separado ou todos em conjunto, mesmo que morte ou mutilação (o que Deus não permita) daí provenha, nem qualquer acto de violência que venha a ser concebido ou praticado, de qualquer espécie ou designação será considerado causa bastante para dissolver ou infringir a presente Aliança; e, pelo contrário, enquanto estiver determinado dar satisfação de todas as ofensas, como anteriormente se estipulou, a presente liga continuará, sem interrupção, com a mesma força e vigor.

Art.º 11.º - Mas se de futuro acontecer (o que Deus não consinta) que alguns dos citados Reis ou seus herdeiros esteja disposto, por sua própria pessoa ou por intermédio de seus súbditos ou outros, por ordem, vontade, aprovação e consentimento desse Rei e contra a forma e conteúdo da presente Aliança e Tratado de Amizade a fazer ofensa ao outro,

cometendo-a ou ocasionando guerra com o outro, na terra ou no mar, prejudicando ou molestando a outra parte, sob qualquer pretexto ou argumentos invocado; determina-se e unanimemente se estabelece que a parte que cometer essa violência, abuso ou ofensa perderá os benefícios que, pela presente Aliança, receberia da benevolência da outra parte assim ultrajada e que será da competência dessa mesma parte assim ultrajada se quiser infringir a precedente Aliança ou proceder (enquanto a Aliança estiver em vigor) para vantagem dessa mesma parte, reparar os ultrajes de qualquer forma que lhe pareça adequada, nem deverá nestas condições, ligar-se a ela qualquer imputação de perjúrio, ignomínia, ou outra penalidade ou acusação de crime.

Art.º 12.º - Mais se determina que a presente Aliança, depois de ter sido combinada, transcrita e selada, será solenemente jurada, não só por nós, os sobreditos delegados e procuradores em nome dos nossos referidos Senhores mas também pelos mesmos Senhores e Reis, como representantes, sendo previamente entregue a ambas as partes.” (Pereira, 2009, pp. 53-56)

“Acabou por ser assinado em Whitehall a 23 de Junho de 1661, Reinando em Portugal ainda D. Afonso VI e na Inglaterra Carlos II visto, (...) o General Monk já ter restaurado a monarquia.

Art.º 15.º - Em consideração de todos estes privilégios e concessões, tanto em benefício do Rei da Grã-Bretanha e dos seus súbditos em geral como da entrega destas importantes praças¹⁴¹ à mencionada Majestade e seus herdeiros futuros, por onde a grandeza do seu império ficará assim aumentada; e mesmo em consideração do próprio dote, que excede em muito o que jamais se deu a qualquer Princesa de Portugal, o Rei da Grã-Bretanha afirma e declara com consentimento e visto do seu Conselho que tomará a peito os interesses de Portugal e dos seus domínios, protegendo-os com as suas máximas forças na terra e no mar, como se da própria Inglaterra se tratasse, e que fará seguir para lá à sua custa e encargo, dois regimentos de cavalaria, com o efectivo de 500 homens cada um, sendo todos eles armados por conta do Rei da Grã-Bretanha; mas, desde que estejam instalados em Portugal serão pagos pelo Rei deste País; e no caso dos referidos regimentos ficarem diminuídos, pela luta ou por qualquer outro motivo, o Rei da Grã-Bretanha ficará obrigado a preencher aquele número por sua conta; e finalmente, fará obrigado a preencher aquele número por sua conta; e, finalmente, fará seguir os ditos regimentos logo que a Senhora Infanta chegar a Inglaterra, se for esse o desejo do Rei de Portugal.

¹⁴¹ Tânger e Bombaim.

Art.º 16.º - o Rei da Grã-Bretanha promete também, com o visto e consentimento do seu Conselho que, sempre que Portugal for invadido, lhe mandará (sendo esse o desejo do Rei de Portugal) dez grandes navios de guerra; e sempre que o País for infestado de piratas três ou quatro navios, todos suficientemente tripulados e fornecidos para oito meses, a contar da sua partida da Inglaterra para obedecerem às ordens do Rei de Portugal. E se for necessário que ali se estacionem mais de seis meses o Rei de Portugal ficará obrigado a fornecê-los todo o tempo que lá permanecerem e proporcionar-lhes fornecimentos para um mês a contar do momento da sua partida para a Inglaterra; mas se o Rei de Portugal for constrangido de modo extraordinário pelas forças do inimigo, todos os navios de Sua Majestade Britânica que estiverem no mar Mediterrâneo ou em Tânger receberão instruções para obedecer às ordens do Rei de Portugal e acorrerão em seu socorro e ajuda.

E pelas supra-mencionadas concessões e regalias ao Rei de Portugal Sua Majestade Britânica e seus herdeiros e sucessores nunca exigirão seja o que for, como retribuição do referido socorro.

Art.º 17.º - Além dos alistamentos que o Rei de Portugal tem a liberdade de fazer, em virtude dos tratados transactos, o Rei da Grã-Bretanha obriga-se pelo presente tratado no caso de Lisboa e Porto ou outra cidade marítima ser sitiada ou bloqueada pelas forças de Castela ou qualquer outro inimigo, a fornecer oportunamente assistência de homens e navios de acordo com a vigência das circunstancias e proporcionalmente às necessidades do Rei de Portugal.

Art.º 18.º - O Rei da Grã-Bretanha afirma e promete com o visto e consentimento do seu Conselho, que nunca fará paz com Castela, ainda que seja mínimo o impedimento para ela, directa ou indirectamente, a dar plena assistência a Portugal, para a sua necessária defesa; e nunca entregará Dunquerque e Jamaica ao Rei de Castela, nem suspenderá nada do que for necessário para o auxílio a Portugal, embora, fazendo assim, se envolva em guerra com o Rei de Castela. Artigo Secreto – Além e acima de tudo o que for singularmente combinado e estipulado no tratado de casamento entre o Sereníssimo e Poderoso Carlos, e segundo de nome Rei da Grã-Bretanha e a Virtuosíssima e Serena Senhora D. Catarina Infanta de Portugal fica, por este artigo secreto, estipulado e combinado que Sua Majestade Britânica, em vista das grandes vantagens e acréscimos de domínios conseguidos pelo mencionado tratado de Casamento, comprometerá e obrigará, como o presente artigo impõe a defender e proteger todas as conquistas ou colónias pertencentes à Coroa de Portugal contra todos os seus inimigos, tanto presentes como futuros; além disso, Sua Majestade Britânica obriga-se a tratar uma paz razoável entre o Rei de Portugal e os Estados das Províncias Unidas e todas as companhias e associações de mercadores que lhe estão submetidas sob condições convenientes e ajustadas aos mútuos interesses da Inglaterra e Portugal; e, no caso de tal paz não ser obtida, Sua Majestade Britânica ficará obrigada a defender com

homens e navios os referidos domínios e conquistas do Rei de Portugal. E no caso também de quaisquer cidades, fortalezas, castelos ou quaisquer outras praças serem tomadas pelos holandeses depois do 1.º de Maio do presente ano de 1661, Sua Majestade Britânica toma ainda o compromisso de mandar na próxima monção, após a ratificação do Tratado de Casamento e deste artigo, um auxílio suficiente às Índias Orientais, proporcional às necessidades de Portugal e à força dos nossos inimigos. E mais se declara que Sua Majestade, e os seus sucessores, nunca exigirão qualquer pagamento ou retribuição por esse serviço.” (Almeida, 2009, pp. 56-57).

Artigo Secreto, Tratado de Whitehall, 23 de Junho de 1661

“(…) fica, por este artigo secreto, estipulado e combinado que Sua Majestade Britânica, em vista das grandes vantagens e acréscimos de domínios conseguidos pelo mencionado tratado de Casamento, comprometerá e obrigará, como o presente artigo impõe a defender e proteger todas as conquistas ou colónias pertencentes à Coroa de Portugal contra todos os seus inimigos, tanto presentes como futuros. ”

Fonte: ALMEIDA, Miguel (2009). *A Pacificação de Moçambique nos Finais do Século XIX à Luz da “Velha Aliança”*, Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar, Lisboa.

ANEXO F – Classificação Geral do Armamento

Arma: Termo empregue nas mais diversas áreas, fruto da própria evolução da palavra. Assim no domínio da Ciência Militar, define-se arma como sendo “*Qualquer objecto, instrumento ou aparelho destinado a atacar, a defender ou com duplo fim de atacar e defender simultaneamente do adversário.*” (Macieira e Alves. 2007, p.2). Outra definição refere-se ao termo “*arma*” enquanto “*Um objecto ou sistema que pode ser usado pelo homem, para a caça, para a defesa ou ataque e outros seres ou – sistemas, em várias modalidades desportivas ou ainda para fins lúdicos.*” (Neto e Almada. 1997, p.21). Quanto a sua classificação geral, estas põem ser: Ofensivas (armas destinadas a atacar e a infligir danos no adversário); Defensivas (aquelas cuja a finalidade é defender, suprimir ou diminuir os efeitos causados pelo emprego de uma arma por parte do adversário) ou Ofensivas / Defensivas (armas com dupla finalidade, quer a de atacar como a de defender).

Classificação Específica:

Classificação das Armas Ofensivas:

Quanto à forma de utilização, binómio arma / Homem:

- (1) Armas de mão – Aquelas com a finalidade de serem usadas na luta de curtas distâncias, aproveitando a força muscular do próprio combatente para produzir os efeitos, sem que para tal seja necessário separarem-se de quem as utiliza.

Estas armas agrupam-se da seguinte forma:

- a. Contundentes ou de Choque (Martelo, Clava) – Aquelas que actuam pelo choque, em que o efeito de destruição é obtido pela potência do choque;
- b. Corte ou Gume (Machado) – Aquelas que actuam pela cultilada, sendo o efeito pretendido o de penetração e não o de esmagamento;
- c. Estocada ou ponta – Aquelas que actuam pela penetração, isto é actuam somente pela ponta, o que permite aumentar o efeito de penetração. Dividem-se:
 - i. De Haste (Pique, Lança);
 - ii. De Punho (Florete, Punhal).
- d. Gume e Ponta – Aquelas que actuam simultaneamente pela cutilada e pela penetração, combinando as propriedades das armas de corte com as de estocada. Dividem-se:
 - i. De Haste (Alabarda, Partazana);
 - ii. De Punho (Sabre, Espada).

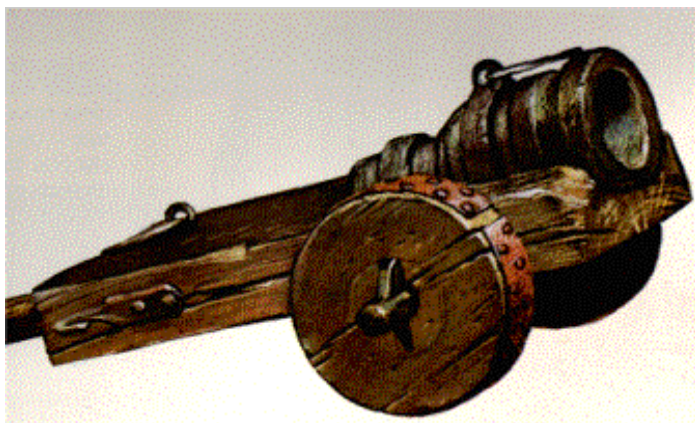
- (2) Armas de arremesso (Pedra, Funda) – Armas com a finalidade de provocar danos à distância e após serem arremessadas somente através da força muscular.

- (3) Arma de projecção – Armas com a finalidade de provocar danos à distância, lançando um projectil, através do impulso de uma determinada força que não a muscular.

Estas armas agrupam-se da seguinte forma:

- a. De tiro (Arco Longo, Besta, Arcabuz) – Caso o projectil seja lançado á distância através da propulsão conseguida à custa da elasticidade de certos corpos ou à pressão do ar;
- b. De fogo (Mosquete) – Caso o projectil seja lançado, usando produtos químicos, sólidos, líquidos ou gasosos como força propulsora.

ANEXO G – Glossário de Termos Técnicos



Fonte: <http://www3.dsi.uminho.pt/academiamilitar/2002/Capitulo1/moderna/iddmod.htm>

Figura 12: Bombardas, Columbrinas, Serpentinhas e Escopetas – Primeiras armas de projecção de fogo, usadas pela primeira vez pelos ingleses, em 1346, na Batalha de Crécy contra os franceses. Estas armas consistiam em simples tubos de ferro com cerca de 30 Kg, manejados por 2 ou 3 homens. Armas como as criadas durante o séc. XIV, possuíam um orifício chamado de ouvido, existente na extremidade posterior da geratriz superior do cano, onde era colocada a pólvora e quando necessário, deflagrada por intermédio de um ferro incandescente chamado bota-fogo ou ainda através de uma mecha, que tinha o nome de vela. Posteriormente, para garantir a deflagração, criou-se à volta do ouvido uma concha, a que se deu o nome de caçoleta e onde se deitava uma pequena porção de pólvora chamada de escorva, que inflamava, levando através do ouvido o fogo até à carga interior (Macieira e Alves, 2007).



Fonte: id.

Figura 13: Canhões de Mão ou Pequenas Bombardas e Petrinal – Surgem no final do séc. XIV, como sendo as primeiras armas de projecção de fogo portáteis. Apoiavam-se numa forquilha fixada no arção da sela do cavalo e encostavam-se ao peito do cavaleiro para disparar (Macieira e Alves, 2007).

Fonte: <http://www.bienmesabe.org/noticia/2008/Junio/juan-cristobal-pepe-y-camilo-herreros-i>



Figura 14: Arcabuz – Arma que surge em 1392 (nome que lhe foi dado devido as suas semelhanças com a arma de projecção de tiro com o mesmo nome), resultou da adaptação de uma coronha e de um fuste em madeira, em que o cano se estendia ao longo de quase todo o seu comprimento e onde o ouvido e a caçoleta estavam colocados à direita do cano para não prejudicar ainda mais a pontaria, visto a arma ser empunhada por uma só mão, uma vez que a inflamação era manual e logo o atirador ter que olhar para caçoleta para acertar com o morrão na escorva (Macieira e Alves, 2007).



Fonte: http://www3.dsi.uminho.pt/academiamilitar/2002/Capitulo1/i_moderna/iddmod.htm

Figura 15: Fecho em “S” – Invenção do séc. XV, considerado o precursor dos mecanismos de disparar e que constava de um simples ferro em “S” no qual se prendia o morrão, para que o atirador só tivesse como preocupação, a de movimentar o ferro na sua direcção, o que iria inflamar automaticamente a escorva. Tal, possibilitava uma melhor pontaria visto o atirador não ter de se preocupar em acertar com o morrão na caçoleta aquando do disparo (Macieira e Alves, 2007).



Fonte: <http://www.atiradoresecolccionadores.com/artigo32.html>

Figura 16: Fecho de Serpentina – Nos princípios do séc. XV, surge o porta-mecha que dava ao atirador a possibilidade de disparar usando as duas mãos, nome alterado no séc. XVI, para fecho de serpentina, devido a existência na sua composição de uma peça denominada de serpe, que prendia o morrão, mantendo-o por meio de uma mola afastado da caçoleta. Quando o gatilho era premido, a serpe baixava rapidamente, levando consigo o morrão e assim inflamava a escorva que se encontrava na caçoleta.



Fonte: <http://jbitten.wordpress.com/2009/11/>

Figura 17: Pistola – Arma que viu o seu surgimento graças a criação do Fecho Serpentina, que reuniu as condições ideais, para que o Petrinal passasse a dispor de uma coronha curva e assim pudesse ser empunhada (Macieira e Alves, 2007).

Mosquete – Surge da adaptação do Fecho de Serpentina ao Arcabuz. Arma de pequeno calibre, mas com um cano longo, para que os alvos pudessem ser atingidos a grandes distâncias¹⁴².

¹⁴² Ver o sítio de internet: <http://www3.dsi.uminho.pt/academiamilitar/2002/Capitulo1/Capitulo1.htm>



Fonte:<http://www3.dsi.uminho.pt/academiamilitar/2002/Capitulo1/moderna/iddmod.htm>

Figura 18: Fecho de Roda – Invenção data de 1517, atribuída a um relojoeiro chamado Krepus. O fecho de roda era composto por uma pedreireira em vez do morrão presa as maxilas da serpe, que passou a ter o nome de cão. O seu sistema de funcionamento consistia na utilização de uma chave que era colocada no eixo da roda, girava-se a chave menos de uma volta, baixava-se o cão à mão até a pederneira tocar os dentes da roda situada por baixo da caçoleta. Quando o gatilho era premido, a roda soltava-se, girando contra a pederneira e produzindo uma faísca que iria inflamar a escorva (Macieira e Alves, 2007).

Fecho de Caçoleta – Criado em 1520, constava de uma tampa que fechava a caçoleta para que a escorva não se molhasse e igualmente para evitar disparos fortuitos originados pelo contacto involuntário do morrão com a escorva¹⁴³ (Álvares, 2008).

Armas de projecção de fogo primitivas – caracterizavam-se por serem: de ante-carga, onde o carregamento era efectuado pela boca do cano; por possuírem uma alma lisa; serem pouco justas e onde o projectil tinha um diâmetro muito inferior ao do cano, de maneira a possibilitar a execução do tiro com a arma incrustada com resíduos de pólvora (cerca de 30 disparos) (Macieira e Alves, 2007).

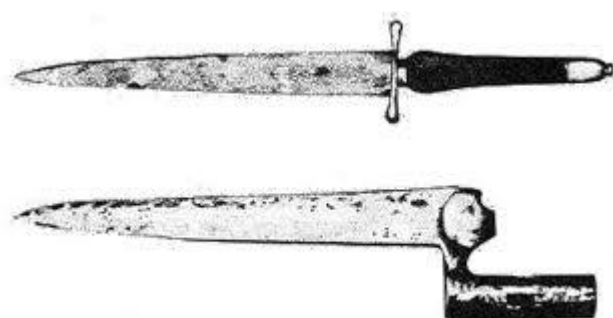
Calepim – Projectil protegido com sarja ou por um pano gorduroso, para que não se deformasse com as pancadas recebidas e de forma a ficar meio travado no cano da arma. (Macieira; Alves. 2007)

¹⁴³ Ver o sítio de internet: <http://www3.dsi.uminho.pt/academiamilitar/2002/Capitulo1/Capitulo1.htm>



Fonte: <http://ciencia.hsw.uol.com.br/armas-de-pedreira2.htm>

Figura 19: Fecho de Sílex ou de Pedreira – Mecanismo de disparar constituído por duas peças principais: o cão e o fuzil. No que toca ao funcionamento, esta arma possuía um cão que retinha entre os dentes uma pedreira envolvida por um pedaço de couro ou por uma liga de chumbo, que quando puxada à retaguarda forçava o entalhe da nós a ficar preso no armador, que por sua vez se soltava quando o atirador premia o gatilho, obrigando o conjunto entalhe da nós / cão a rodar por acção de uma mola que se encontrava sob tensão, ferindo o fuzil e provocando uma faísca ao mesmo tempo que a caçoleta era aberta pelo seu levantamento, inflamando assim a escorva (Macieira e Alves, 2007).



Fonte: http://www.francisco.paula.nom.br/Armas%20Brasil/SecXVII/introdu_fogo.htm

Figura 20: Baioneta – Invenção do séc. XVII, supõe-se que teve a sua primeira aparição em Baione, quando contrabandistas Gascões com o intuito de carregarem contra forças Espanholas ataram suas Navalhas à boca dos seus Mosquetes. Posteriormente, evoluiu-se para a Baioneta Primitiva, que nada mais era que uma Espada-Baioneta com um cabo de madeira que era introduzido no cano, impedindo a arma de fazer fogo. Mais tarde, Vauban solucionou o problema criando, em 1703, a Baioneta de Alvado, que possuía uma manga para adaptação ao cano, o que permitiu que as armas de projecção de fogo fossem usadas igualmente como armas de mão de estocada de haste (Álvares, 2008).



Fonte:<http://fotowho.net/armasdefuego/amigos>

Figura 21: Cartucho de Papel – Surge em meados do século XVIII, permitindo preparar mais rapidamente a arma para o tiro, uma vez que a escorva podia ser parte da pólvora do cartucho, que se rompia com os dentes, usando o resto do cartucho como carga principal deitando-o todo cano abaixo, para que o papel que revestia a pólvora substituísse o pedaço de tecido necessário à fixação do projectil no interior do cano, calcando-o com a ajuda de uma vareta (Macieira e Alves, 2007).¹⁴⁴

Vento – Fenómeno caracterizado pela redução dos gases resultantes da combustão da carga propulsora, que passavam entre as paredes interiores do cano e o projectil aquando do disparo, uma vez que nas armas de projecção fogo primitivas, o diâmetro do projectil era inferior ao do cano (Álvares, 2008).

¹⁴⁴ Ver o sítio de internet: <http://www3.dsi.uminho.pt/academiamilitar/2002/Capitulo1/Capitulo1.htm>

ANEXO H – “Jägers”



Figura 22: Uniforme dos “Jägers”, 1762

Fonte: http://greensleeves.typepad.com/berkshires/knyphausens_raid_1780/

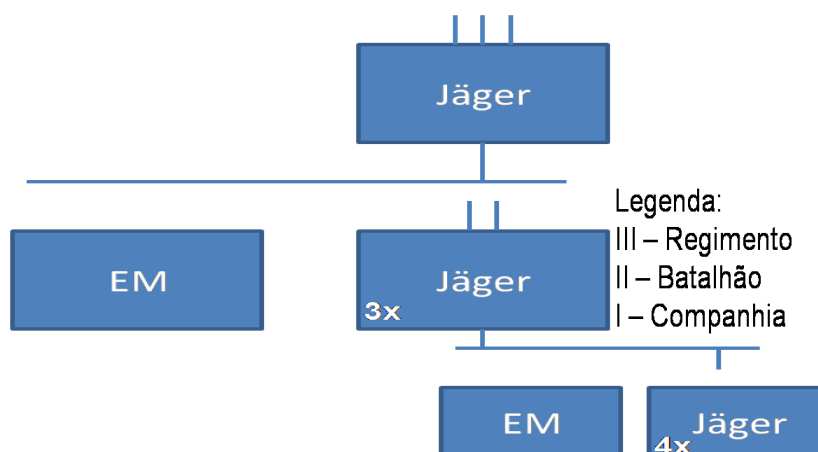


Figura 23: Constituição do Regimento de Jägers, 1806

Fonte: Autor do trabalho

ANEXO I – “Rangers”



Figura 24: “Roger’s Rangers”, 1756

Fonte:<http://matchlocktodoglock.blogspot.com/2009/09/rogers-rangers-and-french-indian-war.html>



Figura 26: “Witcomb’s Rangers”, 1777

Fonte:<http://www.usgennet.org/family/bliss/pats/dar.htm>



Figura 25: “Green Mountain Rangers”, 1776

Fonte:<http://www.srcafornia.com/uniforms/p24.htm>

ANEXO J – “Voltigeurs”



Figura 27: Soldado “Voltigeur”, 1803

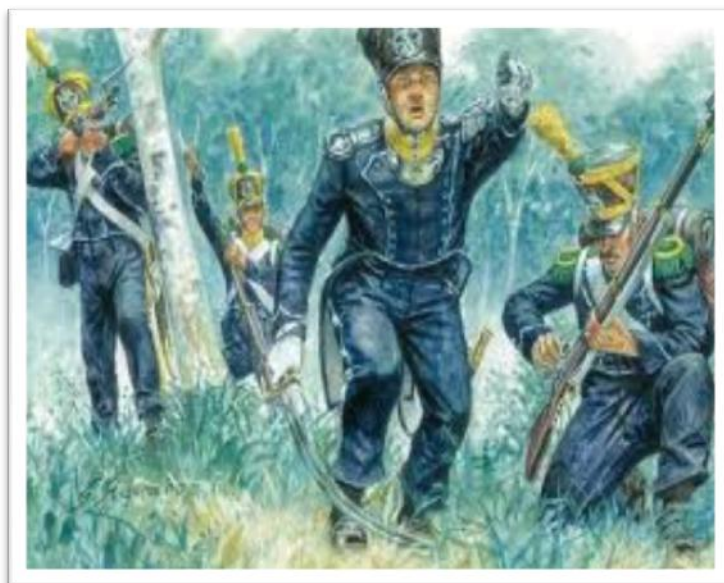


Figura 28: “Voltigeurs” a combaterem em Ordem Dispersa

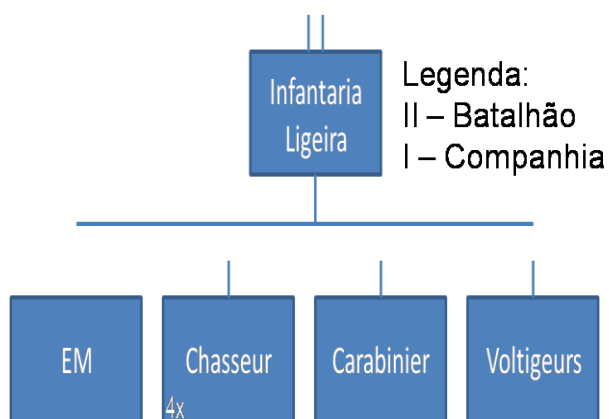


Figura 29: Constituição de um Batalhão de Infantaria Ligeira Francês, 1803

Fonte: Autor do trabalho

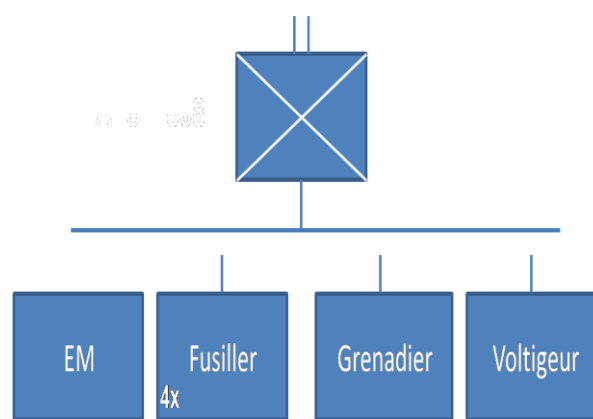


Figura 30: Constituição de um Batalhão de Infantaria de Linha Francês, 1805

Fonte: Autor do trabalho

ANEXO K – “Rifles”



Figura 31: Regimento de “Rifles” Nº95

Fonte: <http://www.armchairgeneral.com/forums/showthread.php?t=55906&page=7>



Figura 32: Posição de atirador deitado e de joelho, Regimento de “Rifles” Nº95

Fonte: <http://www.ireference.ca/search/rifleman/>

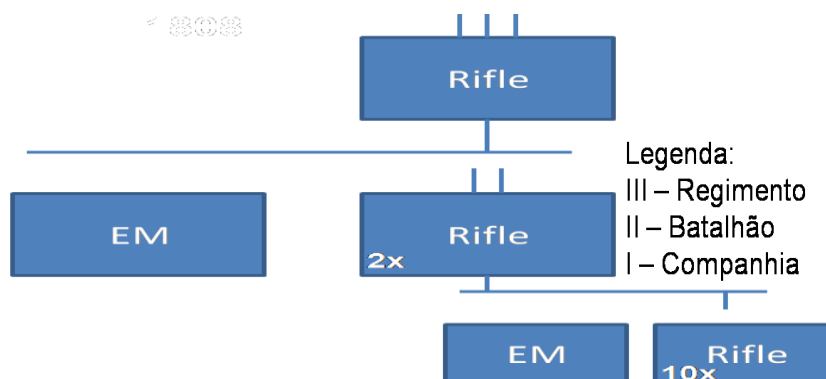


Figura 33: Constituição de um Regimento de “Rifles”, 1808

Fonte: Autor do trabalho

ANEXO L – Armas de Projecção de Fogo empregues pela Infantaria Ligeira



Figura 34: Fuzil Charleville Modelo 1777

Fonte: http://www.batallasdeindependencia.ec/kw/index.php?option=com_content&view=article&id=54



Figura 35: Carabina Baker

Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/Fucile_Baker



Figura 36: Fuzil Brown Bess Modelo Indian Pattern

Fonte: http://www.cherrys.com/ped_rif1.htm

ANEXO M – Oficiais Generais do Exército Português



Figura 37: D. Miguel Pereira Forjaz

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel_Pereira_Forjaz



Figura 38: Pedro José de Almeida Portugal – 3º Marquês de Alorna

Fonte: http://www.geneall.net/P/tit_page.php?id=66



Figura 39: Gomes Freire de Andrade

Fonte: http://www.geneall.net/P/tit_page.php?id=657



Figura 40: João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva – 2º Duque de Lafões

Fonte: http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=49180



Figura 42: John Forbes-Skellater

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Forbes



Figura 43: William Carr Beresford

Fonte: [http://braga-
agora.blogspot.com/2009/09/france
ses-em-braga-ha-200-anos-20.html](http://braga-
agora.blogspot.com/2009/09/france
ses-em-braga-ha-200-anos-20.html)

ANEXO N – Legião de Tropas Ligeiras



Figura 44: Soldado da LTL, 1797

Fonte: MARTELO, David (2007). *Os Caçadores: Os Galos de Combate do Exército de Wellington*, Tribuna da História, Lisboa.

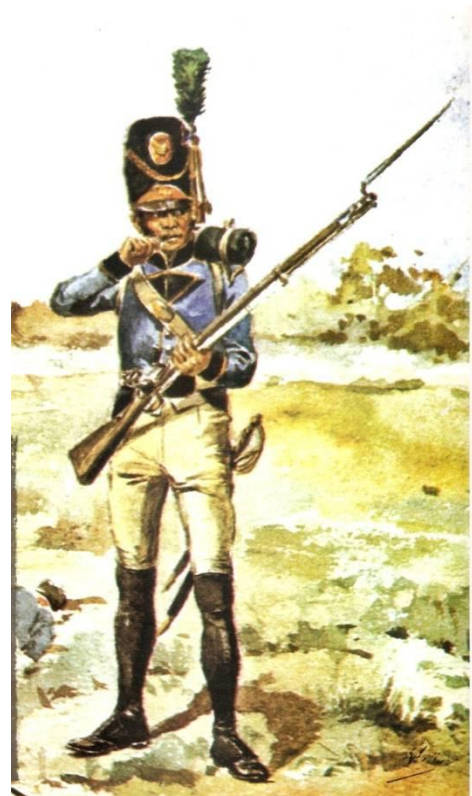


Figura 45: Soldado da LTL, 1806

Fonte: MARTELO, David (2007). *Os Caçadores: Os Galos de Combate do Exército de Wellington*, Tribuna da História, Lisboa.

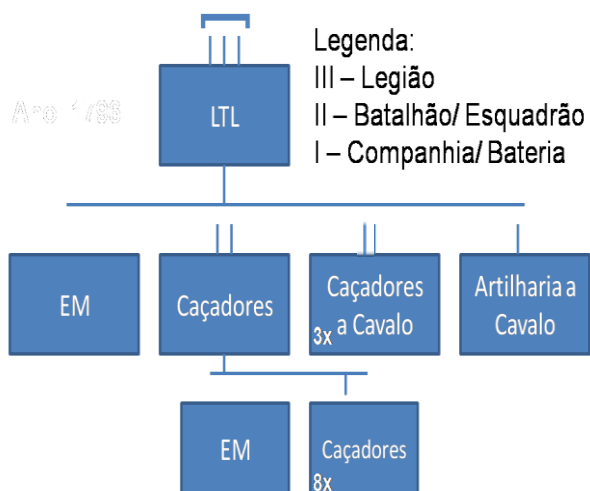


Figura 46: Constituição da LTL, 1797

Fonte: Autor do trabalho

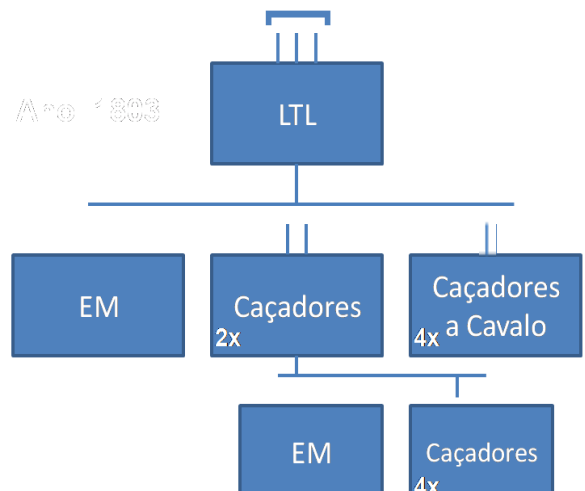


Figura 47: Constituição da LTL, Proposta de Reforma de 1803

Fonte: Autor do trabalho

ANEXO O – Excerto da Publicação do Marquês de Alorna

27

ma parte d'esta gente se occupa nas guarniçoens das
fuzas, poderá o Parque ficar em boa proporção, contando
32 bocas de fogo, isto he 32 em cada Divisão, com cujo
numero, constando as tres Brigadas de Artilharia de
2500 praças, fica cada boca de fogo guarnecida com tres
quartas. Por consequencia tocão a cada Batalhão de Ar-
tilharia 16 bocas de fogo, a saber 8 peças de 6, 4 de
nove, e 4 Obuzes.

17. Alem d'isto são precisas duas peças de tres para
cada Batalhão de Infantaria, e Milicias, que fazem 272 :
mais 60 peças de libra para as Companhias de Caçado-
res, em cazo de necessidade : mais 12 peças de seis, e 4
Obuzes para o Regimento de Artilharia a cavallo : mais 3
peças de 6, e 1 obuz para o Esquadrão de Artilharia da
Legião.

TOTAL

Peças de 9	24
Peças de 6	63
Obuzes de 5 1/2 a 6	29
Peças de 3	272
Peças de libra	60
	<hr/>
	448

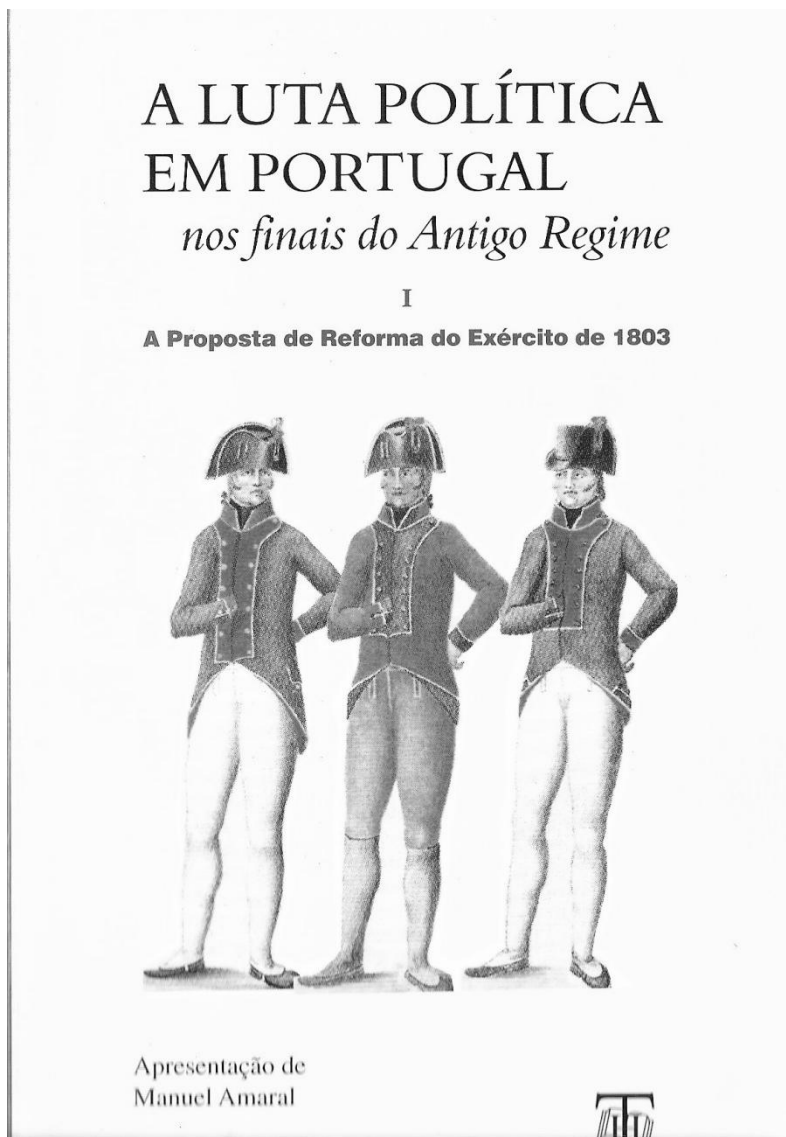
ARTIGO 12.º

Tropa Ligeira

1. Presentemente faz-se muita guerra com Tropa Li-
geira em toda a parte, e o feitio das nossas fronteiras, e
quasi todo o nosso Paiz, o genio nacional, e muitas ou-
tras razoes fazem parecer que nos devemos fundar bas-
tante nesta Arma. Existe em tempo de Paz huma
Legião composta das tres Armas, e que serve para con-
servar sempre hum conhecimento da disciplina pertencen-
te a Corpos d'este genero. Alem d'isto, receitão-se qua-
tro Regimentos de Dragoens, e hum Regimento de Arti-
lharia a cavallo. Há huma Companhia de Caçadores em
cada Regimento de Infantaria, e o mesmo nos Regimen-
tos de Milicias : seis Caçadores em cada Companhia de

Fonte: ALORNA, Marquez (1902). *Reflecções sobre o Systema Economico da Exercito*, Livraria Ferin, Lisboa.

ANEXO P – Excerto da Proposta de Reforma de 1803



ORGANIZAÇÃO PROVISIONAL DO EXÉRCITO.

TÍTULO I. Composição do Exercito.

O Exército se comporá de um Grande Estado Maior,
Do Estado Maior de Praças.
Do Corpo de Engenheiros.
De 24 Regimentos de Infantaria de Linha.
De 12 Regimentos de Cavalaria, ou Dragões.
De 3 Regimentos de Artilharia de Campanha.
De um número de Companhias de Artilharia de Guarnição,
que se determinará depois de concluído o reconhecimento das
Fronteiras.
Do Corpo de Officiaes, Officiaes Inferiores e artífices de Artilharia, empregados nos Arsenais, Trens, e Fábricas.
De 3 Legiões.
De 24 Companhias fixas de Guarnição.

ARTIGO VII.

Composição das Companhias de Artilharia de Guarnição

Determinar-se-á a Composição, quando se determinar o seu número.

ARTIGO VIII.

Composição do Corpo de Officiais de Artilharia empregados nos Arsenais, e Fábricas, e das Companhias de Artífices.

Ficará por ora tudo como se acha, até se dar uma nova forma a estes Estabelecimentos.

ARTIGO IX.

Composição das Legiões.

Cada Legião se comporá de 2 Batalhões de Caçadores a pé, e de 4 Esquadrões de Caçadores a cavalo.

Cada Batalhão de Caçadores a pé será composto de 4 Companhias. Cada Companhia se dividirá em 2 Pelotões. Cada Pelotão será composto de 4 Esquadras. Cada Esquadra será composta em tempo de Paz, de 1 Aspeçada, e 11 Soldados permanentes.

Em tempo de Guerra, cada Legião será aumentada com 1 Vague mestre. Cada Companhia de Caçadores a pé com 1 segundo Tenente, 2 segundos Sargentos, e 1 Tambor, e cada Esquadra dos mesmos Caçadores a pé com 4 Soldados permanentes.

Cada Esquadrão de Caçadores a cavalo será composto de 2

Companhias.

Estado Maior geral de uma Legião.

- | | | |
|-------|---|--|
| 1 | Coronel Comandante. | |
| 1 | Capelão. | |
| 1 | Cirurgião Mor. | |
| 2 | Artífices, Coronheiro, e Espingardeiro. | |
| <hr/> | | |
| 5 | | |

NB. Em tempo de Guerra 1 Vague mestre primeiro--sargento.

Estado Maior da Infantaria.

- | | | |
|-------|------------------------|--------------|
| 1 | Tenente-coronel. | |
| 1 | Major. | |
| 2 | Ajudantes. | } Primeiros- |
| 1 | Quartel Mestre. | |
| 2 | Ajudantes de Cirurgia. | |
| 1 | Tambor Mor. | |
| <hr/> | | |
| 8 | | |

Estado Maior da Cavalaria.

- | | | |
|-------|------------------------|--------------|
| 1 | Tenente-coronel. | |
| 1 | Major. | |
| 2 | Ajudantes. | } Primeiros- |
| 1 | Quartel Mestre. | |
| 1 | Ajudantes de Cirurgia. | |
| 1 | Trombeta Mor. | |
| 1 | Alveitar | |
| 1 | Mestre Seleiro | |
| <hr/> | | |
| 9 | | |

*Composição de puma Companhia
de Caçadores a pé.*

	Estado de Paz	Estado de Guerra
Capitão	1	1
Primeiro Tenente	1	1
Segundos Tenentes	1	2
Primeiro Sargento	1	1
Segundos Sargentos	2	4
Furriel	1	1
Cabos	8	8
Anspeçadas	8	8
Tambores	2	3
Soldados	88	120
	113	149

Composição de uma Companhia de Caçadores a Cavallo.

1 Capitão.
1 Primeiro Tenente.
1 Segundo Tenente.
1 Primeiro-sargento.
2 Segundos-sargentos.
1 Furriel.
4 Cabos.
4 Anspeçadas.
37 Soldados, dos quais, 1 Ferrador.
1 Trombeta.
53

Força de uma Legião.

		Estado de Paz		Estado de Guerra	
Estado Maior geral		5		6	
Dito de Infantaria		8	} 22	8	} 23
Dito de Cavalaria		9		9	
	Ofic. das Comp.	24		32	
Infantaria	{ Ofic. Infer. e Cab.	96	} 904	112	} 1192
	{ Tambores	16		24	
	{ Anspeç. e Sold.	768		1.024	
	Ofic. das Comp.	24		24	
Cavalaria	{ Ofic. Infer. e Cab.	64	} 424	64	} 424
	{ Trombetas	8		8	
	{ Anspeç. e Sold.	328		328	
				<hr/>	
				1.350	<hr/> 1.639

TÍTULO II. Distribuição do Exército em Divisões.

ARTIGO I. Nova Divisão Militar do Reino.

Ficarão abolidos os actuais Governos de Províncias, suas Secretarias, e dependências, e em seu lugar se estabelece o seguinte:

Toda a extensão do Reino, compreendendo o do Alarve, ficará dividida em 7 Governos, e 3 Divisões Militares, relativamente às novas Brigadas de Ordenança que se acham estabelecidas.

A primeira, e segunda Brigadas de Ordenança formarão um Governo, que se continuará a chamar do Algarve, e o seu Quartel-general será em Tavira.

A terceira, e quarta Brigadas de Ordenança formarão outro Governo, que se continuará a chamar do Alentejo, e o seu Quartel-general será em Estremoz.

A quinta, sexta, sétima, e oitava Brigadas de Ordenança formarão outro Governo, que se chamará da Beira Baixa, e o seu Quartel-general será em Castelo Branco.

O Terreno que abrangem estes três Governos ficará pertencendo à Divisão Militar de Entre Douro e Guadiana e o seu Quartel-general será em Estremoz.

A nona, décima, décima primeira, e décima segunda Brigadas de Ordenança, formarão outro Governo, que se continuará a chamar da Estremadura, e o seu Quartel-general será em Lisboa.

A décima terceira, décima quarta, décima quinta, e décima

sexta Brigadas de Ordenança, formarão outro Governo, que se chamará da Beira Alta, e o seu Quartel-general será em Condeixa.

O Terreno que abrange estes dois Governos, ficará pertencendo à Divisão Militar da Estremadura, e o seu Quartel-general será em Lisboa.

A décima sétima, e décima oitava Brigadas de Ordenança, formarão outro Governo, que se continuará a chamar de Trás-os-Montes, e o seu Quartel-general será em Vila Real.

A décima nona, vigésima, vigésima primeira, vigésima segunda, vigésima terceira, e vigésima quarta Brigadas de Ordenança, formarão outro Governo, que se chamará do Minho, e o seu Quartel General será no Porto.

O Terreno abrangido por estes dois Governos, ficará pertencendo à Divisão Militar de Entre-Douro-e-Minho, e o seu Quartel-general será no Porto.

ARTIGO II.

Distribuição das Tropas pelas três Divisões.

Cada uma das três Divisões Militares se comporá de 8 Regimentos de Infantaria de Linha, 4 Regimentos de Cavalaria, ou Dragões, 1 Regimento de Artilharia, uma Legião, um certo número de Companhias de Artilharia de Guarnição, e 8 Companhias fixas de Guarnição. Os lugares em que devem residir as Companhias fixas, e as de Artilharia de Guarnição, se determinarão, logo que se conclua o reconhecimento das Fronteiras.

DISTRIBUIÇÃO DOS CORPOS.

**DIVISÃO
de Entre-Douro-e-Guadiana.**

	Lugares de Guarnição	Regim. de Inf.	De Caval.	De Artilh.	Legião
Governo do Algarve	{ Faro	1			
	{ Moura		1		
	{ Beja	1			
Governo do Alentejo	{ Elvas	2	1		
	{ Évora		1		
	{ Estremoz			1	
	{ Cast. Vide				1
Governo da Beira Baixa	{ Abrantes	1			
	{ Cast. Branco	1			
	{ Penamacor	1			
	{ Almeida	1	1		
		8	4	1	1

**DIVISÃO
da Estremadura.**

	Lugares de Guarnição	Regim. de Inf.	De Caval.	De Artilh.	Legião
Governo da Estremadura	{ Setúbal	1			
	{ Lisboa	4	3	1	
Governo da Beira Alta	{ Condeixa				1
	{ Figueira	1			
	{ Aveiro		1		
	{ Viseu	1			
	{ Lamego	1			
		8	4	1	1

DIVISÃO
de Enre-Douro-e-Minho.

	Lugares de Guarnição	Regim. de Inf.	De Cavalár.	De Artilh.	Legião
Governo de Trás-os- Montes	Moncorvo	1			
	Bragança		1		
	Chaves		1		
	Vila Real				1
	Feira	1			
Governo da Beira Alta	Porto	1		1	
	Guimarães	1			
	Braga	1			
	Bracelos		1		
	Viana	1			
	Valença	1			
	Monção		1		
		8	4	1	1

ARTIGO III.

**Designação dos Officiaes que se deverão empregar no
Comando, e Estados Maiores das Divisões, e Governos das
Províncias nomeadas.**

O Comando Militar de cada um dos novos Governos de Província será confiado a um Tenente-general, ou Marechal de Campo, que terá por Segundo um Marechal de Campo, ou Brigadeiro, para o substituir nos seus impedimentos.

Em cada Governo de Província haverá 1 primeiro Ajudante de Ordens com a Patente de Major de Infantaria, e 1 segundo Ajudante de Ordens, com a Patente de Capitão da mesma Arma.

Cada uma das 3 Divisões Militares será comandada por um General, ou Tenente-general, que terá por seu Segundo no Co-

ANEXO Q - Divisão do Exército em Brigadas e Divisões, 1806.

“ALVARÁ DE 19 DE MAIO DE 1806.

Convindo muito ao Meu Real Serviço; para estabelecer a boa Ordem e regularidade da Disciplina do Exercito, que ele seja organizado mesmo em tempo de paz em Brigadas e Divisões, e que os Corpos das diversas Armas, que o compõem, sejam numerados, a fim de que por essa numeração tenha cada um para o futuro o seu lugar constante na Linha, sem que dependa para isto da Graduação e Antiguidade do Chefe ,que o comanda. Por todos estes motivos, Hei por bem a este respeito Determinar o seguinte:

I. O Exercito será formado em três Divisões, com as denominações seguintes: Divisão do Sul, Divisão do Centro, Divisão do Norte.

II. Cada Divisão será composta de oito Regimentos de Infantaria, divididos em quatro Brigadas, quatro Regimentos de Cavalaria e um de Artilharia , exceptuando a Divisão do Sul, que compreenderá dois Regimentos dessa Arma.

III. Os Regimentos de Infantaria serão numerados de um até vinte e quatro; os de Cavalaria , de um até doze; e os de Artilharia , de um até quatro, e esses números serão distribuídos promiscuamente pelos Corpos das três Divisões.

IV. A composição de cada Divisão será portanto da seguinte maneira:

A Divisão do Centro será composta dos Regimentos de Infantaria, N.º 1 Lippe, N.º 4 Freire, N.º 7 Setúbal, N.º 10 Lisboa, N.º 13 Peniche, N.º 16 Vieira Telles, N.º 19.º Cascais, N.º 22 Serpa; dos de Cavalaria, N.º 1. Alcântara, N.º 4 Mecklemburg, N.º 7.º Cais, N.º 10 Santarém ; do de Artilharia, N.º 1.º da Corte.

A Divisão do Sul será composta dos Regimentos de Infantaria, N.º 2 Lagos, N.º 5 Primeiro de Elvas, N.º 8 Castelo de Vicie, N.º 11 Penamacor, N.º 14 Tavira, N.º 17 Segundo de Elvas, N.º 20 Campo Maior, N.º 23 Almeida; dos de Cavalaria, N.º 2 Moura, N.º 5 Évora, N.º 8 Elvas, N.º 11 Almeida; dos de Artilharia, N.º 2 Algarve, N.º 3 Estremoz.

A Divisão do Norte será composta dos Regimentos de Infantaria, N.º 3 Primeiro de Olivença, N.º 6 Primeiro do Porto, N.º 9 Viana, N.º 12 Chaves, N.º 15 Segundo de Olivença, N.º 18 Segundo do Porto, N.º 21 Valença, N.º 24 Bragança; dos de Cavalaria, N.º 3 Olivença, N.º 6 Bragança, N.º 9 Chaves, N.º 12 Miranda; do de Artilharia, N.º 4 do Porto.

V. Na Divisão do Centro os Regimentos N.ºs 1 e 13 comporão a Primeira Brigada ; N.ºs 4 e 16 comporão a Segunda; N.ºs 7 e 19 comporão a Terceira; N.ºs 10 e 22.º comporão a Quarta.

VI. Na Divisão do Sul os Regimentos N.ºs 2 e 14 comporão a Primeira Brigada; N.ºs 5 e 17 comporão a Segunda; N.ºs 8 e 20 comporão a Terceira; N.ºs 11 e 23 comporão a Quarta.

VII. Na Divisão do Norte os Regimentos N.ºs 3 e 15 comporão a Primeira Brigada ; N.ºs 6 e 18 comporão a Segunda; N.ºs 9 e 21 comporão a Terceira; N.ºs 12 e 24 comporão a Quarta.

VIII. Os Corpos entrarão na Linha dos Lados para o Centro pela ordem da sua numeração, e afim mesmo entrarão as Brigadas pela sua numeração dos Lados para o Centro, quando a Linha for mandada formar por Brigadas. . .

IX. O Corpo da Legião de Tropas Ligeiras que pela presente Organização não fica numerado; porque pela qualidade do seu Serviço não lhe pertence Lugar na Linha de mistura com os outros Corpos; quando por qualquer motivo concorrer a ela, tomará o lugar, que lhe for definido pelo General Comandante.

O Conselho de Guerra o tenha afim entendido e mande expedir as Ordens necessária, para que tenha a rua devida execução. Palácio de Queluz em dezanove de Maio de mil oitocentos e seis.

"Com a Rubrica do PRÍNCIPE REGENTE N. S. "

Fonte: <http://lagosmilitar.blogspot.com/2008/04/diviso-do-exrcito-em-brigadas-e-divises.html>

ANEXO R – Leal Legião Lusitana



Figura 48: Soldado da LLL, 1809

Fonte: CHARTRAND, René e COELHO, Sérgio (2006). *A Infantaria Ligeira na Guerra Peninsular*, Câmara Municipal de Almeida, Almeida.

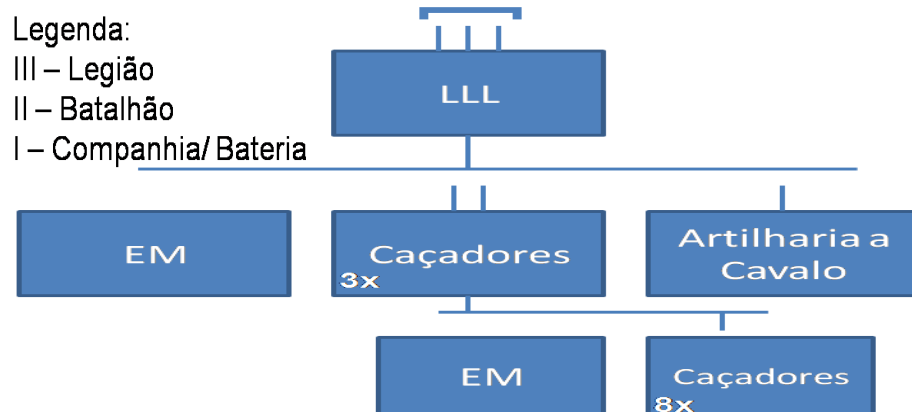


Figura 49: Constituição da LLL, 1808

Fonte: Autor do trabalho

ANEXO S – Batalhões de Caçadores



Figura 50: Soldado Caçador do Batalhão de Caçadores Nº6, 1811

Fonte: <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/invasoes/bussaco01.html>

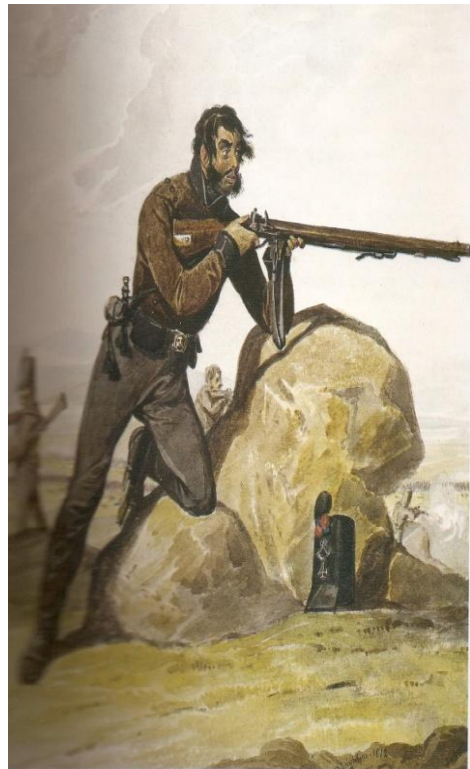


Figura 51: Soldado Atirador do Batalhão de Caçadores Nº4, 1812

Fonte: CHARTRAND, René e COELHO, Sérgio (2006). *A Infantaria Ligeira na Guerra Peninsular*, Câmara Municipal de Almeida, Almeida.

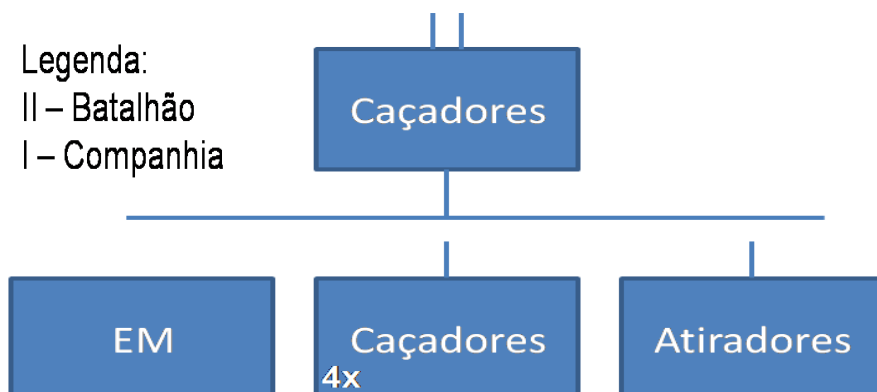


Figura 52: Constituição dos Batalhões de Caçadores, 1808

Fonte: Autor do trabalho